



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**A PRODUÇÃO DA NATUREZA SOB A PERSPECTIVA DO MODO DE  
VIDA CAMPONÊS NA VILA DO JACARÉ – MANACAPURU –  
AMAZONAS – BRASIL**

**JONATHAS LABORDA NEVES**

**MANAUS  
2020**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**JONATHAS LABORDA NEVES**

A PRODUÇÃO DA NATUREZA SOB A PERSPECTIVA DO MODO DE  
VIDA CAMPONÊS NA VILA DO JACARÉ – MANACAPURU –  
AMAZONAS – BRASIL

Texto apresentado ao Programa de Pós-graduação em Geografia do Instituto de Filosofia Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

**Orientador:** Prof. Dr. Manuel de Jesus Masulo da Cruz

**MANAUS  
2020**

### Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada a partir do sistema de bibliotecas da Universidade Federal do Amazonas de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

N518p Neves, Jonathas Laborda  
A Produção da Natureza sob a perspectiva do modo de vida camponês na Vila do Jacaré - Manacapuru - Amazonas - Brasil / Jonathas Laborda Neves. 2020  
138 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Manuel de Jesus Masulo da Cruz  
Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Território. 2. Campesinato. 3. Produção da Natureza. 4. Vila do Jacaré. 5. Amazonas. I. Cruz, Manuel de Jesus Masulo da II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

**JONATHAS LABORDA NEVES**

**A PRODUÇÃO DA NATUREZA SOB A PERSPECTIVA DO MODO DE VIDA  
CAMPONÊS NA VILA DO JACARÉ – MANACAPURU – AMAZONAS – BRASIL**

Dissertação apresentada ao PPGEOG – Programa de Pós-graduação em Geografia da UFAM – Universidade Federal do Amazonas como requisito para obtenção do título de mestre em Geografia.

---

Presidente: Prof<sup>a</sup>. Dr. Manuel de Jesus Masulo da Cruz

---

1º avaliador: Prof<sup>a</sup>. Dra. Ana Paulina Aguiar Soares

---

2º avaliador: Prof<sup>a</sup>. Dr. Marcos Castro de Lima.

Manaus, 12 de agosto de 2020.

*À minha tia, Maria Consuelo dos Santos Bandeira,  
que em vida sempre comprou nossos sonhos.  
E este, hoje é mais um dos que sonhamos juntos.  
Gratidão!*

[in memoriam]

## AGRADECIMENTOS

A Deus pelo presente que é a vida, saúde, sabedoria e pelo discernimento necessário, também pela força de vencer todos os dias, pelos privilégios e oportunidades de crescimento físico, mental e intelectual nesse período.

A minha família meu alicerce em todos os momentos, em especial meus pais Luiz Paulo Neves e Liane Neves pelo imenso apoio, pelo amor incondicional, pelo desprendimento, por terem lutado junto comigo nesses tempos conturbados que passamos, por acreditarem em mim, pela conduta e instrução cristã, pelos incentivos e por terem me ensinado a nunca desistir e por tudo que em palavras não cabe.

A meu tio Jeam Marcely e tia Ellen Laborda, pelo apoio, sugestões, instruções e conselhos nesses anos.

A Kellen Ruth Uchôa e Kellen Regina P. Furtado a quem devo muito pelo apoio a todo momento, pelo compromisso despretensioso com meu trabalho, pelas idas e vindas à Vila.

A todo o corpo discente e docente do NEPECAB/UFAM - Núcleo de Estudos e pesquisas de Cidades da Amazônia Brasileira na pessoa brilhante que foi o Prof. Dr. José Aldemir de Oliveira pela preocupação pessoal e acadêmica, pelos saberes e dicas compartilhadas e por me fazer sentir amado e também bem pertencido ao núcleo.

À FAPEAM e a UFAM pelo apoio financeiro a pesquisa o que foi fundamental para a obtenção dos resultados contidos neste trabalho.

A Prof<sup>a</sup>. Dra. Ana Paulina Aguiar Soares pela capacidade de ensinar, pelos saberes tão bem distribuídos, por levar-nos a crítica e busca pelo melhor, e sem dúvida pela motivação e empenho no ensino durante esses anos de formação.

Ao meu orientador Prof<sup>a</sup>. Dr. Manuel de Jesus Masulo da Cruz, por todo o tempo disposto a mim, pela paciência (que não foi pouca!), pela preocupação e motivação, por não ter desistido de mim e por tudo que compartilhou.

Aos entrevistados bem como a suas famílias, pelo apoio, paciência, tempo, pelo comprometimento em nos transmitir suas histórias de vida e contribuir para o desenvolvimento desta pesquisa.

A Prof<sup>a</sup>. Brígida Vasconcelos pelo amor em contar a história da Vila, pelo apoio, pelo tempo e interesse em nos participar saberes.

Aos colegas da turma de mestrado a quem acompanhamos e sempre nos

apoiamos, Wilcilene Corrêa, Kleten Lima, Líbnia Nascimento, gratidão.

As colegas e amigos da UEA à UFAM que acompanham nossa jornada, a Prof<sup>a</sup>. Liange Rodrigues; a geógrafa Hellen Braga (um prodígio); a João Carlos Ferreira Júnior e Yan Borges pelo material produzido, aos colegas ufanianos Tiago Neto e Eduardo Henrique Braga que compartilharam muito, também a doutoranda Nágila Situba que nos deu grande força em incontáveis momentos e a amiga e geógrafa Darc Fesler.

Ao amigo e professor desta casa Eliel Guimarães Brandão que foi um apoio e tem sido nosso exemplo para alcançar mais crescimento pessoal, profissional e acadêmico/intelectual.

Em especial, a amiga Patrícia Romanov pela sua energia e a capacidade celestial de levantar nossa estima, de apoiar sempre, mesmo quando nosso único desejo era desistir.

Aos amigos do trabalho, dos corredores da faculdade e da IASD pelos questionamentos, e contribuições direta ou indiretamente. Enfim, a todos que de alguma forma estiveram ou fizeram parte de nossa vida nessa jornada.

Gratidão eterna.

*“Curto é o tempo de que dispomos. Não podemos passar por este mundo mais de uma vez; tiremos, pois, ao fazê-lo, o melhor proveito de nossa vida. A tarefa a que somos chamados não requer riquezas, posição social, nem grandes capacidades. O que se requer é um espírito bondoso e desprendido, e firmeza de propósito”*

*(Ellen Gould White)*

## RESUMO

O presente trabalho tem como enfoque trazer a categoria de análise da geografia: o território, que no contexto da pesquisa é (re)produzido pelo campesinato e, conseqüentemente, resulta na produção da natureza. O lugar Vila do Jacaré, localizado na área rural no município de Manacapuru – Amazonas, constitui-se como lugar de pesquisa. A proposta do presente trabalho é, em suma, contribuir com o levantamento da história dos lugares e/ou pequenas cidades na Amazônia bem como perceber a maneira que os indivíduos vivem nas áreas rurais pela Amazônia. Primeiramente, focamos em levantar a história do lugar Vila do Jacaré e contribuir com a produção de material através dos diálogos e levantamentos iconográficos apresentados, visando instigar a percepção sobre a dinâmica e o processo de crescimento na Vila. Em segundo, são abordadas as relações camponesas no dia-a-dia, como acontece o trabalho camponês sob a premissa da subsistência familiar, cumprindo compreender a realidade e as singularidades das relações que permeiam a transformação da natureza em território. Por fim, é apresentado um perfil dos moradores dispostos em gráficos, no qual também apresentar-se-á as políticas públicas organizadas pelos organismos de estado, que trouxeram mudanças no modus e no cotidiano dos moradores. Sendo assim, sobre o estudo de caso, podemos dizer que (1) a outrora “Boca do Jacaré” teve seu crescimento urbanístico acelerado na última década e tal expansão deve-se a exploração e comercialização do açaí e esse fator influencia diretamente a relação dos moradores com a natureza e vice-versa; (2) o camponês-ribeirinho lida sempre com o fator adaptação, graças ao fator sazonal dos rios da Amazônia, esse indivíduo também possui várias atribuições ao longo do ano e geralmente trabalha em grupo em diversos setores econômicos; (3) o levantamento realizado mostrou que muitos moradores são migrantes, vários são assentados do INCRA e beneficiários dos programas governamentais de assistência social e todas as características socioeconômicas mostram uma aptidão para a perpetuação do campesinato in loco.

Palavras-chave: Território; Campesinato; Produção da natureza, Vila do Jacaré, Amazonas.

## ABSTRACT

The present work focuses on the geography analysis category: the territory, which in the context of research is (re) produced by the peasantry and consequently results in the production of nature. The place Vila do Jacaré, located in the rural area in the city of Manacapuru, state of Amazonas - Brazil constitutes as object of study. The purpose of this paper is, in short, to contribute to the survey of the history of places and / or small cities in the Amazon as well as to understand the way that individuals live in rural areas throughout the Amazon and to contribute to the studies of the peasantry in the Amazon. First we focus on raising the history of the place Vila do Jacaré, and bring the reader to know it through the dialogues and iconographic surveys presented, aiming to bring the perception about the dynamics and the process of growth in the village. Secondly, we will discuss the peasant relations, the daily life of the residents, which is permeated by obligations such as work for the family subsistence, understanding the reality and the singularities of the relationships that permeate the transformation of nature into territory. And finally, we propose a profile of the residents arranged in graphs where we will also present the public policies carried out by state agencies or not, but that brought changes in the modus and daily life of the residents and somehow contribute to the perpetuation of the peasantry. Therefore, on the case study, we can say that (1) the former "Boca do Jacaré" had its accelerated urban growth between 2000 and 2010, this expansion was driven by exploration of açaí and this trade directly influences the relationship of inhabitants with nature; (2) the peasants obey the hydrological calendar of the rivers, dedicate themselves to multi-functions to guarantee family sustenance (3) the survey showed that many residents are migrants, several are beneficiaries of INCRA and other government social assistance programs all socioeconomic characteristics show an aptitude for the perpetuation of the peasantry in place.

Keywords: Territory; Peasantry; Nature production, Vila do Jacaré, Amazonas.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de Localização da área de estudo. ....	42
Figura 2: Mapa Mental da Vila do Jacaré (2018).....	44
Figura 3: Localização da Moradia de antigo fundador.: A) Visão Lateral a partir da Av. Nossa Senhora do Carmo; B) Visão frontal da praça para a EMEF. Lili Vasconcelos. ....	49
Figura 4:Sede Comunitária Nossa Senhora do Carmo. ....	51
Figura 5: Templos Católicos na Vila do Jacaré. A) Igreja Nossa Senhora do Carmo; B) Capela Menino Jesus. ....	52
Figura 6: Estandarte a Nossa Senhora do Carmo, o símbolo à festa. ....	54
Figura 7: Desfile na “Semana da Pátria”A) Desfile dos alunos da EMEF Lili Vasconcelos; B) Desfile de comunitários em trajes de trabalho.....	55
Figura 8: Campo de Futebol da Comunidade. A) 2008; B) 2018.....	56
Figura 9: Vila do Jacaré anos 2000.....	58
Figura 10: Vila do Jacaré em 2010.....	60
Figura 11: Vila do Jacaré em 2017.....	63
Figura 12: Arruamento da Vila do Jacaré em 2010. ....	64
Figura 13: Arruamento da Vila do Jacaré em 2018. ....	65
Figura 14: A casa de farinha nos quintais. A) Próximo ao meio fio; B) No fundo das casas (nos quintais). ....	70
Figura 15: O "mutirão": A) reunião após o almoço; B) atividades ainda no pôr-do-sol. ....	72
Figura 16: O jiráu em frente da Comunidade 13 de Junho.....	73
Figura 17: A) Armazenamento de peixe em Comunidade no Lago do Jacaré; B) Armazenamento de carne e gêneros alimentícios em freezer na Vila do Jacaré.....	74
Figura 18: Lago do Jacaré: Deslocamento entre Comunidades.....	76
Figura 19: Áreas de plantio no Lago do Jacaré. ....	78
Figura 20:Igarapés e Comunidades do Lago do Jacaré/AM .....	80
Figura 21: Comunidade São Geraldo A) Frente vista EEMEF Ajuricaba I, B) Casas de moradores. ....	82
Figura 22: A) Vista frontal da Comunidade 13 de junho, B) EMEF Ajuricaba III desativada.....	84
Figura 23: Transporte de gelo nas embarcações em Manacapuru/AM.....	87
Figura 24: Moradora com os peixes da espécie Tucunaré ( <i>Cichla ocellaris</i> ) enfiados a tala. ....	88
Figura 25:Exemplo de bebidas a base de açaí produzidos pela Coca-Cola Brasil. ...	90
Figura 26:Croqui dos pés de açaí (Euterpe precatoria.(1) e Euterpe oleracea(2))....	92
Figura 27: A) Acampamento temporário, B) Fogo “Caçador” erguido para o preparo da alimentação dos acampantes.....	93
Figura 28: A) Armazém de açaí em flutuante, B) Transporte de açaí .....	95
Figura 29: Produção Familiar de açaí-da-mata. ....	96
Figura 30: A malva nos quintais .....	99
Figura 31: Fluxograma da Malva.....	101
Figura 32: A) Colheita de cará na roça do Sr. Adelson Furtado. B) Carregamento de cará já embalado a área de escoamento, C) Transporte de mandioca à Vila do Jacaré. ....	102
Figura 33:Fluxograma da extração de tubérculos na Vila do Jacaré.....	103
Figura 34: Planta de localização da PAE Cabaliana II. ....	108

Figura 35: Comunidades do lado direito do Rio Solimões dentro do PAE Cabaliana II. .....	109
Figura 36: Poço Artesiano nº1 da Vila do Jacaré. ....	114

**LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1: Taxa de crescimento populacional na Vila do Jacaré (2000 - 2018).....	66
Gráfico 2: Faixa etária dos entrevistados. ....	115
Gráfico 3: Número de migrações por indivíduo. ....	116
Gráfico 4: Grau de escolaridade por indivíduos. ....	116
Gráfico 5: Estado civil por indivíduo. ....	117
Gráfico 6: Renda mensal dos moradores da Vila do Jacaré. ....	118
Gráfico 7: Número de renda por famílias entrevistadas. ....	119
Gráfico 8: Indivíduos contemplados com fomentos governamentais. ....	119
Gráfico 9: Amostra de ocupação por indivíduo entrevistado.....	120
Gráfico 10: Religião por família. ....	121
Gráfico 11: Descarte de resíduos sólidos por família. ....	122

**LISTA DE TABELAS**

Tabela 1: Espécies de peixes comuns no Lago do Jacaré, segundo seus moradores. .....	86
Tabela 2: Demonstrativo da aplicação de crédito no PAE Cabaliana II .....	111
Tabela 3: Características de transmissão elétrica à Vila do Jacaré. ....	112

## LISTA DE SIGLAS

- AME – Eletrobrás Amazonas Energia S.A
- BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
- CCU – Carta de Concessão de Uso
- CEAM – Companhia Energética do Amazonas
- CELETRAMAZON – Centrais Elétricas do Amazonas
- CMM – Colégio Militar de Manaus
- COSAMA – Companhia de Saneamento do Amazonas
- CPRM – Companhia de Pesquisas e Recursos Minerais.
- DIP – Departamento Integrado de Polícia
- DOU – Diário Oficial da União
- DMD – Dinheiro, mercadoria, dinheiro.
- EMEF – Escola Municipal de Ensino Fundamental
- ERAM – Estaleiro Rio Amazonas
- EPI's – Equipamentos de Proteção Individual
- FHC – Fernando Henrique Cardoso
- GPS – Guia da Previdência Social / Global Positioning System
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IDAM – Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas
- IEADAM – Igreja Evangélica Assembleia de Deus do Amazonas
- IFIBRAM – Instituto de Fomento à Produção de Fibras vegetais da Amazônia
- IGHA - Instituto Geográfico Histórico Amazonas
- INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
- IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- MAPA – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento.

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDM – Mercadoria, dinheiro, mercadoria.

ONG' s – Organizações Não Governamentais

PAE - Projeto de Assentamento Agroextrativista

PIATAM - Potenciais Impactos e Riscos Ambientais da Indústria do Petróleo e Gás Natural no Amazonas

PIB Flórida – Primeira Igreja Batista da Flórida

PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária

PREME – Programa de Regionalização da Merenda Escolar

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RADAM BRASIL - Projeto Radar da Amazônia

RGP - Registro Geral de Atividade Pesqueira

SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto

SAF – Secretaria de Agricultura Familiar

SEAD - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário

SEINFRA - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Região Metropolitana de Manaus

SEMED – Secretaria Municipal de Educação

SEPROR - Secretaria de Estado da Produção Rural

SESP - Serviço Especial de Saúde Pública

SIN - Sistema Interligado Nacional

SPVEA - Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

UA – Fundação Universidade do Amazonas

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>18</b>
<b>1. AS BASES TEÓRICAS DA PESQUISA</b> .....	<b>22</b>
1.1 O camponês e seu modo de vida: uma apresentação. ....	23
1.2 A Natureza: uma produção.....	29
1.3 O Território: da natureza ao espaço, do espaço ao território. ....	34
<b>2. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO</b> .....	<b>40</b>
2.1 Características físicas da área de estudo.....	40
2.2 Características humanas da área de estudo.....	42
<b>CAPÍTULO I – DA COMUNIDADE A VILA: O PROCESSO DE FORMAÇÃO DA VILA DO JACARÉ.</b> .....	<b>48</b>
1.1 A produção da natureza na comunidade Nossa Senhora do Carmo: passado e presente. ....	48
1.2 O crescimento da Comunidade: migrações e relatos.....	60
1.3 A Vila e o crescimento urbanístico. ....	64
<b>CAPÍTULO II - DO LAGO A VILA DO JACARÉ: ENTRE O TRABALHO E A RELAÇÃO DO RURAL COM O URBANO.</b> .....	<b>67</b>
2.1 O lago e a Vila do Jacaré: cotidiano.....	67
2.2 O Lago do Jacaré: uma caracterização.....	75
2.2.1 - A Comunidade São Geraldo.....	81
2.2.2 – A Comunidade 13 (treze) de junho.....	82
2.3 O Modo de vida camponês-ribeirinho: Entre o Lago do Jacaré e Vila do Jacaré	85
2.3.1 - A pesca.....	85
2.3.2 - A Extração de açaí.....	89
2.3.3 - A malva.....	99
2.3.4 – A “roça” – a plantação das raízes tuberosas.....	101
<b>CAPÍTULO III – DOS ORGANISMOS DE ESTADO: OS PERPETUADORES DO CAMPESINATO NA AMAZÔNIA.</b> .....	<b>104</b>
3.1 Breve Resumo.....	104
3.2 INCRA.....	105
3.2.1– As Origens do PAE Cabaliana II.....	106
3.3 Amazonas Energia (AmE).....	111
3.4 SAAE.....	113
3.5 IBGE.....	114
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>123</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>129</b>
<b>APÊNCIDE</b> .....	<b>137</b>

## INTRODUÇÃO

Conhecer a Amazônia sem, de certa forma, lhe atribuir leis gerais é uma necessidade atual não só por sua imensidão, mas também para trazer a reflexão sobre os paradigmas há tanto tempo bem massificados. Haja vista que, para muitos, a imagem que se tem da Amazônia está sempre voltada à biodiversidade, aos grandes rios em sua profunda extensão e complexidade hídrica, à maior reserva de água doce do mundo, assim como o destaque dado às populações tradicionais, como os povos indígenas. Isso tem interessado muito a academia, principalmente no que tange as *idades na selva*<sup>1</sup>, pluralizando bastante os estudos sobre as pequenas e médias cidades na região. Embora, sob a perspectiva urbana, por vezes tenha se tomado como referências as principais metrópoles regionais (Manaus e Belém), acredita-se na necessidade de conhecer outras cidades, a fim de entender não só as particularidades, mas também não admitir naturalização à Amazônia.

Nesse contexto, os rios na Amazônia têm importante significado por se constituírem como rotas que outrora serviram de caminho para a entrada dos colonizadores que ambicionavam ocupar a região e extrair seus recursos naturais. Atualmente, o tráfego nas hidrovias na Amazônia se caracteriza como um importante meio de locomoção de pessoas e mercadorias. Parte significativa da economia regional trafega por elas, não só por isso, mas porque indubitavelmente comportam um item essencial à vida: a água, sendo esta tão explorada pelos povos tradicionais e tão presente em *O Rio Comanda a Vida*, de Leandro Tocantins.

Pelo prisma da História, sabe-se que, a partir do século XVII, as viagens, a fim de desbravar a região Amazônica, intensificaram-se. Logo, os colonizadores começaram a se fixar em terra para garantir o domínio. Eles especulavam o interesse econômico através da exploração de recursos naturais, do homem, dos indígenas e das fronteiras que originalmente pertenciam, segundo o Tratado de Tordesilhas, à Coroa Espanhola. Todavia foi somente a partir do século XIX, com o *boom da borracha*, que a ocupação às margens dos

---

<sup>1</sup> Cidades na Selva de uma obra do Prof. Dr. José Aldemir de Oliveira, que propõe um estudo sobre as espacialidades amazônicas, a fim de compreender como as cidades sofreram impactos, não só urbanos mais também culturais, provenientes das políticas desenvolvimentistas para a Amazônia.

rios e afluentes de fato se propagou, o que terminou contribuindo para a consolidação do campesinato na Amazônia.

Dessa ocupação territorial, surgiram os aglomerados populacionais fixos ao longo dos rios, que seguem uma hierarquia urbana: comunidades, vilas, cidades, municípios, regiões e à metrópole. Nesse contexto, insere-se a investigação que se delinea no presente estudo, as duas (2) áreas rurais do município de Manacapuru: Lago do Jacaré (Comunidade 13 de Junho e Comunidade São Geraldo) e a Vila do Jacaré (Comunidade N. Sra. Do Carmo). Com expressividade maior e recorte espacial, trabalhou-se diretamente na última, a qual, no decorrer e observação do cotidiano, do modo de vida e da produção da natureza intimamente ligada ao Lago do Jacaré, adotamos a análise da relação entre ambos os lugares. Neste, quando se refere ao Lago do Jacaré, refere-se também às comunidades sediadas no lago e, quando se fala na Vila do Jacaré, remete-se somente à Comunidade N. Sra. Do Carmo.

A Vila do Jacaré está localizada no sudoeste do município de Manacapuru, à margem direita do rio Amazonas/Solimões. Formada por uma população majoritariamente camponesa, teve sua origem em meados do século XX, período de grande migração devido o mercado do látex e a grande mobilidade mercantil que se instalou dado a exploração desse recurso natural. Essa região desde o século XVIII, foi dominada pelos índios Mura, conhecidos como “povo navegante”, eles ocuparam a margem esquerda do Rio Amazonas/Solimões e já dominavam a técnica da caça e pesca ofícios marcantes no cotidiano dos camponeses.

Logo, os acontecimentos levaram à formação das unidades camponesas, das comunidades, das vilas e, conseqüentemente, das cidades na Amazônia. Elas fazem parte de um contexto histórico mais abrangente que necessita ser estudado, pois cada lugar tem suas especificidades. Nesse aspecto, esta pesquisa tem como objetivo entender como ocorre/ocorreu a produção da natureza na vila do Jacaré, estabelecendo sua relação com o Lago do Jacaré nesse jogo rural/urbano. Nesse sentido, buscar-se-á entender o processo de formação e expansão da Comunidade Nossa Senhora do Carmo<sup>2</sup>,

---

<sup>2</sup> A Comunidade Nossa Senhora do Carmo foi o nome que outrora recebeu a Vila do Jacaré, que popularmente era também chamada de Boca do Jacaré, elevada à categoria de comunidade em 23 de fevereiro de 1976, posteriormente elevada à categoria de Vila em 1988.

investigando a transformação da natureza pela ótica campesina exercida *in loco*. Em segundo, descrever quem é e como vive o camponês na Vila e no Lago do Jacaré. Por fim, identificar as implicações da atuação direta/indireta do Estado para a (re)produção do modo de vida na área de estudo, trazendo para essa abordagem os dados estatísticos obtidos na pesquisa de campo.

Um dos propósitos de se estudar a Vila do Jacaré e as comunidades do Lago do Jacaré no município de Manacapuru surgiu da oportunidade em ter participado, em 2017, como voluntário de missões assistencialistas que aconteciam quinzenalmente e eram promovidas pela ADRA - Brasil (Agência Adventista de Recursos Assistenciais do Brasil). O encontro com a temática permitiu pensar sobre um possível levantamento sobre a história do lugar e uma explicação do desenvolvimento acelerado percebido nas visitas de campo e, até então, não compreendido, ainda mais porque a área de estudo em questão não foi objeto de análise, nem de levantamentos desse cunho. Pela pouca referência de estudo sobre a área e a ausência de fontes de pesquisa nesse contexto, percebeu-se a responsabilidade em colaborar no estudo da (re)produção do modo de vida camponês.

Portanto, esta pesquisa pretende contribuir com informações geográficas e históricas sobre o lugar Vila do Jacaré e, principalmente, com a compreensão da realidade dos moradores, trazendo mais um trabalho sobre uma temática complexa, mas importantíssima, aos estudos sobre a realidade camponesa na Amazônia.

A abordagem da pesquisa mista, sendo realizada em complementaridade à empírica-analítica, tendo como área focal a Vila do Jacaré e as comunidades rurais do Lago do Jacaré, que estão diretamente envolvidas no contexto organizacional e econômico do modo de vida camponês, expresso no cotidiano dos moradores desses lugares. A partir disso, investigou-se o modo de vida dos camponeses e a organização produtiva da Vila e adjacências, sua contextualização histórica, formação e transformação sócio-espacial.

Para realizar o presente trabalho, utilizou-se, como estratégia, leituras bibliográficas, procurando embasamento teórico e aprofundamento na temática e na área de estudo; análise documental; observação direta em campo da dinâmica de trabalho e de atividades dos moradores de acordo com o calendário hidrológico dos rios amazônicos. Por isso, a pesquisa de campo ocorreu entre

julho e novembro com cinco idas à Vila. Foram entrevistadas, ao todo, 100 (cem) famílias que eram sempre indicadas por cada entrevistado. Haja vista que, de outra maneira, não se obtinha êxito, pois os moradores se negavam a receber a pesquisa pelo temor de na realidade se tratar de fiscalização.

Considerar o regime hidrológico, que normalmente é trimestral, permitiu atingir uma compreensão quanto ao modo de vida, à forma de trabalho e à disposição socioespacial das famílias oriundas do lago, residentes na vila ou vice-versa. Acompanhou-se, durante o ano de 2018, essa disposição espacial e adaptação ao trabalho que acontece naturalmente e propôs-se observar.

De acordo com os agentes comunitários de saúde, a vila tem em média 495 (quatrocentas e noventa e cinco) famílias divididas em pouco mais 300 (trezentas) casas, tirou-se uma amostra de 84 casas que corresponderam a um total de 100 (cem) famílias entrevistadas, ou seja, cerca de 20% das famílias da Vila foram visitadas.

No contato com as famílias, entrevistas semiestruturadas foram realizadas, a fim de captar o máximo de informações sobre os aspectos da produção agrícola e do modo de vida exercido pelos moradores na área de estudo. Em seguida, ocorreu a aplicação do questionário que alcançava a todos os aspectos socioespaciais e ambientais inerentes ao cotidiano dos entrevistados residentes da vila ou das comunidades no lago.

Para entender o processo de formação histórico e geográfico e as transformações socioespaciais ocorridas na área de estudo, além das entrevistas já mencionadas, recorreu-se a fontes orais, com entrevistas direcionadas aos moradores antigos, que, ao expor suas histórias, delineavam o processo de conquista pela terra, o que possibilitou identificar as diferentes territorialidades que constituíram o processo formador do lugar Vila do Jacaré. Além das entrevistas, foram feitas várias visitas aos roçados, acompanhando os trabalhos desenvolvidos pelos camponeses.

No que se refere aos instrumentos de pesquisa, utilizou-se gravador de voz, câmera fotográfica, smartphone, caderno de campo, questionários impressos, GPS (Sistema de Posicionamento Global), imagens de satélite de domínio público, entre outros. Ao término da pesquisa de campo, os dados foram tabulados e analisados. Posteriormente, geraram gráficos que justificam a presente pesquisa como quali-quantitativa. A presente dissertação está

estruturada em três capítulos, cada capítulo terá por finalidade trazer à discussão um de cada objetivo proposto.

No primeiro capítulo, procurou-se entender o processo formativo da Comunidade Nossa Senhora do Carmo (Vila do Jacaré), identificando as transformações socioespaciais ocorridas, os aspectos organizacionais e o modo de vida da Comunidade.

O segundo capítulo objetivou compreender a organização produtiva da vila. É discorrido acerca da forma de produção, cumprindo responder: quais, onde e como os produtos agrícolas são cultivados; como acontece o uso da terra; quais as influências sazonais; como é a forma de trabalho; como se dá a relação do camponês com o mercado consumidor do seu produto e quais as consequências dessa interação.

No terceiro capítulo, abordamos sobre os aparelhos ideológicos do Estado e o próprio Estado, por meio de suas autarquias, programas e mecanismos que, de certa forma, atuam na manutenção e perpetuação do modo de vida camponês na Amazônia. Os dados coletados e observados em campo serão tratados e apresentados em forma de tabelas e gráficos.

Propôs-se uma amostragem censitária que permitirá saber quem são os moradores da Vila do Jacaré, de onde vieram, qual grau de instrução, quanto percebem de renda mensal e, nesse item, confrontar-se-á os dados informados pelo entrevistado junto aos disponíveis no Portal da Transparência<sup>3</sup>, pois percebemos a tentativa de omissão da informação. Além disso, considerou-se que essa personagem, ainda que saiba os valores financeiros que percebe como os provenientes dos programas assistencialistas, muitas vezes os nega obter ou reluta em confirmar que é assistido por um ou mais programas governamentais.

Deste modo, cumpre-se informar que alguns dados dos entrevistados foram negados. Em vista disso, se na composição dos dados não foi conseguido confirmar, acrescentar ou definir a informação negada, optou-se pela exclusão na amostragem final dessas recusas.

## **1. AS BASES TEÓRICAS DA PESQUISA**

---

<sup>3</sup> O Portal da Transparência disponível em <<http://www.portaltransparencia.gov.br>> é um site de acesso livre, no qual o cidadão pode encontrar informações sobre como o dinheiro público é utilizado, além de se informar sobre assuntos relacionados à gestão pública do Brasil.

Neste item, partiu-se do esforço de delinear em cadeia, uma concepção que parte do agente transformador da natureza, nesse caso o camponês, conceituando e apresentando quem é esse indivíduo conforme a concepção construída pelos pensadores da Geografia. Em segundo, trata-se da natureza a qual, em nossa abordagem é aquela produzida pelo trabalho, transformada pelo homem em lugar, em espaço e também em território. Conforme defende Gomes (2008), a natureza pode influenciar e moldar o modo de vida, mas é sempre a sociedade, seu grau de educação/instrução, nível cultural e de progresso que tem a responsabilidade da escolha, consoante a premissa de que o “meio ambiente propõe, o homem dispõe”.

Em terceiro, tratou-se quanto ao conceito de modo de vida como aquele que capta e expressa a maneira, o *modus operandi*<sup>4</sup>, os hábitos e práticas pertencentes a determinado grupo social nesse caso, o camponês.

Por fim, no que se refere ao território, partiu-se da aceitação de que um indivíduo, os aparelhos de Estado, ou um grupo social estão diretamente envolvidos na consolidação do mesmo. O espaço territorial é então o *locus* do exercício de poder, cuja soberania é a expressão do domínio patrimonial ou de propriedade –, de modo exclusivo, e sob dado contexto ecológico (por se tratar de parte da superfície terrestre), de forma a constituir uma parcela de terra apropriada (LE BERRE, 1995).

### 1.1 O camponês e seu modo de vida: uma apresentação.

Antes de qualquer coisa, precisa-se definir: Quem é o camponês? Teodor Shanin (2005) afirma que o camponês é mistificação, e esse personagem existe em qualquer sociedade, continente, estado e região. Portanto, não se trata de indivíduos homogêneos, coesos e robotizados se (re)produzindo ao longo do tempo, sempre da mesma maneira e valor.

Não diferentemente disto, Moura (1986), traçando sua contribuição em definir quem é esse camponês, menciona que este vive da terra e do que ela produz, plantando e colhendo o alimento que atende a todas as classes do rico

---

<sup>4</sup> Modus operandi é um termo utilizado para designar uma maneira de agir, operar ou executar uma atividade seguindo geralmente os mesmos procedimentos. Segundo a teoria relacional de Bourdieu (2004) o *modus operandi* aparece identificado como uma parte constituinte do *habitus*, o qual funciona com regras em estado prático que vão se construindo segundo as normas socioculturais

ao pobre. Considera também que o camponês é aquele que mais se envolve diretamente com os segredos da natureza. Por isso, desde os primórdios, o camponês é aquele que vive de atividades diretamente ligadas à terra. Witkoski (2010), em relação ao campesinato amazônico, defende que o camponês amazônico é aquele que combina 3 (três) elementos: “terra, água, e floresta” para se (re)produzir como tal.

Michael Taussig, em *The Devil and Commodity Fetishism in South America* (O Diabo e Fetichismo do Comércio na América do Sul, *tradução livre*) refuta que o modo de vida camponês apresenta uma concomitante relação de subordinação e estranhamento com a sociedade capitalista. Se, por um lado, o mercado domina o campesinato, por outro, ele não o organiza (TAUSSIG, 1980:10). Logo, o que rege as próprias leis no campo é o camponês enquanto agente produtor e reproduzidor do seu modo de vida, evidenciando que, no campesinato, sua organização é pautada na produção pelo trabalho familiar e no uso disso como valor, antes de tudo, moral.

José Vicente Tavares Santos (1984), em *Colonos do vinho*, define esse indivíduo, que é chamado de camponês, como a

personificação da forma de produção simples de mercadorias, na qual o produtor direto detém a propriedade dos meios de produção – (terra, objeto de trabalho e outros meios de trabalho) – e trabalha com estes meios de produção. Esta combinação de elementos faz com que o camponês se apresente no mercado como vendedor dos produtos de seu trabalho, como produtor direto de mercadorias. Como produtor, venderá seus produtos para adquirir outros, qualitativamente diferentes, que possam satisfazer suas necessidades de consumo individual ou produtivo. (SANTOS, 1984, p. 69).

A partir disso, percebe-se que a concepção de camponês é o indivíduo multifacetado que tem sua única forma de subsistência no trabalho e, a partir do trabalho, apropria-se da natureza, transformando-a em território, espaço e também em lugar. Esse indivíduo utiliza a força de trabalho da sua família para suprir as suas necessidades. O camponês, à luz do capital, sempre será aquele que produzirá excedente a fim de vender para comprar o que não produz ou deixou de produzir. Logo, o trabalho é a chave para o camponês, é a parte ativa do homem.

Por isso, acredita-se que o trabalho do camponês está diretamente ligado à produção do território e ambos os conceitos usados neste trabalho aparecem estritamente intrínsecos.

A natureza não é uma coisa dada, como se pensava. Smith (1984) defende o pressuposto de que a natureza é produzida pelo trabalho como valor de uso e de troca quando há o capitalismo, perfilando essa produção. Ela não é exterior ao homem, mas sim universal, ou seja, social. Logo, percebe-se que a produção da natureza acontece na superfície da terra tendo a premissa da intencionalidade humana, coordenando as transformações.

Claude Raffestin (1993), elencando o elemento chave, que é responsável em si por caracterizar o espaço geográfico como território, admite que a ação de “se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator ‘territorializa’ o espaço” (RAFFESTIN 1993, p. 143).

Uma vez que o espaço é territorializado sob essa ótica, no que compete à apropriação por um indivíduo que possui *psique* e, com ela, o juízo que lhe é intrínseco, performa-lhe o sentimento do necessário. Tão breve, esse sujeito observa a necessidade de subsistência e, no que tange à maneira a se atingir esse fim, tem-se como ocupação o plantio, a pesca, a poli e/ou a monocultura, que geralmente são um trabalho aprendido e, portanto, perpetuado de geração em geração.

Dessa maneira, surge então o camponês, sujeito pensado que vive de práticas notadamente ligadas ao campo, porém é versado em vários ofícios. É o indivíduo que possui, na família, fonte de mão-de-obra garantidora do próprio sustento no núcleo familiar. O camponês, nesse sentido, será um produtor de mercadorias e, o campesinato, a ação, assim como entende Karl Marx: uma classe econômica global<sup>5</sup>. A família possui os meios de produção e, conseqüentemente, assume o papel direto no estabelecimento da capacidade produtiva.

Na Amazônia, é fator importante considerar que a (re)produção do campesino requer a combinação de diversas atividades que permitam a este camponês subsistir nos diferentes períodos sazonais peculiares à Amazônia (cheia, seca, enchente e vazante). A execução dessas e de outras atividades ou a combinação delas (extrativismo, pesca, agricultura, artesanato, pecuária, dentre outras.) garante renda necessária que permita a sobrevivência

---

<sup>5</sup> MARK, Karl. **O capital**, t. III, Buenos Aires, 1956, p. 682.

primeiramente do seu núcleo familiar.

Portanto, partindo disso, a conceituação de Cruz (2007), *camponês-ribeirinho*, se faz necessário e apropriado, com o intuito de apontar que os ribeirinhos da Amazônia se (re)produzem historicamente por meio do modo de vida camponês, estabelecendo relações externas e internas com o capital. Não diferentemente disso, Witkoski (2010) chama esse camponês da Amazônia de *camponês-amazônico*, porque percebe-se relativa autossuficiência, principalmente no que se refere à sua dieta alimentar, nos quais os seus ingredientes básicos podem estar disponíveis em maior ou menor quantidade, dependendo do resultado do trabalho familiar na pesca, na caça e/ou na agricultura. Esse indivíduo, conforme o autor, utiliza os três recursos naturais que são importantes para ele a fim da subsistência direta de sua família: a água, a terra e a floresta.

Assim, o camponês é aquele produtor individual que encontra sua forma de sobrevivência no lidar com a terra, isto é, com o plantio. Ele faz uso da força de trabalho da família para satisfazer às necessidades da unidade doméstica. Por isso, para Marx o camponês é um “conservador” (ARCHETTI, 2014).

O modo de vida, por sua vez, é diretamente uma palavra, ou conceito que é usado para definir atividades realizadas por um grupo, tribo, ou um sujeito sobre o meio. O modo de vida é a prática, o hábito, o costume, a maneira como um indivíduo realiza o trabalho, em caráter direto ou indireto. Usualmente empregado coletivamente para determinar uma prática realizada em conjunto.

Para Isabel Guerra (1993), ao investigar o modo de vida, deve-se levar em conta três parâmetros que correntemente são pouco empregados: o sistema e os atores sociais; a história e o cotidiano; e o objetivo e o subjetivo na percepção do real. Esses três parâmetros deveriam ser articulados de maneira a convencionar a força da estrutura com a possibilidade de ação dos sujeitos, com o nível da vida cotidiana articulado ao econômico, ao político, ao cultural, bem como às redes de poder estabelecidas nas articulações entre as diferentes esferas do social.

Não diferentemente disso, a ideia *la blacheana* de “gênero de vida” não anda na contramão pelo que se entende de modo de vida. O geógrafo da escola francesa, representante do período da geografia clássica, Paul Vidal de La Blache (1845-1918), aceitava que o homem, desde os primórdios, era nômade.

Logo, tinha, por necessidade, adaptar-se ao meio, criando para isso um relacionamento constante com a natureza.

Não obstante, consoante Gonçalves (2004), o constructo modo de vida desdobrou-se em dois aspectos: 1) relativo às condições de vida e 2) relativo ao estilo de vida. Enquanto as condições de vida corresponderiam às determinantes e condicionantes da vida em sociedade, o estilo de vida se daria nas singularidades presentes nas pessoas e em pequenos grupos, abarcando os hábitos, normas e valores expressos pelos indivíduos.

As populações, destarte, desenvolviam técnicas, hábitos e costumes que lhes permitissem fazer uso dos recursos naturais disponíveis. Esses costumes, geralmente perpetuados e/ou transmitidos de pai para filho, garantidos pelas leis consuetudinárias<sup>6</sup>, são percebidos no século XXI por meios dos ofícios. (FALCKE, D.; WAGNER, A. 2005).

O modo de vida camponês na Amazônia, não diferentemente do que aferiu Cruz (2007) em seu levantamento, historicamente falando, é uma formação antiga definido nesta pesquisa, sobre o modo de vida camponês-ribeirinho, terminologia que será adotada para se referir a este camponês da Amazônia.

Para compreender os camponeses-ribeirinhos na várzea amazônica, parte-se do pressuposto de que é necessário examiná-los no interior do desenvolvimento capitalista no campo, fundamentado no processo de monopolização do território, para o exterior. O ribeirinho comporta-se plenamente ao significado daqueles que moram às margens do rio. No entanto, “ser ribeirinho, para esses camponeses, é muito mais que uma posição geográfica: morar às margens do rio” (CRUZ, 2007, p. 8). Para o camponês-ribeirinho, há uma relação parental não somente com a terra, na qual constrói sua casa, de onde também retira toda ou parte da sua produção familiar, mas também com os rios, os lagos, os furos, os igarapés, os paranás<sup>7</sup>, tendo em vista

---

<sup>6</sup> Leis Consuetudinárias eram compêndios de sabedoria popular. Não eram elaboradas por legisladores nem apreciadas por um Parlamento. Registrava-se no papel os costumes criados por todas as categorias sociais na vida de todos os dias. Nem o rei, nem o nobre, nem o clero podiam ir contra o costume, desde que não violasse a Lei de Deus e os demais costumes já existentes. Em suma, a moral e os bons costumes, até as relações de trabalho eram perscrutadas pelo direito consuetudinário, aprendido socialmente, guardado pelos anciãos e perpetuado socialmente (OMPI, 2016).

<sup>7</sup> Na terminologia amazônica, o termo *furo* significa um braço d'água que se conecta de um curso d'água a outro e que nem sempre é possível se navegar por seu canal; *paraná* significa o próprio rio ou um braço deste, formando por conseguinte, uma ilha; *igarapé*, nome dado aos pequenos rios na Amazônia, sendo

que dele dependa grande parte de sua dieta alimentar e uma parte significativa de sua economia originária da comercialização do pescado excedente, a fertilidade do solo, seus deslocamentos para a maioria dos lugares, o escoamento de sua produção, etc.

Cruz (2007) alude que houve sucessivas mudanças que foram promovidas pela inserção do capitalismo no campo, e elas transformaram o modo de vida e a produção agrícola familiar camponesa – nas suas territorialidades: agropastoris, aquáticas e florestais. Essas alterações estão refletidas nas relações desses atores sociais com a natureza através dos três elementos indispensáveis à sobrevivência campesina: água, terra e floresta.

A análise particular realizada nesta pesquisa sobre o modo de vida camponês-ribeirinho como aquele que norteie a produção da Natureza “in loco”, propõe enxergar essa produção no lugar Vila do Jacaré e comunidades do Lago do Jacaré, profundamente ligadas à Vila.

Por conseguinte, a Vila exerce um poder de influência sobre as áreas circunvizinhas, denotando a conformação de uma microrregião. Tal característica pode ser também pensada à luz da *Teoria dos lugares centrais*, de Walter Christaller (1966), embora não seja o enfoque do presente trabalho.

Witkoski (2010) alude que se tem algo que parece melhor caracterizar o modo de vida camponês na Amazônia é a relativa autonomia que possui, principalmente, ao que se refere à sua dieta alimentar. Os ingredientes básicos podem estar disponíveis em maior ou menor quantidade, dependendo do resultado do trabalho familiar na pesca, na caça e/ou na agricultura. Por sua vez, o que não se produz na unidade camponesa (alimentos, ferramentas de trabalho e outros utensílios) é incorporado, na maioria das vezes, pela compra. Isso é possível graças à renda gerada com a comercialização de sua produção excedente.

Logo, é importante considerar as prerrogativas gerais do campesinato, adentrando as suas particularidades, nas relações internas e externas, para perceber o que permite a sua (re)produção na Amazônia.

---

um termo indígena que significa “caminho de canoa” (derivado de igara – canoa e pé – trilha, caminho) (GUERRA & GUERRA, 2011)

## 1.2 A Natureza: uma produção.

Mas o que é, então, a produção da natureza? Alfred Schmidt (1986) retoma o pensamento marxista no esforço de delinear o que é a natureza, visto que a natureza é a totalidade do mundo sensível, do qual o homem está diretamente envolvido. Qual a relação entre trabalho, natureza, homem e natureza em Marx? Manifestando sua interpretação,

Marx descreve a realidade extra-humana, independente dos homens, mas ao mesmo tempo mediada por eles ou, em todo o caso, mediável, com termos que utiliza como sinônimos: “matéria”, “natureza”, “substância natural”, “coisa natural”, “terra”, “momentos existenciais objetivos do trabalho”, “condições objetivas” ou “concretas do trabalho”. Como inclusive os homens constituem uma parte integrante desta realidade, o conceito marxista de natureza resulta idêntico ao de realidade no seu conjunto [...]. O mundo sensível e os homens finitos em seu respectivo entrelaçamento social – essência e aparência ao mesmo tempo – são as únicas magnitudes que tem em conta a teoria marxista. Só existe para Marx, no fundo, “o homem e seu trabalho, de um lado, e a natureza e sua substância material, de outro (SCHIMDT, 1986 p. 24-25).

Karl Marx aponta, acerca da produção da natureza, o homem como agente diretamente envolvido nessa produção. No que se refere à segunda natureza, Marx inicia considerando a troca entre homem meio como o elo fundamental, afirmando que esta ação garante a perpetuação do mesmo sobre o espaço. Produção esta atingível somente pelo trabalho. Ele não vê o trabalho como uma expressão humana qualquer. Para ele, o trabalho é a exteriorização do ser, logo, a objetificação da essência humana, definindo essa ação como o processo de colocar para fora a mais pura humanidade, o esforço material da transformação do mundo e satisfação das necessidades.

Marx acreditava que uma das coisas que destaca o homem dos demais animais é a capacidade de transformar o meio de acordo com seus planos (e modificar esses planos de acordo com a realidade material), confeccionando, utilizando, produzindo suas próprias ferramentas de produção. (MARX; ENGELS, 2007)

Confeccionar uma ferramenta de produção não é um feito banal. Trata-se de construir um objeto mediador que auxiliará o portador na atividade de manipulação e transformação da natureza (realidade). A ferramenta é como uma

reação humana à inviabilidade de criar com os instrumentos que a natureza austera propicia. O fazê-lo é a alienação que Marx menciona.

Karl Marx, em 1844, nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, salienta que o ato da alienação<sup>8</sup> humana também se relacionava à natureza (corpos inorgânico e orgânico com quem a sociedade mantém um processo contínuo com um único fim: não perecer) em decorrência da organização do trabalho e, ao existir isso, o ser social explicitava a alienação de sua própria atividade vital e fundante, o trabalho. Assim, homens e mulheres alienavam-se individual e genericamente. (MARX, 2004).

Alfred Schmidt, em *El concepto de la naturaleza en Marx*, afirma que Marx percebe a relação homem/natureza como um processo de humanização da natureza que coincide com o processo de naturalização do homem, cuja história cunhada pelo trabalho se mostra de forma cada vez mais clara na equação naturalismo=humanismo (SCHMIDT, 1986).

Schmidt menciona que Marx reafirma a ideia preconizada pelo fisiologista e escritor holandês sobre dialética Jacob Moleschott (1822-1893), seu contemporâneo. Moleschott parte do pensamento da filosofia da natureza de Schelling, no qual se defende o materialismo-científico naturalista em que eles interpretam a natureza como um grande processo de transformação e troca. A natureza era a totalidade e em seu interior acontecia um sistema de trocas, no qual o homem, transformando a natureza, não só subsiste, mas desenvolve um trabalho que o humaniza. Não só o homem, contudo todos os organismos vivos em cadeia desempenham ações que, conseqüentemente, metamorfoseiam o meio.

Jacob Moleschott, em *Der Kreislauf des Lebens*, corrobora Marx com a ideia da troca material, explicitando que

o homem elimina, nutre a planta. A planta transforma o ar em elementos sólidos e nutre o animal. Os carnívoros vivem dos herbívoros, que por sua vez são presas da morte e difundem uma nova vida que germina no mundo vegetal. A esta troca da matéria se denominou troca material. Esta palavra se pronuncia, com razão, não sem um sentido de veneração, pois assim como o comércio é a alma

---

<sup>8</sup>A alienação em Marx é um processo de exteriorização de uma essência humana e do não-reconhecimento desta atividade enquanto tal. O homem é o único capaz de externar o que é proveniente do seu desejo, na confecção de ferramentas por exemplo. A apropriação desse objeto aparece como alienação a tal ponto que quanto mais objetos o trabalhador produz tanto menos pode possuir e tanto mais fica dominado pelo seu produto, o capital (MARX, 2004).

da troca, também o ciclo eterno da matéria é a alma do mundo (MOLESCHOTT, 1855 apud SCHMIDT, 1986 p.84).

Tão logo o homem se aproprie dos elementos da natureza, a troca material acontece imediatamente num nível trófico e fisiológico, como uma simples troca de elementos entre a sociedade e natureza. Marx explicita que o caráter imediatamente trófico e fisiológico desse conceito de troca material é evidente na separação entre a cidade e o campo, peculiar às sociedades dominadas pelo capital, em que ele observa uma sutil alteração “a troca material entre o homem e a terra, isto é, a volta à terra dos elementos do solo consumidos pelo ser humano sob a forma de alimentos e de vestuário, violando assim a eterna condição natural da fertilidade permanente do solo” (SCHMIDT, 1986 p.87).

A concepção do meio, como os indivíduos se apropriam e metamorfoseiam a natureza está indissociavelmente ligado às formas como os indivíduos se relacionam entre si e a expansão das forças produtivas da sociedade. É a partir do conceito de troca material que se torna possível examinar um conceito que, independentemente de Marx, em tempo algum, o tenha construído diretamente, mostra-se bastante oportuno para percepção da consciência do autor em questão a respeito da relação homem/natureza: o conceito de dialética da natureza.

É Neil Smith, em *Desenvolvimento Desigual: Natureza, Capital e a Produção do Espaço*, de 1988, que se apropria da visão marxiana da troca material e delinea pontos para se pensar profundamente sobre a produção da natureza a partir da dialética da natureza de Marx.

Marx buscou dessacralizar o entendimento que se tinha na produção da natureza através dos signos, ou seja, trazida pela abstração. Primeiramente, o indivíduo histórico ou as populações primitivas, as que “dominavam a natureza”, apropriam-se dos bens habitualmente contidos nela e dessa forma por seu uso produzem território. O conceito de dialética da natureza irrompe-se do indissociável e necessário processo de troca material entre o homem e a natureza mediado pelo trabalho. É a atividade mediadora do trabalho que institui que a relação entre o homem e a natureza forje um processo dialético.

Em *O Capital*, Marx considera que essa apropriação altera a forma da natureza, mudando as formas das matérias. Logo, o homem, pela sua atividade,

torna as matérias naturais “úteis” a ele. A ideia de *dominação da natureza* subjaz no desenvolvimento científico e tecnológico contemporâneo, que o povo nação, o qual detém mais aparelhos e informações técnico-científicos, domina mercado, território, valor, economia e política. Isso justifica Porto-Gonçalves (2012), quando diz que

dominamos o fogo - ou melhor, os combustíveis fósseis, carvão e petróleo - que produziria o calor que moveria as máquinas.[...]. Nenhum país, nenhuma sociedade produz ferro, petróleo ou água [...]. Essa é uma das principais razões de tanto conflito territorial onde, por exemplo, os Estados Unidos, com todo o seu desenvolvimento científico e tecnológico, necessariamente precisa manter milhares de bases militares em todo o mundo para obter os minerais que nenhuma ciência/técnica produz. (PORTO-GONÇALVES, 2012, pp. 5)

Reafirmando sobretudo o idealismo antropocêntrico comum no fim da Idade Média, entre os séculos XI – XV, em que o homem aparece interpelando tudo, todas as coisas da natureza, da sociedade, do destino, da história, dos outros homens e dele mesmo, inclusive em *Grundrisse*, Marx (2011) afirma que essa produção geral entre seres humanos e a natureza (nessa relação sujeito e objeto) é básica e é criada pela racionalidade em se estabelecer a necessidade pelo comum.<sup>9</sup>

Em Smith (1988), a noção de “produção da natureza” e a sua “corporificação” revela a sede incessante da acumulação, cuja leitura de mundo repousa sobre a perspectiva de uma natureza como “recurso” não finito. Tudo isso é acumulado sob o capricho da reprodução ampliada do capital. Na medida em que essa perspectiva ganha cada vez mais fôlego, pode-se problematizar o papel da tecnologia e dos avanços no campo científico, isto é, a “ciência” vista como uma possibilidade de intervenção “externa” para o aperfeiçoamento e modificação da natureza, de modo a subjugar-la ao ritmo da produção capitalista.

Além disso, ele opõe-se ao paradoxo, que trata o pensamento da produção da natureza como algo finito, haja vista que a natureza geralmente é posta como algo dado, portanto, inconcebível de produzir. Entretanto, a transformação do tido como natural apresenta-se consubstancialmente materializada pela vida diária, logo é produto social.

Entender o homem a partir da realidade social relaciona condições, as

---

<sup>9</sup> MARX, *Grundrisse*, p.85

quais, a primordial, está na produção como requisito meramente de existência (comer, dormir etc.). Assim, são os indivíduos reais em suas condições, verificadas empiricamente, de vida herdadas e as produzidas por sua própria ação, que são essencialmente responsáveis por sua (re)produção pelo trabalho. A categoria trabalho, conseqüentemente, permitiu ao homem pensar-se como ser que age sobre o mundo (no embate teórico, nas ideias e no mundo concreto).

Desse modo, em Marx,

o trabalho é, em primeiro lugar, um processo entre a natureza e o homem[...], o homem se enfrenta como um poder natural com a matéria da natureza. Põe em ação as forças naturais que formam sua corporeidade, os braços e as pernas, a cabeça e as mãos, para assim assimilar, de forma útil para sua própria vida, as matérias que a natureza lhe fornece (MARX 1932 apud HARVEY, 1990, p. 108).

Logo, o conceito de dialética da natureza ergue-se como um método através do qual o homem transforma a realidade natural contiguamente dada, a “primeira natureza” e edifica, sobre esse pilar, uma “segunda natureza”, artificial, humanizada. Sendo assim, toda produção é apropriação da natureza pelo indivíduo no interior e medida por uma determinada forma de sociedade. Tão logo, o território é também produto do espaço, onde a ocupação dele é, por conseguinte, resultado da apropriação conduzida por um indivíduo, que é o agente diretamente envolvido em sua concepção.

De modo particular, esta pesquisa entende a produção da natureza como uma consequência do trabalho sobre o território; que antes paisagem, torna-se o espaço, o lugar; trabalho que se projeta sobre a terra, onde o camponês também constrói a moradia e de onde retira seu sustento. Na pesca, se não a principal a mais importante atividade, que garante a ele boa parte da sua alimentação; e na floresta de onde ele obtém a caça; recursos que se constituem a principal fonte de exploração e conseqüentemente transformação humana logo, a produção da Natureza.

Estes sujeitos têm se reproduzido frente as mudanças impostas pelo capital, embora concomitantemente também estejam a reproduzir seu modo de vida, suas tradições e costumes sujeitando a natureza a intencionalidade humana. Por isso, o título da pesquisa se torna bem perspicaz: a produção da natureza na perspectiva do modo de vida camponês, justo por perceber que essa produção esta e é diretamente relacionada ao modo de vida que as populações

ribeirinhas na Amazônia (re)produzem, o campesinato.

### 1.3 O Território: da natureza ao espaço, do espaço ao território.

Considerando que o camponês é aquele agente diretamente ligado à produção da natureza pelo trabalho, elencaremos a categoria de análise da geografia: o território. Todavia, ressalte-se a importância de retomar alguns pontos, como: o camponês clássico a luz de Chayanov (1974) é aquele que é compreendido a partir da unidade econômica familiar, onde a atividade econômica da força do trabalho é a doméstica, pois, no que Chayanov pretendia responder não só o que o campesinato produzia, mas, como produzia e para quem produzia.

O campesinato para Martins (1990) provém das relações mediadas pelo capitalismo, desenvolvendo-se em seu interior como relação não capitalista, ou seja, mesmo estando no capitalismo o camponês é necessariamente um produtor de mercadorias e participa do mercado, sem, contudo, ser transformado em capitalista.

Logo, a produção da natureza que se discute neste é aquela que considera o trabalho como ação diretamente ligada à produção da natureza pela intencionalidade. O camponês está produzindo o território ligado a lógica capitalista da oferta/procura por recursos, ou produz porque necessita de moradia, de terras onde possa exercer trabalho e garantir o sustento da família. Portanto, seguindo um princípio didático, a natureza intacta quando produzida pelo trabalho torna-se espaço, e este espaço quando apropriado torna-se território.

A partir dessa percepção, notou-se a necessidade de pontuar territórios dentro do lago do Jacaré que possuem denominação, além das funções que na linguagem do camponês-ribeirinho que hoje reside em sua maioria na Vila do Jacaré; os localiza, os direciona, garantem a perpetuação deles no mesmo modus.

A categoria de análise da Geografia: o território e territorialidade, será o último conceito que discutiremos neste trabalho. Na tentativa de entendê-lo nos apropriaremos das definições presentes em Claudio Raffestin (1993), Rogério Haesbaert (2009), Robert Sack (1986), Santos (1985; 2002) e alguns outros

autores.

Objeto imprescindível na Geografia, o espaço social está cada vez mais inserido em mundo dirigido pelo sistema capitalista que impõe suas transformações espaciais movidas principalmente pela busca do crescimento econômico e da hegemonia do poder (GRAMSCI, 1978).

Não diferentemente disso, o Território, que por sua vez, conceitualmente deve ser compreendido, conforme alude Oliveira (2002)

Como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações superestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas etc) em que o estado desempenha a função de regulação. O território é assim produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência (OLIVEIRA 2002, p.74).

Então, Território é a relação entre os agentes sociais, políticos, econômicos e estatais interferindo na gestão do espaço geográfico, pelo poder, seja uma dominação física material, a terra por exemplo, ou pela intersubjetividade no que concerne à cultura, por exemplo os símbolos.

Assim o conceito de território está entrelaçado a noção de poder, dominação e conquista. Logo, o território é todo espaço definido e delimitado por e a partir das relações de poder, podendo ser contínuo ou fragmentado, variando de uma gleba de terra “empossada” por pessoa física ou jurídica e/ou até mesmo um bloco político.

Não só o conceito de território é um exemplo de que a Geografia enquanto ciência se adapta as novas determinações no desejo de identificar e/ou caracterizar as dinâmicas espaciais existentes, é assim quando a geografia se vale do território para criar a extraterritorialidade, (des)territorialização, (re)territorialidade, território-rede, todos com o propósito de compreender as relações da sociedade com o meio. Nesta pesquisa especificamente estamos trabalhando com o conceito de *território* e *territorialidade* na análise da realidade camponesa em estudo.

Raffestin (1993) compartilha da ideia ratzeliana de que a ocorrência do território, acontece pelo exercício de poder a partir de uma relação de domínio. Essa circunstância segundo o autor, geraria o controle e a soberania, presentes tanto nas relações políticas de larga escala, quanto no exercício local de

domínio. Em outras palavras, o território é produto do espaço, dessa maneira a conformação dele, é resultado da apropriação conduzida por um sujeito, que ele entende como sendo um ator.

Nesse aspecto, é primordial observamos que os indivíduos e os grupos, possuem papel direto no processo de formação territorial. E é inegável a participação desses entes que se tornam atores na formação das comunidades camponesas no Rio Amazonas/Solimões, pois como será visto no decorrer da pesquisa, desde os primórdios da ocupação em terra firme, a influência da Igreja, posteriormente dos posseiros, comerciantes, hoje madeireiros, pecuaristas, ou donos de mercadinhos e embarcações influenciaram direta e indiretamente a formação dos territórios camponeses. Lembrando também a atuação volátil do poder do Estado que está presente na aplicação de políticas que só promovam à ocupação e muitas vezes jaz oculto em fiscalizar.

Ainda esquadrihando o que é território, para Marx, ele se define não pelo domínio, mas pelo uso; é a apropriação (num sentido lato) e não a propriedade (uma relação humana mais limitada) que o alicerça. Ainda de acordo com Marx (1986, p.87) a noção de território estaria dada numa declaração: “[...] o que faz que uma região seja um território de caça é o fato das tribos ali caçarem”. Logo, é o trabalho social que qualifica o espaço, tornando-o um território.

Haesbaert (2009) concorda quando pressupõe que o território camponês é repleto de aspectos culturais provenientes do modo de vida peculiar a cada indivíduo social. O autor também salienta, ser necessário um distanciamento da percepção mais física do território, que foi bem difundida nas Ciências Sociais, a fim de perceber a produção do território para além da perspectiva materialista que tem um sentido vinculado ao espaço físico: à terra. Logo, é necessário, dentro da luz da produção materialista do território considerar também o natural, e defender essa indissociabilidade é concordar que nos movemos cada vez mais no campo híbrido entre sociedade/natureza.

Essa relação sociedade/natureza é muito presente na conformação do território camponês na área de estudo, pois os moradores da vila e das comunidades mantêm uma relação estreita com a natureza, uma vez que dela esses camponeses retiram a produção agrícola familiar necessárias para a sua subsistência. Portanto, essa dependência direta do meio natural que perpassa

as relações sociais e ultrapassa a vertente econômica, que é aquela que percebe a produção espacial como resultado da relação capital-trabalho.

Haesbaert (2009) propõe enxergar a produção do território considerando três aspectos: o político-jurídico (entidades e órgãos de governo); a econômica (capital-trabalho); e a cultural (costumes e modo de vida). Essa percepção nos ajuda a considerar que a produção da natureza pelo camponês está extremamente ligada ao trabalho, e é diretamente por meio dele que esse sujeito transforma o meio através da intencionalidade.

Em Milton Santos temos considerações importantes que também nortearam o presente estudo, o autor afirma, que é na gênese territorial que tudo acontece, mesmo as (re) configurações mundiais influenciando a formação do espaço territorial.

Santos (2002) alude acerca da visão ratzeliana em Marx, apresentando que para Marx é o uso do território, que originariamente o define. Indubitavelmente esse uso está diretamente relacionado ao modo de produção que nesse sentido é o trabalho. Ambos os aspectos conceituais de território são significativos para analisarmos a área de estudo, primeiro porque o território camponês está muito ligado ao seu modo de produção, no caso, a produção agrícola que tem sua origem alicerçada no trabalho familiar. Mas, também podemos admitir e relacionar o modo de produção cultural como modo de produção, que nesse caso acontece por meio das festas ou representações culturais e simbólicas que se manifestam por exemplo, na edificação dos templos religiosos, das escolas, dos órgãos de representação estatal e principalmente das moradias que geralmente são erigidas levando-se em conta as características sazonais da região.

Santos (1985) ainda contribui na proposta do presente trabalho quando ele confirma que a organização territorial também pode acontecer a partir da periodização da história, que é aquela que estabelece como foi a formação histórica do território ao longo dos anos, ou seja propondo perceber como as configurações econômicas, políticas e sociais determinaram até mesmo o crescimento urbanístico da área em estudo. O autor ressalta que, em cada momento histórico, o elemento definidor ou propulsor de crescimento muda de posição, ou a função no sistema espaço-temporal. E isso se destaca na nossa busca para entender as mudanças ocorridas na Vila, ou melhor, no território

construído em lugar daquele anteriormente erigido às margens do Rio Amazonas/Solimões.

Os autores embora expressem diferentes abordagens na definição do que seria território, tendem a compartilhar igualmente o princípio de que são as relações de poder que se fazem necessárias a instituição do território. Claude Raffestin destacou que a formação do território tem caráter político-administrativo, destacando o poder (domínio) pelo trabalho; Rogério Haesbaert analisou o território numa abordagem que considera o poder do Estado, o aspecto humano da identidade social como diretamente ligados a formação territorial. Não diferentemente disso, Milton Santos além dos aspectos político-administrativos do Estado, ressalta a importância da cultura, da economia e dos rituais, ritos sociais evocando o modo de produção e o uso do território pelos atores hegemônicos de poder, indissociáveis na instituição do que é o território.

Dessa forma, tal qual afirma Raffestin (1993) o território “é um espaço onde se projeta um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. Seja esse poder individual/coletivo, estatal, cooperativo.

Sack (1986) seguiu essa linha do poder, pois é no poder que repousa as determinações que ocorrem entre o binômio homem-natureza, por isso primou-se também trazer a territorialidade para a discussão da presente pesquisa. Segundo o autor a territorialidade é um conceito geográfico que norteia o poder ou o seu exercício sobre um determinado território. Ela é diretamente resultante da inquietude de um indivíduo ou grupo social em querer influenciar, controlar pessoas, recursos, fenômenos e relações (também as que são de cunho comercial), a partir da delimitação e do controle sobre uma área. Territorialidade, portanto, seria o resultado das relações econômicas, políticas e socioculturais. Por isso, se apresenta de diferentes formas, estabelecendo certa heterogeneidade paisagística e cultural sobre o espaço. Por esse prisma, a territorialidade é concebida por meio da abstração das motivações humanas.

Em Saquet (2006), temos a premissa de que o processo de territorialização é um movimento historicamente constituído pela expansão do capitalismo, se tornando um dos produtos socioespaciais resultante das contradições sociais estabelecidos sob a tríade: economia, política e cultura, que consequentemente possibilitam imprimir diferentes territorialidades sobre o

meio. A ideia de Saquet é importante para compreensão das territorialidades camponesas no ambiente da pesquisa, ainda mais que no que tange a Amazônia. Os estudos de Cruz (1999, 2007), Fraxe et al. (2007); Witkoski (2010); Silva (2013) Nascimento (2016); Serrão (2018) e outros até aqui realizados, no que concerne à temática camponesa, apontam que a Amazônia é um exemplo claro dessa expansão capitalista que fomenta o surgimento de diferentes territórios, erigidos a partir das territorialidades. Desde a relação do pequeno camponês, até a ação dos grandes negócios como as agroindústrias que nesse caso, tem sido importantíssima para o escoamento da produção de gêneros alimentícios produzidos e colhidos no território das comunidades na Amazônia, e claro o Estado, que tem sido o principal agente “motor” nessa territorialização amazônica.

De outro modo, quando os indivíduos vão além da imprescindibilidade da apropriação da natureza, quando desenvolvem ali preceitos coadunados aos seus sentimentos ou as responsabilidades, provenientes da divisão social do trabalho que no caso do camponês acontecem dentro da família, reproduz seu espaço de vida, ao qual tomam juízo de causa e se fazem pertencer. Produzem identidade sem a racionalização de o fazê-la, e na ânsia de posse (o meu), meu lugar no mundo, exprimem uma relação recôndita de poder, e é assim que se formam: o território e territorialidade.

Raffestin considera que “[...] a territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a “face vivida” da “face agida” do poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 161-162).

## 2. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

### 2.1 Características físicas da área de estudo

Geologicamente, segundo Reis et al. (2006) o Estado do Amazonas é caracteristicamente formado por uma cobertura sedimentar fanerozóica, que se depositou sobre um substrato rochoso pré-cambriano. O Projeto RADAMBRASIL sustenta que o município de Manacapuru (sede), está sobre cinco formações geológicas distintas das quais a Vila do Jacaré, pertence a três destes conjuntos geológicos: 1º Terraços Holocênicos, 2º Formação Alter do Chão e 3º Aluviões Holocênicos<sup>10</sup>.

Geomorfologicamente, segundo Maria Adelaide Mansini Maia et al. (2010) em *Geodiversidade do estado do Amazonas*, no estado existe a prevalência de um vasto domínio de terrenos de cotas modestas, inferiores a 200 m, o que se conhece por Tabuleiros da Amazônia centro-ocidental, outrora também chamado de Planalto Rebaixo da Amazônia Ocidental por Mauro et al. (1978).

No que concerne ao nosso objeto de análise, a Vila está sobre o referido tabuleiro, portando variação altimétrica de 16 a 24 metros. O clima da região na área de estudo, de acordo com a classificação *Koppen* é do tipo AM, Equatorial Quente e úmido com estação seca. Quanto ao perfil pedológico, estudos realizados pela EMBRAPA (1999), apontam que os principais solos na Amazônia tipificam os dois grandes ecossistemas que caracterizam a região: a terra firme e a várzea.

Nesse caso, em se tratando do lugar Vila do Jacaré temos a terra firme como expressão de ecossistema amazônico predominante. Sob esse ponto de vista é salutar explicitar que a terra firme é formada caracteristicamente por duas principais unidades pedológicas dos quais os latossolos e os argissolos cobrem boa parte desse ecossistema, enquanto o restante de 20% compõe os demais tipos. Dessa maneira, conforme a EMBRAPA (2006) no *Sistema brasileiro de classificação de solos*, há uma predominância de plintossolo álico moderado de

---

<sup>10</sup> Aparecem em ordem de acordo com o tamanho e extensão.

textura média/argilosa relevo plano e argissolo álico atividade baixa textura média/argilosa floresta aberta relevo suave ondulado compondo o solo sob a área de pesquisa. Entre as principais unidades vegetacionais encontradas na área, segundo o projeto RADAMBRASIL (1978), destacam-se as florestas: ombrófila densa terras baixas e a ombrófila baixas dossel emergente.

Acolhendo como base a sede pastoral da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, que é o ponto de localização por onde os moradores na vila se situam, temos ao Norte (de frente a mesma) a Costa do Paratari; a leste (a jusante o rio) a Comunidade de Canabuoca; a oeste (lá pra dentro “como chamam os moradores”) o lago do Jacaré e ao Sul (a “roça”) e o Lago do Castanho<sup>11</sup>, como proposta apontamos a figura 1, a fim de “situar no mundo” a Vila do Jacaré em relação ao município sede, Manacapuru.

---

<sup>11</sup> Com o objetivo de exemplificar a localização, que pertence a fala dos moradores e está presente em seu cotidiano, optamos por essa arguição.

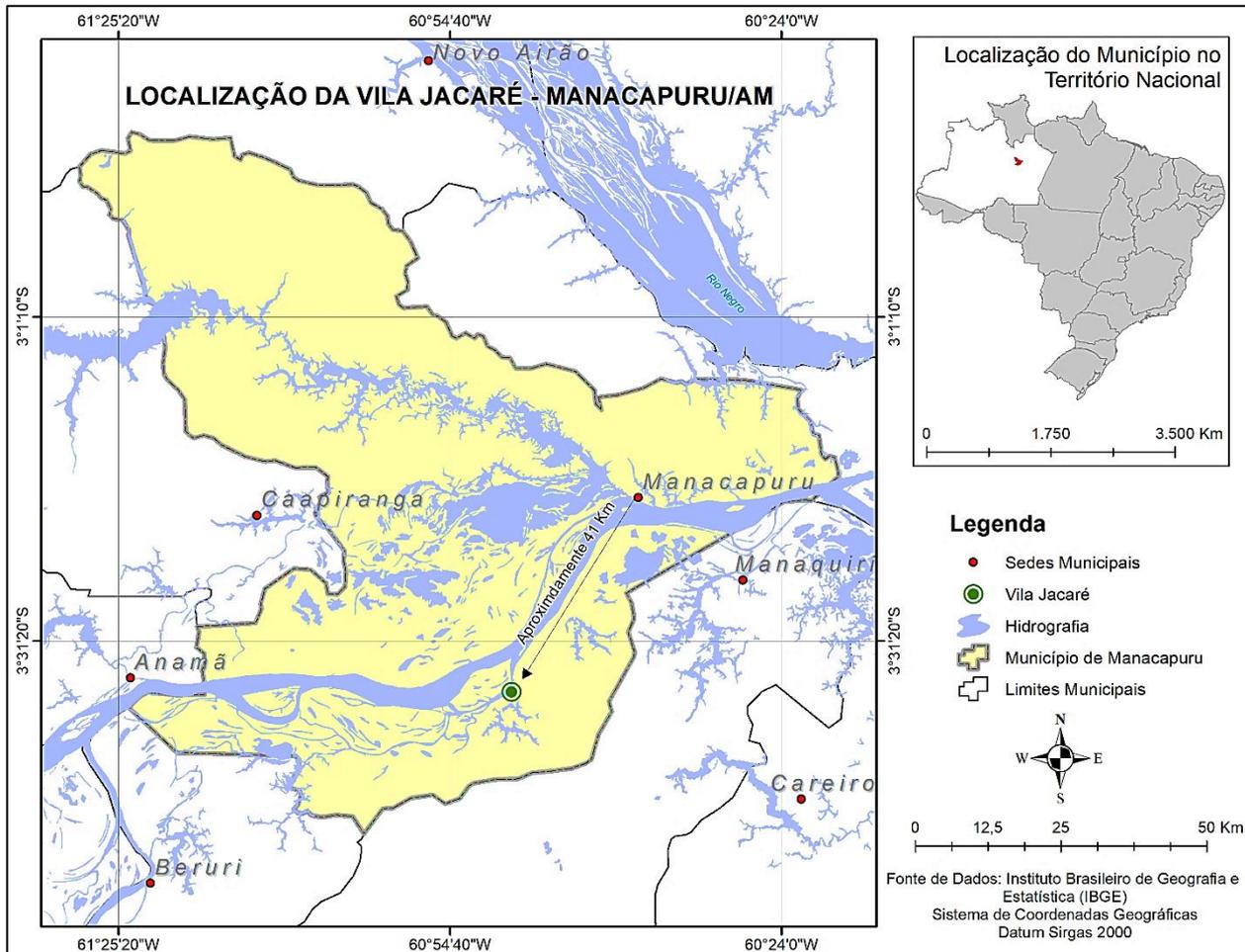


Figura 1 - Mapa de Localização da área de estudo.  
 Fonte: IBGE(2012)/Sistema de Coordenadas Geográficas Datum/Sirgas 2000.  
 Org.: André Campos Alves, 2018.

## 2.2 Características humanas da área de estudo.

A Vila do Jacaré é uma daquelas cidades tipicamente amazônicas, com todas as características das pequenas cidades que Corrêa (2011) em *As Pequenas Cidades na confluência do Urbano e do Rural* defende. Em se tratando de Amazônia essas pequenas cidades que em sua maioria crescem da borda ao platô, tem sido objeto de importantes estudos realizados pelo NEPECAB/UFAM desde 1995. A Vila está localizada à margem direita da sede municipal de Manacapuru, de onde se distancia cerca de 41 (quarenta e um quilômetros) em linha reta. Integra a Mesorregião Centro Amazonense e Microrregião de Manaus, também está a sudoeste da capital do Estado do Amazonas, Manaus, da qual dista em linha reta, 69km (sessenta e nove quilômetros). Estando sob as coordenadas geográficas: latitude 3° 36' 08.14" S

e longitude 60° 49' 04.22" O.

Embora localizada próxima a borda sul do limite territorial do município de Manacapuru, a Vila do Jacaré possui um aglomerado expressivo de casas. Sua representação apresenta 22 (vinte e dois) retângulos, que dão dimensão a certo ordenamento espacial.

O espaço produzido na vila, como pode ser observado na representação tridimensional (figura 2)<sup>12</sup>, constitui-se um misto de elementos que remetem ao urbano e ao rural; de um lado a iluminação elétrica, distribuída externamente por meio de postes e fios elétricos, as antenas de rádio e alto-falantes comunitários, água encanada e reservatórios de água, serviço particular de internet. Por outro lado, encontra-se elementos tipicamente pertencentes às comunidades amazônicas como: as casas de moradia sitiadas por dependências utilitárias como o paiol<sup>13</sup>, a casa de farinha, o pequeno comércio, na Vila também encontramos esse modal algumas vezes nos quintais existem as pequenas plantações de malva, tomate, açaí, mamão e banana.

A área de pesquisa possuía em outubro de 2010 cerca de trezentas casas, segundo a administradora comunitária Kelly Cristina Vasconcellos de Albuquerque<sup>14</sup>.

---

<sup>12</sup> Essa representação, pensada pelo autor do presente trabalho, é fruto da pesquisa de campo e produto da experiencização no lugar Vila do Jacaré.

<sup>13</sup> O paiol na Amazônia difere daquele paiol conhecido para uso militar onde se guardavam os víveres e as munições (pólvora). Na Amazônia a função do paiol é secar e armazenar a castanha por exemplo, usado como despensa para a armazenagem de produtos agrícolas em geral.

<sup>14</sup> MAGGI, Leticia Às vezes não tem o que jantar, diz moradora da Vila do Jacaré. In: **Últimos Segundos Brasil**. Disponível em: <<https://goo.gl/dTUSm6>>. Acessado em: 25 jul. de 2017.



Figura 2: Mapa Mental da Vila do Jacaré (2018).  
Organização: Jonathas Neves, 2019.  
Desenho e Colorização: Simy Vasconcelos, 2019.

Dois segmentos distintos podem ser observados nas duas representações. No primeiro, os principais objetos geográficos definem a centralidade da comunidade, pois ali estão as escolas, um posto policial, o campo de futebol, a IEADAM<sup>15</sup>, o cemitério, a sede ou o centro social, a rádio comunitária e a Igreja Católica que foi a primeira instituição eclesiástica na Vila e diretamente envolvida na criação das comunidades, vilas e cidades na Amazônia (OLIVEIRA, 2006), além das residências de frente ao rio. No segundo segmento, ocorre uma disposição de casas que formam 6 (seis) ruas que se fôssemos dividir comporia a área central da Vila, além de 9 (nove) outras ruas que não aparecem ocupadas na representação e um campo de futebol na parte superior esquerda do desenho.

No canto superior direito, pode-se observar o reservatório, ocupando pouco destaque no mapa mental<sup>16</sup>, mas vital importância no abastecimento de água das mais de 400 (quatrocentas) famílias que moram na Vila, diferentemente de outras representações, que ocupam posições de destaque no mesmo. Isso tem algo a ver com a importância que o objeto geográfico possui para a pessoa que a representa sob vários aspectos do seu cotidiano, podendo conter elevada ou baixa expressão, refletido no desenho. Nem sempre é tão fácil mensurar esses aspectos. Fraxe (2006) numa visão mais pragmática, ratifica que compreender a dinâmica da natureza e do mundo vivido na Amazônia é uma tarefa difícil, ainda mais porque ela é construída por elementos distintos que se complementam, esse processo a torna complexa, e só aceitação da relação entre esses diferentes elementos traz possibilidade de entendimento.

Nesse sentido, é possível pensar que vários indivíduos representando um mesmo lugar julgarão diferentes os mesmos elementos geográficos, cada um com o peso da experiência vivida no cotidiano, dos fatos experienciados e principalmente do olhar.

A vila possui também casas flutuantes que em maioria possuem várias funções como: moradia, comércio, estocagem do pescado, depósito de gelo, depósito de açaí e essas se diferenciam com a paisagem notada em terra firme. A disposição territorial das casas possui um perfil que remete à ordem, pois estão

---

<sup>15</sup> IEADAM – Igreja Evangélica Assembléia de Deus no Amazonas.

<sup>16</sup> Conforme Nogueira (2006) o mapa mental é uma representação construída tomando como base a percepção do lugar vivido, experienciado, portanto parte de uma realidade.

dispostas em formas paralelas e perpendiculares ao rio, sugerindo um traço humanizado, menos dependente do meio natural, o que não ocorre com as casas flutuantes, que acompanham, além da dinâmica dos rios, os contornos das margens, portanto, mostrando maior grau de dependência, muito embora isso não aconteça de forma absoluta.

A vila do Jacaré, também é um aglomerado expressivo de pessoas, possuindo equipamentos coletivos e individuais que são considerados urbanos, como torre de rádio comunitário, de televisor, de antena de TV a cabo, em alguns casos de motocicleta, do tanque de fibra para armazenagem de água e de outros bens de consumo duráveis e não duráveis. Isso de certa forma, justifica a representação de um posto policial hoje desativado, mas que outrora funcionava como um aparato repressor de pequenos delitos, comuns à vida em comunidade.

Outro aspecto relevante diz respeito à religiosidade do local, tanto é notável a importância dos credos religiosos na Vila do Jacaré, que todos os moradores conhecem, sabem localizar onde estão os templos, e reconhecem suas atividades. Nesse sentido, podemos dizer que as igrejas ocupam posições de centralidade na comunidade uma vez que no âmbito social realizam trabalhos que vão desde os religiosos aos assistencialistas.

Há quatro principais credos sendo: Assembleia de Deus, PIB Flórida, Católico Apostólico Romano e Adventista do Sétimo Dia. No total cinco templos constituídos, dois católicos e os demais um de cada denominação.

Lima et al. (2011) sobre essa pluralidade de instituições eclesiais nas pequenas cidades amazônicas destaca que é recorrente, sobretudo, nas comunidades amazônicas de aglomerados significativos haver mais de uma denominação religiosa estabelecida no local. Por outro lado, nas comunidades menores, têm-se um templo católico ou protestante como foco central da religiosidade local, de certa forma estando como um símbolo da própria comunidade.

Em aspecto geral, a Vila do Jacaré é um símbolo das contradições existentes na Amazônia. De um lado, equipamentos que a integram ao restante do mundo, como antenas de televisão, luz elétrica, telefone, rede de internet WI-

FI<sup>17</sup>. De outro, observa-se a plantação de malva que acontece no fundo dos quintais, o paiol, a própria casa de farinha que é uma herança cultural dos povos indígenas menciona Cruz (2007). Isso não a torna um lugar isolado no meio da Amazônia, nem tampouco a determina como rural ou urbana. Mas, uma cidade tipicamente amazônica, as *cidades na selva* integradas, por meio dos circuitos de informação, ao mundo.

---

<sup>17</sup> WI-FI ou wireless é uma tecnologia de comunicação que não faz uso de cabos, e geralmente é transmitida através de frequências de rádio, infravermelhos, antenas etc.

## **CAPÍTULO I – DA COMUNIDADE A VILA: O PROCESSO DE FORMAÇÃO DA VILA DO JACARÉ.**

Neste capítulo, abordamos o processo de formação e organização da Vila do Jacaré, iniciando com uma abordagem a partir do processo histórico de produção da natureza à formação da Comunidade. Identificando os sujeitos e ações que promoveram a formação territorial. Nesse sentido, iremos identificar o processo de formação e expansão que elevaram a Comunidade à Vila. Concluindo, iremos mostrar os aspectos organizacionais da Vila.

### 1.1 A produção da natureza na comunidade Nossa Senhora do Carmo: passado e presente.

De acordo com os relatos de antigos moradores e descendentes dos fundadores da comunidade, as terras que constituem hoje a Vila do Jacaré pertenciam ao que na literatura conhecemos por um posseiro<sup>18</sup>, no caso o Sr. Francisco Cortez que na época constituiu um caseiro o Sr. Martins Tavares que tinha um “casebre” à margem direita do rio Amazonas/Solimões, de frente onde hoje é a Escola Lili Vasconcelos (figura 3).

---

<sup>18</sup> Posseiro é o indivíduo que detém de fato a posse de uma gleba terra, independente de seu tamanho, mas não é de fato o dono de direito pois não possui documentação que oficialize a posse, pode ser também um antigo morador de uma terra devoluta ou privada, e ainda diz-se se pessoa que usufrui da ocupação de uma terra da União.

Terra devoluta é uma terra pública que ainda não foi designada a ninguém pelo Poder Público e que jamais compõe um patrimônio particular, ainda que estejam irregularmente sob sua posse.



Figura 3: Localização da Moradia de antigo fundador.: A) Visão Lateral a partir da Av. Nossa Senhora do Carmo; B) Visão frontal da praça para a EMEF. Lili Vasconcelos.

Fonte: Trabalho de Campo, 2018.

Foto: Jonathas Neves, 2018.

Também moravam em outra porção de terra outras duas famílias, a família do Sr. José Teófilo da Silva e a de Lili Vasconcelos, todas viviam basicamente da agricultura, da pesca, da caça, da juta e do pequeno roçado. É importante destacar que pelo relato dos entrevistados essas famílias na linguagem teórica são chamadas de rendeiras, que são aquelas que tomam posse por arrendamento, e foi exatamente o que aconteceu quando foi fundada a Comunidade Nossa Senhora do Carmo e os comunitários começaram a trabalhar pelo direito à terra, até que pelo findar das “questões”, que é o jargão utilizado por eles como referência a luta pelo direito de propriedade, findasse.

Reconhecida em 23 de fevereiro de 1976 como Comunidade Nossa Senhora do Carmo, outrora também chamada de Boca do Jacaré, nome esse

que faz alusão a um evento instintivo e natural das espécies de jacaré que é o *banho de sol*<sup>19</sup>. No período de vazante e sobretudo na seca dos rios amazônicos, os depósitos aluviais antes submersos ficam visíveis e em frente à vila onde há um desses depósitos, se torna o território dos jacarés nesse período. Nessa porção considerável de terras que aparecem na seca, o acesso a vila aumenta em aproximadamente 20min. (vinte minutos) o tempo de deslocamento e transporte à terra firme e vice-versa.

Embora, a quantidade de jacarés tenha diminuído devido à caça, os entrevistados Carlos Leal e Brígida Tavares de Vasconcelos quando questionados atribuem a permanência do nome da Vila em referência a esse evento, que embora em menor número ou menos perceptível até hoje determina o nome do lugar como Vila do Jacaré.

Quanto à origem, Dona Brígida Tavares de Vasconcelos, 64 anos, afirma que a Vila do Jacaré surgiu de uma brincadeira de criança, o princípio de tudo foi a festa, que há 93 (noventa e três) anos, desde 1926 é tradição por lá, história essa que ela conta.

[...] Minha sogra (Crisólita Medeiros de Vasconcelos) pequena assim disque tinha um negócio na terra preta. Lá em Manacapuru já festejavam Sto. Antônio (Santo Casamenteiro), lá levantavam os mastros assim com as bandeiras e com tudo né, e aquela história que nós tamo comentando que iam pro roçado; Então, foi todo mundo trabalhar ai eles como pequenos ficaram em casa, ela com um irmão e outros mas o início foi mesmo ela com um irmão: Vamos brincar? Vamos! Ai pegaram um pau e enfeitaram, o que tinha pra colocar pegaram e colocaram. Naquele tempo todas as senhoras usavam umas tal de anáguas<sup>20</sup>, então essa senhora que vem ser bisavó do preto (Sebastião Vasconcelos) que era vó deles no caso, pegaram a anágua da velha lá, cortaram e fizeram a bandeira. Fizeram a bandeira e um monte de pau e tacaram fogo, pegaram as taboquinhas<sup>21</sup> cortaram meteram fogo, [...] era o foguete deles, e quando os velhos chegaram, eles tavam nessa brincadeira. Ai disque foram pensar: Vamos ver uma data pra nós fazê uma festa, né? Aí pegaram logo a N. Sra. do Carmo, os pais deles pegaram logo dezesseis de julho, quinze e dezesseis. Acontecia na semana mesmo, hoje só aos finais de semana, muitos querem vir, mas moram na cidade. Minha sogra cresceu e fez uma promessa, muito devota de N. Sra. do Carmo (resolveu homenagear a santa), na época dela ela dava até achocolatado feito de cacau e pé de moleque. E assim foi!<sup>22</sup>

<sup>19</sup> Os Jacarés são répteis e os répteis são ectotérmicos, ou seja, possuem sangue frio, para regular a temperatura corporal eles dependem do sol, por isso saem sempre em grupo para tomar o chamado *banho de sol*, que consiste em expor seu corpo escamoso e seco ao sol de boca aberta, a boca é cheia de vasos sanguíneos que ajudam a absorver o calor externo mais rápido.

<sup>20</sup> Anágua(s) substantivo feminino que por definição é uma saia que as mulheres usam sob o vestido; conhecido também como saia de baixo.

<sup>21</sup> Taboca ou taboquinhas no diminutivo é uma vara verde da espessura de um dedo polegar e é encontrada nas florestas brasileiras. Usada na fabricação de flechas, paneiros etc., comum na região amazônica, “herança de índio”. No contexto da região onde está Manacapuru, os Índios Mura.

<sup>22</sup> Entrevista de campo com moradora Dona Brígida Tavares de Vasconcelos 64 anos, professora aposentada, ex-líder comunitária, moradora da Vila do Jacaré a mais de (20)vinte anos.

Dona Brígida menciona que o local onde a festa é realizada até hoje outrora foi a sede social da comunidade, antigamente erigida pelos moradores em estrutura de madeira que era reformada todos os anos devido as intempéries, foi reconstruída pelo então prefeito de Manacapuru o Sr. Angelus Figueira em 1989 como Centro Cultural Nossa Senhora do Carmo (figura 4) que segue hoje mantida pela comunidade.



Figura 4: Sede Comunitária Nossa Senhora do Carmo.  
Fonte: Trabalho de Campo, 2018.  
Foto: Jonathas Neves, 2018.

Há o chamado encontro de comunidades que acontece por meio da interação dos comunitários nas festas que as demais comunidades realizam. Na vila devido a mistura entre a parte religiosa e a social que vinha frequentemente ocorrendo, a Igreja Católica do Brasil orientou que a festa deveria acontecer separadamente, afirma D. Brígida.

Quanto ao papel da Igreja na vila, cabe aludir que a Igreja Católica Apostólica Romana, por meio de suas ordens eclesiásticas, foi a primeira Instituição Eclesiástica que teve importante papel para a consolidação dos povoados e vilas. Mas também, para o fomento à educação, para as várias atividades sociais e apoio as comunidades bem como para a criação das cidades na Amazônia, e nisso Oliveira (2006) brilhantemente nos ratifica, pontuando o papel da Igreja na Amazônia do séc. XVIII, nesse processo de povoamento da região.

Na Vila do Jacaré os missionários atuaram para o fomento e crescimento da mesma, tanto que majoritariamente a comunidade se autodenominava por

meio da igreja, uma comunidade católica. As duas capelas que existem na Vila são a expressão da presença católica no lugar Vila do Jacaré, hoje ligada à Diocese de Coari<sup>23</sup>, a Igreja Católica Nossa Senhora do Carmo e a Igreja Católica Menino Jesus (figura 5) recebe visitas semestrais de padres, da Paróquia de Nazaré em Manacapuru, responsáveis também por outras 140 (cento e quarenta) comunidades no município.



Figura 5: Templos Católicos na Vila do Jacaré. A) Igreja Nossa Senhora do Carmo; B) Capela Menino Jesus.

Fonte: Trabalho de Campo, 2017

Foto: acervo pessoal de Alann Santos, 2017.

O então lugar, conhecido por Boca do Jacaré, incentivado pela festa e à medida que ela se popularizava as famílias iam ocupando os arredores da então comunidade, quando o Sr. Francisco Cortez resolve pedir a reintegração de posse, “os ofícios chegavam direto” nos afirma D. Brígida Vasconcelos que ainda fazia parte da coordenação da comunidade, atividade esta que esteve à frente

<sup>23</sup> A Diocese de Coari é um perímetro sacerdotal estabelecido pela Igreja Católica Apostólica Romana no Brasil, pertencente à Província Eclesiástica de Manaus e ao Conselho Episcopal Regional Norte I da CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, sendo regida pela Arquidiocese de Manaus.

por dezenove anos.

A festa à Nossa Senhora do Carmo (nome dado a Maria, mãe de Jesus na Ordem do Carmo) não é a única tradição que é perpetuada na Vila do Jacaré, na festa com o levantar do estandarte com a bandeira da santa padroeira do lugar, mas também no desfile cívico da semana da pátria que antigamente contava com um grupo de comunitários caracteristicamente vestidos com roupas típicas ao seu ofício (o trabalho com a terra) “roupas da lida”, hoje o desfile conta com a participação das escolas EMEF. Jofre Pessoa Alencar e EMEF. Lili Vasconcelos, apoiado pela comunidade.

O tradicional estandarte (figura 6), é erguido todos os anos, ele marca o início das festividades a santa, e conseqüentemente as festas ao aniversário da comunidade, ambas dirigidas pelos fiéis da Igreja Nossa Senhora do Carmo e outros comunitários parceiros. Hoje as festividades acontecem em dois dias que de acordo com a orientação do líder religioso da Igreja devem ser separados das festas seculares.

No primeiro dia ocorre a homenagem a santa, missa campal e procissão, no segundo dia acontece uma noite dançante com som ao vivo, danças, bebidas e concursos, o estandarte geralmente é retirado no fim da semana, embora no passado essa retirada só acontecia no fim do mês.



Figura 6: Estandarte a Nossa Senhora do Carmo, o símbolo à festa.  
A) 1989; B) 2018.

Fonte: Trabalho de Campo, 2018.

Fotos: acervo pessoal de Brígida T. Vasconcelos.

Há também o desfile cívico, que no Estado do Amazonas acontece alusivo à duas datas importantes o dia 05 de setembro a elevação do Estado a categoria de província e no dia 07 de setembro a Independência do Brasil. Nesse período toda a comunidade se mobiliza para festejos, atualmente muito mais apoiado pelas escolas da Vila o desfile acaba não mais acontecendo com os comunitários caracterizados com as roupas e os equipamentos de trabalho como já supracitado, atualmente o desfile é realizado com os alunos das escolas na Vila do Jacaré (figura 7).



Figura 7: Desfile na “Semana da Pátria” A) Desfile dos alunos da EMEF Lili Vasconcelos; B) Desfile de comunitários em trajes de trabalho.  
 Fonte: Acervo pessoal de D. Brígida T. Vasconcelos, 1989.

O processo de transformação tanto na paisagem como na estrutura urbana da Vila, teve consolidação quando prefeito o Sr. Paulo Freire fez uma proposta pela aquisição do terreno, questão essa que levou algum tempo, “naquele tempo não tinha energia ainda” menciona D. Brígida. Nesse entremeio, as famílias foram contempladas pelo Governo do Estado com verbas do Plano de Desenvolvimento Regional Integrado (PDRI), que trouxe a comunidade a escavação do primeiro poço<sup>24</sup> artesiano, obra não realizada naquele momento dado a homens armados que chegaram, a mando dos filhos do Sr. Francisco Cortez, postergando a obra. Nessa época D. Brígida, líder comunitária nos relata que embarcou numa rabetá, que eles chamam somente por “motô”, a fim de

<sup>24</sup> Afirmação ratificada no Relatório Anual do Instituto Iberoamericano de Cooperação para Agricultura de 1984. Disponível em: <https://bit.ly/2VcbohB>. Acesso em: 21 abril de 2019.

tratar com o prefeito sobre a questão, com o impasse solucionado, no dia seguinte um engenheiro foi medir as terras da comunidade, para enfim empossar legalmente as famílias, através do documento de doação das terras.

Conforme constatamos no trabalho de campo, a partir da regularização das terras sucederam-se uma série de obras, benfeitorias e arranjos que intensificam a percepção da presença do Estado na Vila, com a chegada de investimentos, como por exemplo pode-se citar a construção de um campo de futebol (figura 8) orçado em mais de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais). A presença estatal trazendo essas transformações no espaço, se constituem como fatores diretamente envolvidos no abandono do campo e a procura pelo urbano.



Figura 8: Campo de Futebol da Comunidade. A) 2008; B) 2018.  
Fonte: A) ASCOM/Seinfra; B) Trabalho de Campo, 2018.

Da doação de terras às obras viárias finalizadas em 2017 pela Secretaria de Estado de Infraestrutura (SEINFRA), todos os eventos que aconteceram se destacam como um fator de atração, eventos dos quais elencaremos os que mais aparecem nas entrevistas e no apurado pela pesquisa de campo mediante

aos questionários.

Em primeiro, a escavação do poço e a doação de lotes a moradores da Comunidade N. Sra. do Carmo, impulsionada também com a elevação a categoria de vila conforme sessão realizada no dia 06 de agosto de 1988 onde o presidente da Câmara Municipal de Manacapuru o vereador Francisco Fernandes Bezerra promulgou a lei municipal nº 009/88 estabelecendo que a Comunidade passaria a Vila estando sobre a tutela do Poder Executivo e com isso a promessa de investimentos ao lugar. Logo, o município de Manacapuru trouxe a Vila obras viárias, obras de pavimentação e terraplanagem, e fomentou a oferta e criação de serviços como a organização de UBS, Escolas de Ensino Fundamental I e II e Ensino Médio, o comércio e unidade de polícia (atualmente desativada).

Em segundo, a promoção de energia elétrica por meio do Programa Luz para todos, do Governo Federal, antes do projeto a energia era proveniente de motor movido a queima de combustível que estava sob responsabilidade da Companhia Energética do Amazonas - CEAM, cabe apontar que segundo a moradora Kellen Regina Pereira Furtado, 42 anos, desde os anos 2000 (dois mil) a Vila já contava com energia elétrica que era taxada pela CEAM, e somente por volta de 2009 (dois mil e nove) os moradores começaram a pagar integralmente pelo consumido, já para a nova concessionária do serviço a Eletrobrás Amazonas Energia (AmE) tornou-se a incumbida pelo Governo Federal de promover e expandir a rede elétrica do Programa de Eletrificação Rural nas comunidades o “Luz para todos” na região.

A figura 9 (nove) exprime o contexto apresentado e denota o crescimento da Vila, onde se expressa espacialmente em ícones sobre o mapa, os serviços que no ano 2000 (dois mil) a Vila dispunha e que os informantes conseguiram apontar se reportando a memória.

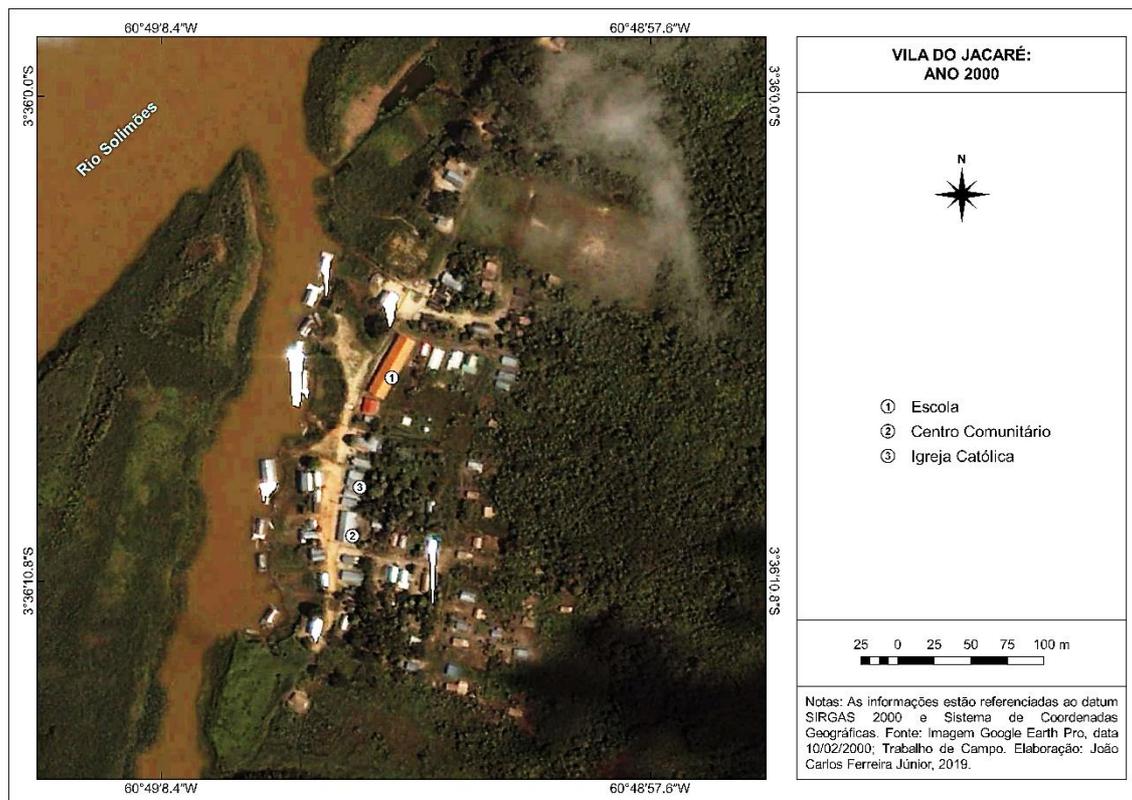


Figura 9: Vila do Jacaré anos 2000.

Fonte: imagem Google Earth Pro. Data 10/02/2000. Trabalho de Campo, 2018.

Elaboração: João Carlos Ferreira Júnior, 2019.

As entrevistas realizadas nos trabalhos de campo, permitiram apontar que os empreendimentos existentes no ano 2000 eram a Escola Lili Vasconcelos a Igreja Nossa Senhora do Carmo e o Centro Comunitário, estes são os primeiros aparelhos de ideologia erigidos na Vila. Segundo os antigos moradores, nesse período já existiam mercadinhos e tabernas e algumas hortas domésticas, mas reportando-se a memória eles não conseguiram especializar,

Em termos de população e crescimento a imagem é ratificada no estudo realizado por Garcez et al. (2010) intitulado *Fatores que influenciam no comportamento territorial de ribeirinhos sobre ambientes de pesca em áreas de várzea do baixo Solimões, Amazônia Central, Brasil*, aponta que em novembro de 1999 a população da então Vila do Jacaré, a época conhecida mais como comunidade N. Sra. do Carmo, possuía 393 (trezentos de noventa e três) pessoas, das quais 100 (cem) eram homens, 104 (cento de quatro) mulheres, 189 (cento e oitenta e nove) eram crianças e 71 (setenta e um) eram o número de residências.

Referindo-se a ocupação das terras da Vila do Jacaré, podemos dizer

que foram impulsionadas por um evento social, que nesse contexto, somado a busca de melhores condições de vida, fator que sempre apareceu na fala dos entrevistados, se constituíram os principais motivos do abandono de seus lugares de origem.

Logo, as migrações na área de pesquisa aconteceram por atração. Quando os sujeitos são instigados por algum feito ou aparente melhoria que o seu lugar de origem não possuía, eles tendem a migrar. Nas áreas rurais da Amazônia, tal como acontece no Lago do Jacaré, os moradores têm que lidar com os diversos problemas, dinâmica que eles conhecem bem e nos participaram alguns como “o período difícil” (a seca dos rios amazônicos)<sup>25</sup>; a violência e falta de escola<sup>26</sup>; busca pelo “meu cantinho onde não alagasse”<sup>27</sup> (várzea amazônica).

Por isso, apresentamos a figura 10 (dez) que revela visualmente esse aumento espacial, graças a ocupação das terras da Vila do Jacaré. Conforme a disposição de imagens satelitais disponíveis em domínio público a figura proposta apresenta um salto cronológico de 10 anos, que evidencia a mudança espacial confirmada pelo Sr. Carlos Rodrigues Leal (2014) um dos moradores antigos da região do Jacaré que considera dizendo: “não existia nada disso aqui (se referindo as ruas, as casas, igrejas, escola etc.). Todo mundo aqui vivia da terra, plantávamos, trabalhávamos pra comer, era tudo simples” (grifo nosso).

---

<sup>25</sup> Conforme Greicilene Farias dos Santos, 43 anos, casada, camponesa-ribeirinha, migrante do Lago do Jacaré, morando a mais de 12 (doze) anos na Vila.

<sup>26</sup> Segundo o morador entrevistado André Fernandes Cruz, camponês-ribeirinho, 38 anos, casado, morador da Vila do Jacaré a 6 (seis) anos, migrante da Ilha do Paratari.

<sup>27</sup> Em entrevista realizada com Seu Carlos Leal, camponês-ribeirinho, 87 anos, aposentado, morador da Vila do Jacaré a mais de 20 (vinte) anos.

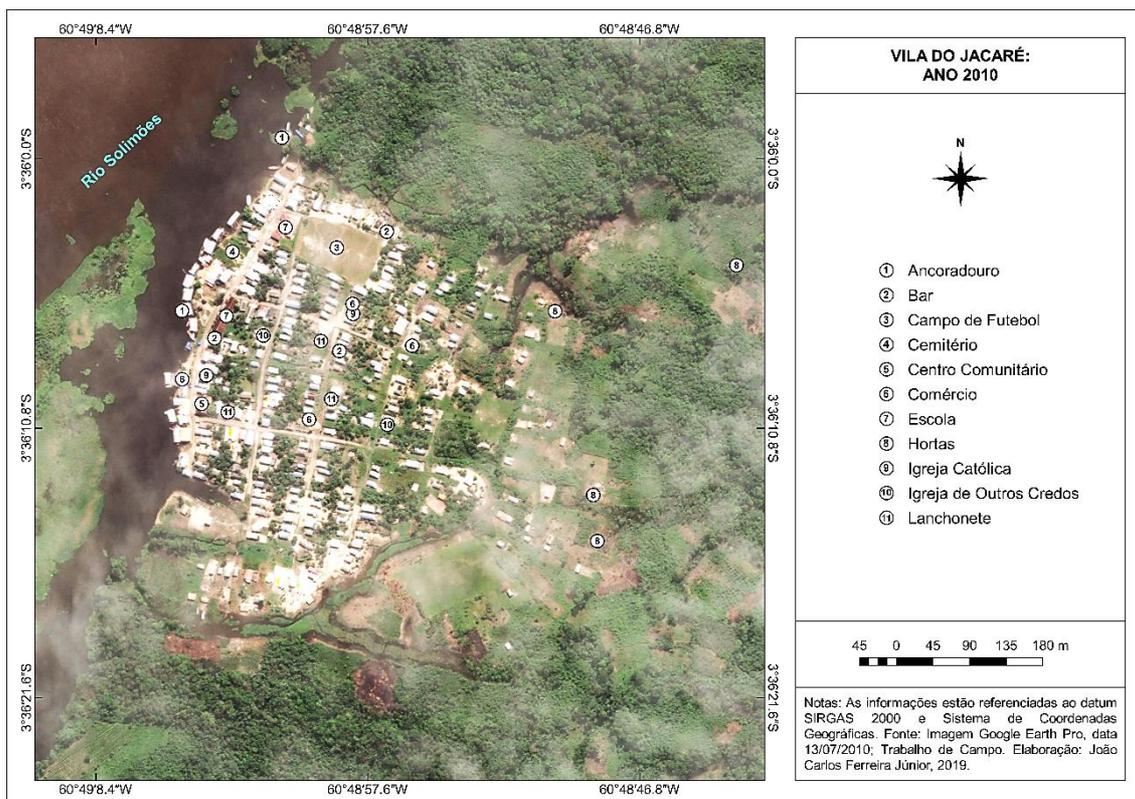


Figura 10: Vila do Jacaré em 2010.

Fonte: imagem Google Earth Pro. 13/07/2010. Trabalho de Campo. 2018.

Elaboração: João Carlos Ferreira Júnior, 2019.

Assim, a ocupação de um território, em se tratando de um assentamento a priori rural, pode ser compreendida como um momento de vivência significativa e um momento de materialização das lutas pela posse da terra. Território esse que se molda a partir da intencionalidade que se faz territorialidade, e da identidade que esse homem posto como agente perfaz sobre a natureza, bem como ainda acontece pela influência do Estado.

## 1.2 O crescimento da Comunidade: migrações e relatos.

Das 84 (oitenta e quatro) casas visitadas, identificamos que a maioria das famílias são oriundas da Costa do Paratari<sup>28</sup> (da várzea), essas quando não narravam um sentimento de medo ou o de resguardo com a família, dado ao tráfico de drogas, violência e prostituição, também demonstraram preocupação

<sup>28</sup> A Costa do Paratari, localizada a margem esquerda do Rio Amazonas/Solimões exatamente a frente da Vila do Jacaré, é também uma extensão de terras formada pela chamada Ilha do Paratari, Vila e Comunidade essa três segundo seus moradores formam a Costa.

com o homicídio e o furto que de certa forma era expressivo no cotidiano dos moradores do Paratari.

Em contrapartida algumas famílias demonstraram não partilhar dessa consciência, também provenientes do Paratari, afirmaram ter migrado devido ao fenômeno natural, regionalmente conhecido por “terras caídas<sup>29</sup>”. Não diferentemente disto, um outro lugar que rendeu boa parte de migrantes para a Vila do Jacaré foi o Lago do Jacaré.

O Lago do Jacaré é formado pela Comunidade 13 (treze) de junho, e a Comunidade São Geraldo, ambas localizadas a aproximadamente 7 km (sete quilômetros) em linha reta da Vila e a 11 km (onze quilômetros) seguindo o percurso pelos igarapés e os regionalmente conhecidos “furos” que aparecem na época da cheia e são usados como acesso ao Lago, no período da seca esse percurso é acrescido em cerca de 4km (quatro quilômetros).

Perscrutados, esses moradores oriundos do lago por vezes mencionavam a dificuldade de acesso a serviços, enquanto ainda eram moradores de alguma das comunidades lá, destacam-se sobretudo a falta de energia elétrica; a água; o comércio para compra de itens básicos; o acesso a saúde e a educação.

A moradora, D. Francilene dos Santos Ferreira, 40 anos, confirma dizendo, sobre as dificuldades, delinea como se viviam os moradores do lago e justifica sua migração para a Vila, dizendo

[...] era muito difícil, quando secava tinha que carregar água das cacimbas, tinha que andar nas canoa, era só lama, tinha que fazer uma viagem vir aqui na Vila pra comprar porque lá não tinha comércio, aí depois eu resolvi mudar aqui pro Jacaré. Então, eu moro aqui na Vila do Jacaré porque aqui tem luz, é! Energia elétrica, tem água de poço, e fica mais fácil pra comprar as coisas no comércio é tudo perto<sup>30</sup>

Não obstante, consideramos o fator de descoberta do potencial explorador do açaí que se deu a partir dos anos 2000 (dois mil) como o principal impulsionador de desenvolvimento na Vila. E também um outro motivo para a migração. Conforme afirma o Sr. Carlos Leal, “desde que começou, não parou

---

<sup>29</sup> Terras caídas é um termo comum a região amazônica, usado para designar o processo natural de erosão fluvial. Esse fenômeno é o principal responsável pelas transformações na paisagem ribeirinha e por causar diversos danos socioambientais.

<sup>30</sup> Entrevista de campo com Francilene dos Santos Ferreira, dona de casa, 40 anos, casada, migrante do Lago do Jacaré para a Vila do Jacaré a mais de 10 (dez) anos).

mais, o povo acorda cedinho e entra aí pra trás pra apanhar açai!”<sup>31</sup>, inclusive ele acredita que da região, a Vila do Jacaré é destaque como uma das mais fartas.

Os relatos de alguns moradores oriundos da Costa do Paratari, como o Sr. André F. Cruz, 38 anos, revelam que o sustento da família era proveniente da colheita da malva entre o período da enchente e cheia, inclusive era o produto que ele plantava e colhia. Na várzea a colheita é apressada para que não se perca o roçado, no caso da malva o Sr. André menciona que percebia em média R\$2,00 (dois reais) por quilo, atualmente é comercializada a R\$3,00 (três reais), quanto a colheita ele descreveu que os agricultores da malva

plantam em agosto, em fevereiro começam a cortar se o rio já estiver muito cheio, se normal colhemos em março, dia 08 de março já está maduro já, compra-se e vende-se a partir de 150 kg (cento e cinquenta quilos), e depois o governo para a subvenção, da malva faz essas roupas aí e quando “pui” rápido a gente chama de malva fraca <sup>32</sup>

Nas entrevistas ficou evidente que o responsável pela manutenção da família é o homem, nesse contexto, quando a necessidade familiar é suprida pelo chefe da família, temos aí as nuances do pertencimento pré-estabelecidas e, por conseguinte também da identidade dos mesmos que se dá nesse sentido pelo trabalho na terra, pelo uso em comum. Percebemos uma relação bem intersubjetiva num olhar as vezes até romântico, de contentamento, de acomodação na fala dos entrevistados e essa característica nos remete a formação antiga do indivíduo camponês.

Essa relação do camponês-ribeirinho com a natureza considera que o território que é diretamente a aceitação de que ela, o meio, ou paisagem fora apropriado, transformado ou permeado de signos, de simbolismo, de sentido e consequentemente de cultura, e para esse personagem é quando a terra ganha sentido, a partir de seu uso, é o “território usado” como apresenta Santos (1994) ou o “território do cotidiano” conforme Júnior (2006).

A figura 11 (onze) que em comparação a 2010, reflete o crescimento da vila com um salto de 7 (sete) anos. Logo trazendo-nos a constatação do crescimento em área e população do lugar, nos remete também a fala dos

---

<sup>31</sup> Trecho retirado da entrevista de campo com o Sr. Carlos Leal.

<sup>32</sup> Entrevista de campo realizada com André Fernandes Cruz, 38 anos, camponês-ribeirinho.

entrevistados que responsabilizam tamanha expansão em tão pouco tempo graças ao potencial exploratório do açaí.

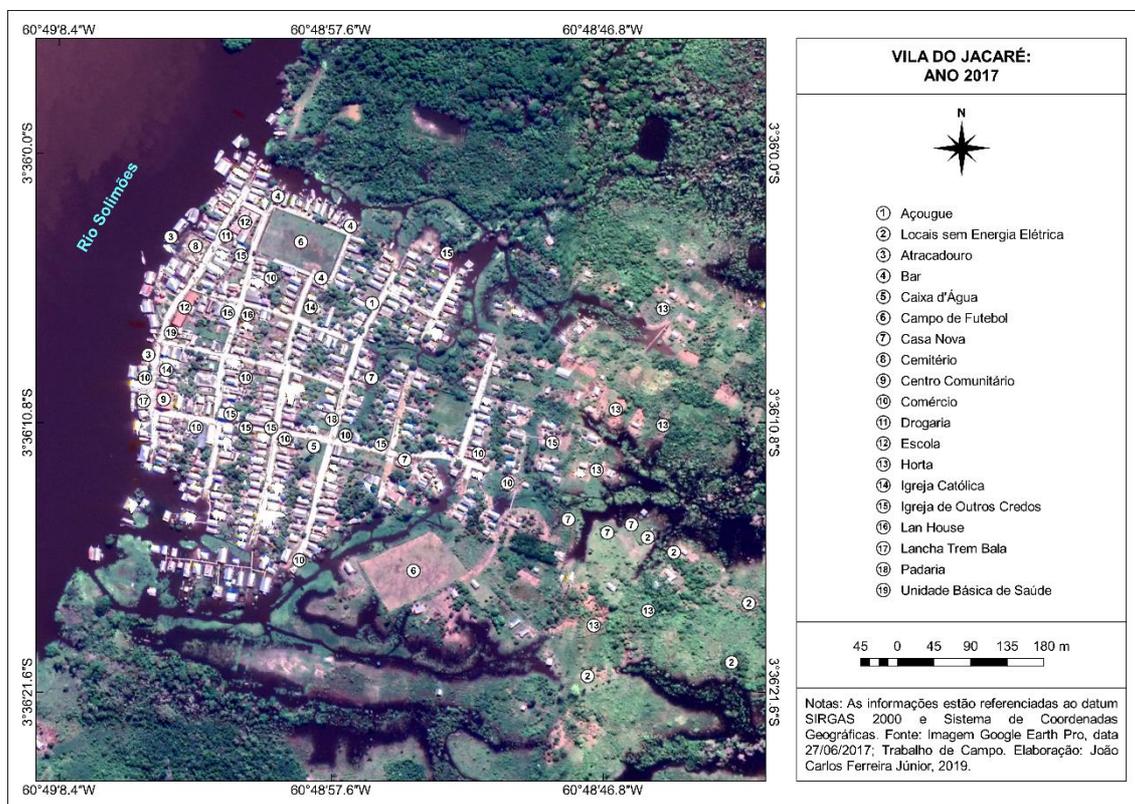


Figura 11: Vila do Jacaré em 2017.

Fonte: imagem Google Earth Pro. 27/06/2017. Trabalho de Campo, 2018.

Elaboração: João Carlos Ferreira Júnior, 2019.

A Vila do Jacaré cresce a leste onde inclusive, encontramos vários terrenos descampados que são ou já foram roçados, áreas distantes do centrão<sup>33</sup> na vila, logo periféricas, uma vez que não há energia elétrica e água encanada que só existem se o proprietário fizer ligações próprias.

A configuração urbana e a característica das moradias e do crescimento da Vila são os típicos das pequenas cidades na Amazônia<sup>34</sup>, com todo o seu contexto e problemáticas regionais, e no que diz respeito às cidades amazônicas sempre intrinsecamente ligadas ao meio rural, seja para a subsistência, para o trabalho, para o comércio ou ainda para o transporte de mercadorias, serviços e

<sup>33</sup> O centrão é o lugar onde se concentra a oferta de serviços na Vila do Jacaré, também é onde estão os organismos de estado (as Escolas, a UBS, o Centro Comunitário, algumas Igrejas) e onde há as confraternizações e o lazer dos moradores.

<sup>34</sup> As pequenas cidades são cidades locais, com atuação restrita, cuja articulação imediata se dá com um centro subordinado a outro de nível hierárquico superior. Na Amazônia as pequenas cidades são objeto de estudo de diversas obras do Profº José Aldemir de Oliveira em conjunto com NEPECAB/UFAM.

peças. A figura 11 (onze) nos apresenta uma Vila do Jacaré jamais idealizada pelos antigos moradores como apuramos em entrevistas, mostra as diferenças e também as semelhanças, os lugares os novos e os “velhos”, e a transformação da paisagem que antes fora natureza.

### 1.3 A Vila e o crescimento urbanístico.

O último censo IBGE realizado em 2010, constatou que a vila tinha no período 204 (duzentos e quatro) domicílios permanentes, dentre os quais 26 (vinte e seis) eram logradouros de uso coletivo ou serviços, contava também com 1033 (hum mil e trinta e três) moradores que estavam espacializados em 10 (dez) ruas à Avenida Nossa Senhora do Carmo, a Rua dos Ingás, a Rua Beira Rio, a Rua Edilberto Menezes, a Rua São Domingos, a Rua Raimundo Cortez, a Rua Angelo Figueiras, a Rua Francisco Bezerra, a Rua Mário Queiroz e a Rua Nova (figura 12).

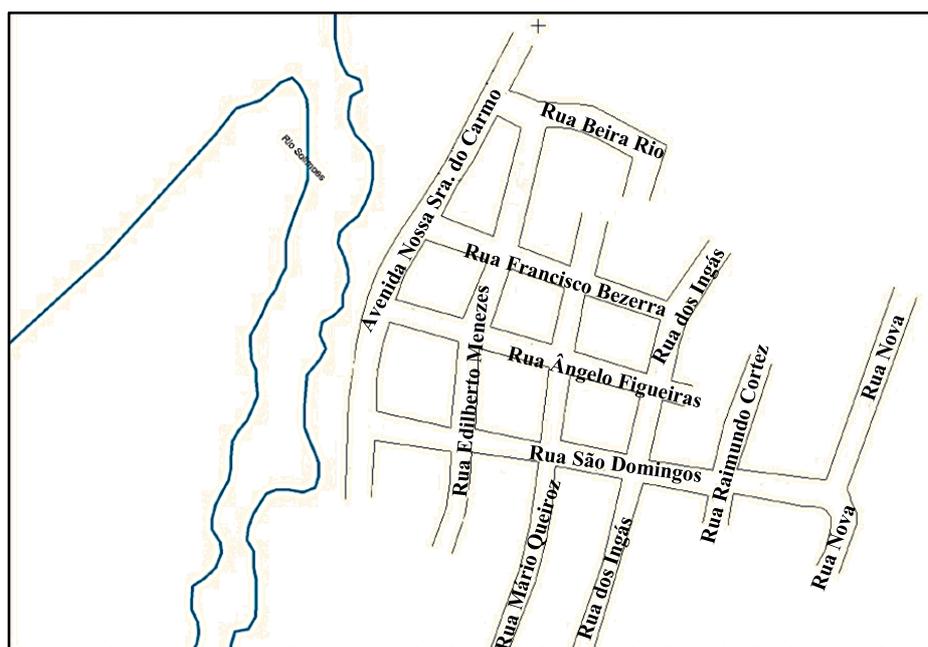


Figura 12: Arruamento da Vila do Jacaré em 2010.  
Fonte: IBGE (2012) adaptado.

Desde o último Censo realizado confirmamos um aumento não só populacional que se confirmou com a abertura de novas vias de acesso. Em 2010 existiam 10 (dez) vias, atualmente outras 6 (seis) novas ruas foram abertas e capeadas, sendo elas: Rua Washington Régis, a Rua Martins de Paulo, a Tv.

Medeiros, a Travessa Campelo, a Rua dos Ingás com nome duplicado, e a Rua Nova também com logradouro duplicado (figura 13).

Durante as visitas de campo constatávamos progressivamente novas áreas de desmatamento, da ocupação de locais antes vazios e a criação de novos empreendimentos, que trouxeram a necessidade de vias de acesso abertas pelos próprios moradores motivo de futuros capeamentos.

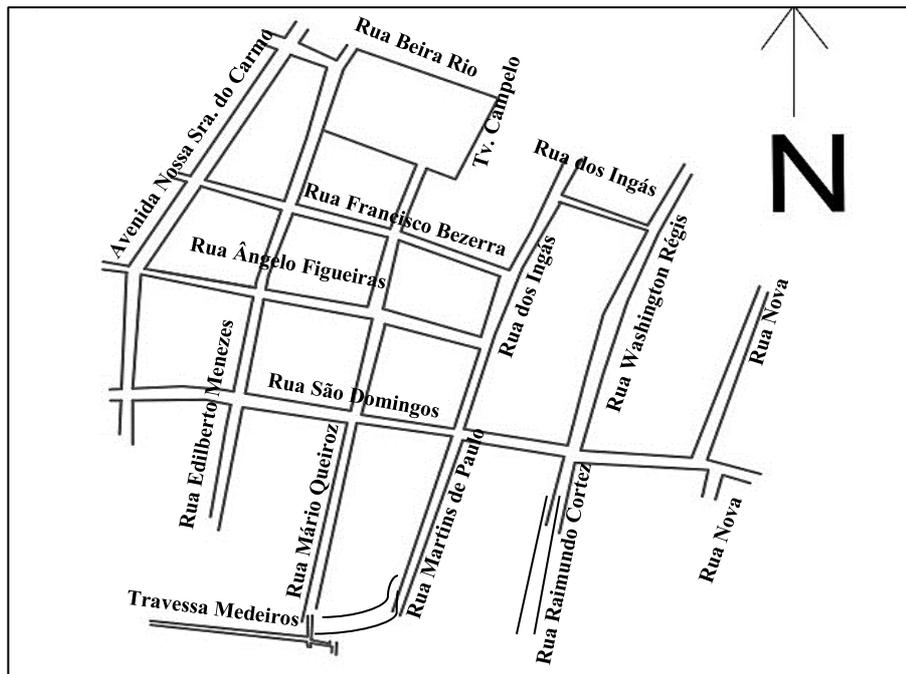


Figura 13: Arruamento da Vila do Jacaré em 2018.

Fonte: Trabalho de Campo, 2018.

Org.: Jonathas Neves, 2018.

Embora, a Vila esteja dividida com vias e logradouro públicos pouquíssimos moradores conhecem por nome essas vias, geralmente recorrem a contas de água e energia para tomar ciência do nome da rua. Também não se dividem em bairros e quando precisam ir a um lugar seja ele comércio ou não, sempre chamam pelo nome ou usam pessoas como referência a rua. O último Censo também permitiu aferir que em relação ao estudo de Garcez et al. (2010) a Vila também cresceu em número de população, para isso apresentamos o gráfico 1 (um) que delinea esse aumento populacional.

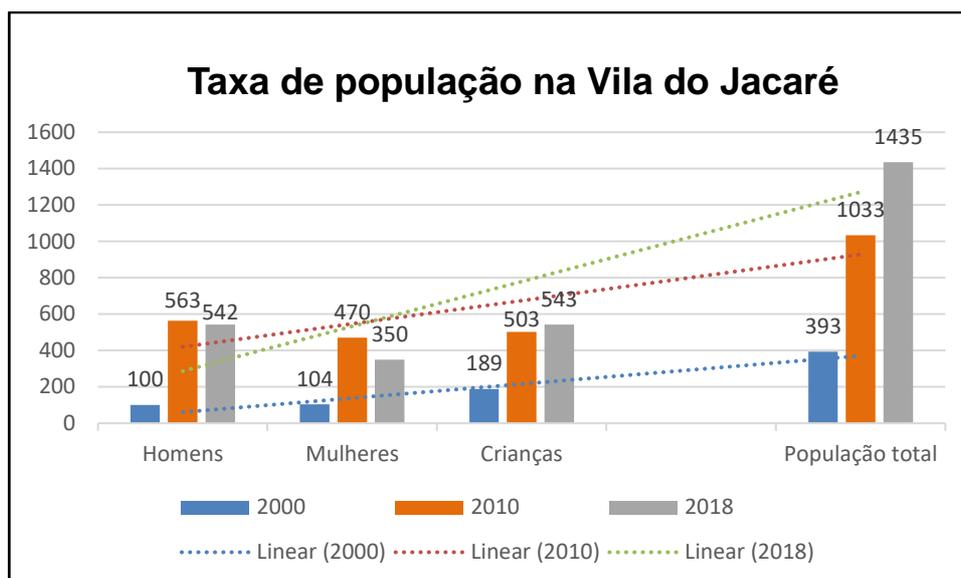


Gráfico 1: Taxa de crescimento populacional na Vila do Jacaré (2000 - 2018)  
 Fonte: Garcez et al. (2010), IBGE (2011) e Trabalho de Campo, 2018.  
 Org.:Jonathas Neves, 2018.

O gráfico acima é fruto de 3 (três) composições que possibilitaram gerar informações sobre o quantitativo de homens, mulheres e crianças na Vila do Jacaré nos anos de 2000, 2010 e 2018. O gráfico possui cada composição separada por cor que se refere à variável ano do levantamento, distribuídas em colunas que separam os quantitativos da população nos anos propostos.

Os dados em azul, referem-se ao ano 2000 e foram extraídos do levantamento feito por Garcez et al.(2010), enquanto os dados apresentados na cor vermelha são oriundos do censo demográfico de 2010 realizado pelo IBGE, e por fim os dados da cor verde são do ano 2018 e foram colhidos “in loco” pelo presente estudo.

O total de habitantes é o levantamento realizado pelos agentes de saúde da UBS Nossa Sra. do Carmo, eles têm a incumbência de visitar as casas das famílias periodicamente, e afirmaram que em julho de havia 1.435 (hum mil quatrocentos e trinta e cinco) moradores, o número de crianças em 2018, foi resultado da somatória de alunos matriculados nas escolas Jofre Pessoa de Alencar (ensino fundamental I) e Lili Vasconcelos (ensino fundamental II e médio). No mesmo ano, quanto ao quantitativo de adultos (homens e mulheres) foram realizadas estimativas com métodos próprios da estatística dado a dificuldade de precisar quantidade, devido a inconstância de moradores que ora estão no Lago, ora estão na Vila.

## **CAPÍTULO II - DO LAGO A VILA DO JACARÉ: ENTRE O TRABALHO E A RELAÇÃO DO RURAL COM O URBANO.**

Neste capítulo, busca-se compreender como vive o camponês-ribeirinho morador da Vila do Jacaré, bem como perceber qual a relação dele com o lugar em que mora e o lugar em que trabalha. Entendimento esse que se pretende captar a partir da atividade que esse indivíduo realiza na natureza apropriando-se dela e transformando-a em território e/ou lugar. Apresentaremos os lugares que na fala dos entrevistados têm não só significado, mais sentido, pois servem de moradia ou retiro, além de também serem o meio que esses camponeses utilizam para o trabalho e para a contratação de mão-de obra camponesa. Por fim, trataremos do cotidiano e apresentaremos Lago e Vila do Jacaré.

### **2.1 O lago e a Vila do Jacaré: cotidiano.**

O lago do Jacaré foi por muito tempo o lugar de moradia para muitas famílias que residiam nas duas comunidades que “formam” o lago, pois, na fala dos entrevistados percebeu-se que eles nunca dividem as comunidades que lá estão, eles sempre se reportam ao lugar Lago do Jacaré ao invés de dizer ou dividirem sua origem entre a Comunidade 13 de junho ou a Comunidade São Geraldo.

O cotidiano dos moradores da Vila do Jacaré se prende à perpetuação dos costumes e a garantia em suma, da sobrevivência familiar. Geralmente compete ao homem enquanto chefe da família garantir a sobrevivência da mesma. Não diferentemente disso a Vila do Jacaré em comparação as famílias residentes no Lago do Jacaré nos ajudam a dividir quem são e como vivem essas famílias.

Em primeiro lugar, na Vila as famílias que não possuem um membro assalariado, ocupando vaga de trabalho nos serviços que o Estado dispõe (UBS, Escolas e corpo técnico, Limpeza Pública, Construção Civil), possuem ambos homem e mulher trabalhando diretamente no campo. No caso de mulheres, assumindo a posição de chefes de família, trabalham fora como o marido reconfigurando as atribuições da casa no seio da família, contrapondo a visão

clássica de divisão social do trabalho, onde o homem é indivíduo provedor e a mulher a “dona de casa”.

Paulilo (2004) alude acerca dessa divisão do trabalho dizendo que ela é relativamente segmentada, além do que também é característica marcante da diferenciação de gênero que ocorre na agricultura familiar: comumente, os homens dedicam-se à agricultura e as mulheres predominantemente às atividades domésticas. As atividades classificadas como femininas eram e são assim restritas ao espaço da casa e vistas como tediosas e rotineiras. Essas ocupações eram e ainda são, em larga escala, consideradas ajuda.

Embora caiba um paralelo, em relação ao trabalho do homem e da mulher no campo, não se viu ostensivamente que o trabalho da mulher é preterido em favor do homem. Muito embora, nas principais alternativas que têm permitido a (re)produção do campesinato brasileiro, recorrentemente o papel da mulher em relação ao trabalho do homem é sempre minorizado. Para o caso das frentes pioneiras, no imaginário coletivo, associadas ao pioneirismo na mata virgem e intocada, elas são predominantemente pensadas como território masculino, do qual as mulheres estão se não ausentes, preponderantemente sub-representadas. (HENRÍQUEZ, 1985; LEFFERTS, 1977; THÉRY; MELLO, 2005).

Sobre a questão D. Greicelene Faria dos Santos, 43 anos nascida e criada no Lago do Jacaré esclarece que em sua época, competia a sua mãe todos os afazeres domésticos, os cuidados maternos (educação, necessidades, saúde), a pequena horta, e ajudar o marido nos trabalhos trazidos para dentro de casa. Hoje, em se tratando de sua família define que o papel do chefe da família funciona mais como uma parceria, “ele vai prum lado e eu pro outro”, estabelecendo que pelo fato de um somar com o outro ambos são fundamentais para garantir dentre outros o alimento à mesa.

Maria Ignês S. Paulilo (2004), concorda que os tempos de hoje são outros quando ela afirma que por muito tempo, o papel da mulher na propriedade rural esteve ligado a atividades *sui generis* e/ou privadas, que não requeriam o deslocamento da mulher para os espaços públicos, hoje na cidade esse papel tem mudado e o campo também já reflete o papel da mulher na lida, garantindo o sustento da família.

Cabe a mulher além dos afazeres domésticos, também a confecção da

farinha no caso de trabalharem diretamente no roçado, ou de produção e disponibilidade da mandioca diretamente como matéria-prima para confecção da mesma. As casas de farinha<sup>35</sup> na Vila geralmente estão erguidas atrás das residências, nos quintais próprios ou no quintal de alguma pessoa que ceda o espaço para esse trabalho. Essa tratativa com quem cede esse espaço a um amigo e/ou vizinho (o compadre ou a comadre) é geralmente percebida nos antigos moradores que ainda sustentem o elo comunitário, ou naqueles que pertençam a um mesmo grupo social, nesse caso a igrejas.

Cruz (2007) em estudo sobre territorialização camponesa na várzea de Manacapuru menciona que a prática de utilizar os quintais para plantações, para o cultivo e os trabalhos das populações camponesas na Amazônia é histórico, segundo o levantamento o uso dos fundos das casas e dos quintais se intensificou no século XX com a necessidade de atender ao mercado nacional/internacional crescente por fibras, mercado no qual Manacapuru/AM tem grande expressividade. A figura 14, a seguir mostra as casas de farinha construídas nos quintais, tal qual mencionado, e destaca ainda que não só a casa de farinha, mas ainda outros trabalhos inclusive o do manejo da juta/malva que Cruz (2007) apresenta, também acontecem naturalmente nos quintais das casas na Vila do Jacaré.

---

<sup>35</sup> Casa de farinha é uma estrutura geralmente erguida em madeira e coberta, semelhante a uma casa, é composta de sistema de ralação, sistema de prensagem e forno. Onde a mandioca depois de passar por cada um desses processos torna-se farinha, por isso regionalmente falando chama-se casa de farinha.



Figura 14: A casa de farinha nos quintais. A) Próximo ao meio fio; B) No fundo das casas (nos quintais).

Fonte: Trabalho de Campo, 2018.

Foto: Jonathas Neves, 2018.

Na pesquisa de campo percebemos que os moradores por vezes apresentaram dificuldade em dizer se a Vila é ou não cidade, embora tenham em sua maioria optado por defini-la como cidade, justificam pelo fato de que ninguém se conhece mais. Logo confirmamos que, essas conexões mudaram quando a Vila se tornou mais urbana e menos rural, e isso mudou a maneira e o tratar das pessoas, por isso, as características amistosas entre as pessoas tendem a desaparecer. Nessa transição, já não existe tanto aquele ideal de comunidade como *cápsula protetora* que Woortmann (1990) concebe.

O autor, atribui a inserção do dinheiro nas comunidades como responsável pela ruptura da reciprocidade. Ainda segundo o autor, a intromissão do dinheiro em uma comunidade (re)produzida pela reciprocidade, desmoraliza as relações, inclusive as parentais. Nas comunidades as famílias que se

encontram em situação de crise, são assistidas por seus membros, socorridas pelo espírito de generosidade.

Identificamos esse impasse *in loco* e a ruptura no modus e o viver comunitário notado na prática do *mutirão*<sup>36</sup>, onde os vizinhos e amigos se juntam para ajudar os compadres e as comadres em tarefas que necessitam de grupos para cumprir-se. Como foi o caso do transporte da casa de D. Kellen Regina Pereira Furtado, 42 anos, que contou com o auxílio de 20 (vinte) homens dentre eles seu esposo, o Sr. “Adelson” (Edilson Borges Furtado) 38 anos. Vigas de madeira e um guincho mecânico conhecido como “tifó” foram os aparatos utilizados para o transporte da casa para um novo local.

Esse transporte de casas acontece no período hidrológico da cheia, é comum nas áreas de várzea. Quando os camponeses-ribeirinhos percebem que a água invadirá o platô eles suspendem a casa e a transferem para outro lugar, que geralmente seja mais alto, ou que ausência de relevo mais elevado esse novo local escolhido caso alague não comprometa estruturalmente a casa, nem precise da construção de um “sobre piso” regionalmente conhecido como *maromba*<sup>37</sup>.

A dificuldade em conseguir alguém que prestasse auxílio sem interesse de ganho foi latente e com ela a confirmação de um saber popular que diz: “*Amigos, amigos negócios à parte!*”. Apesar disso, entre idas e vindas o mutirão aconteceu às 15h (quinze horas e/ou três horas da tarde) e entrou pela noite. A figura 15 (quinze) a seguir mostra o evento narrado e se constitui prova de que nessa geração as relações entre costumes rurais e urbanos estão embrincadas no cotidiano dos moradores da Vila do Jacaré.

---

<sup>36</sup> Segundo Cândido (1975) o *mutirão* é um ato de solidariedade que envolve práticas que. Ao mesmo tempo são ofertadas, aquele que a recebeu sente moralmente devedor. Acontece através da união de um grupo de camponeses que se juntam para ajudar algum vizinho, amigo ou classe social que a ele é importante, ou ainda que ele se insira.

<sup>37</sup> Maromba é um jargão amazônico usado para se referir ao piso em madeira erigido dentro das casas para as famílias ou diretamente sobre as águas para o gado e animais. Técnica essa usada no período que compreende da enchente a cheia comuns aos rios da Amazônia. Disponível em: <https://glo.bo/2HJkCGv>. Acessado em: 03 abr. de 2018.



Figura 15: O "mutirão": A) reunião após o almoço; B) atividades ainda no pôr-do-sol.

Fonte: Trabalho de Campo, 2018.

Fotos: A) Jonathas Neves, 2018; B) Acervo pessoal de Kellen Furtado, 2018.

Em relação à Vila do Jacaré, as famílias que residem no Lago não possuem outras incumbências comuns ao urbano, como: pagar contas de água e energia elétrica, consumir internet, comprar alguma coisa necessária nos mercadinhos e tabernas, etc. No Lago do Jacaré as pessoas vivem mais tranquilas, foi latente que a única preocupação dos moradores no lago é com a alimentação e o cuidado com a família, não há energia elétrica, conseqüentemente dispensa-se muitos eletrodomésticos, não há rede telefônica, as roupas são lavadas nos *jiraus*<sup>38</sup> (figura 16), as residências não

<sup>38</sup>Jiraus: é uma espécie de grade de varas e esteios fixos no chão. Na Amazônia esse termo é comumente usado em referência a um flutuante píer/trapiche que fica a margem dos rios sobre a água, nele se realiza as atividades domésticas rotineiras como lavar louça, ariar panelas, tomar banho, lavar roupas e ancorar as canoas e rabetas.

possuem muitos móveis nem tampouco vários cômodos. Enquanto, na Vila além das configurações das moradias serem maiores, as pessoas têm outros tipos de entretenimento, a Vila tem vida noturna com os bares, nas lanchonetes a venda e consumo de churrasco e comida. No dia-a-dia as crianças acordam vão à escola, os maridos vão à lida no roçado e retornam no fim da tarde ou somente no final de semana.



Figura 16: O jiráu em frente da Comunidade 13 de Junho.  
Fonte: Trabalho de Campo. Neves, 2018.  
Foto: Jonathas Neves, 2018.

A alimentação tanto da Vila quanto do lago, consiste basicamente no peixe, em menor grau da caça predatória de mutum e também das carnes ou enlatados que são comercializadas na Vila. O armazenamento do peixe na Vila é melhor realizado graças a energia elétrica, a maioria das famílias possuem freezers onde estocam a pesca de forma que eles possuam o suficiente para que não necessitem pescar todo dia como acontece no Lago.

As famílias no lago por sua vez, geralmente pescam diariamente, a única forma de armazenamento caso não exista gerador de luz na residência é salgando o peixe ou comprando gelo na Vila, o que não é tão comum dado ao alto custo que essa prática representa, mas caso isso aconteça o armazenamento dos produtos é feito em caixas de (isopor) poliestireno.

A alimentação nas comunidades amazônicas, foi objeto de importante

pesquisa realizada por Cynthia Jardim (2018)<sup>39</sup>, que identificou um novo modelo alimentar, que acontece também pelo acesso a produtos industrializados, que são introduzidos a alimentação das famílias em ambiente rural. Jardim (2018) atribui ao processo de tecnização amplamente difundido nas duas últimas décadas como responsável pela incorporação de novos comportamentos no cotidiano dos moradores de áreas rurais da Amazônia, mudanças amplas que se instalam nas esferas dos transportes, da comunicação, da alimentação e ainda nas atividades de produção.

A figura 17 (dezessete) retrata dois exemplos de armazenamento de gêneros alimentícios comuns nas comunidades amazônicas, Jardim (2018) traça um perfil desses modais, também presentes na Vila e no Lago do Jacaré. Nas comunidades mais isoladas onde não há energia elétrica os moradores precisam necessariamente ir a procura diária por alimento uma vez que estocar alimento é sempre um risco, enquanto em áreas mais urbanas onde há energia elétrica, o uso de eletrodomésticos passa a se configurar como necessidade, o que facilita o armazenamento de alimento.

Logo, de um lado, temos a procura diária pelo alimento, de outro o armazenamento, fruto da produção em excesso, semelhante à forma antiga do campesinato nas colônias pré-capitalistas.



Figura 17: A) Armazenamento de peixe em Comunidade no Lago do Jacaré; B) Armazenamento de carne e gêneros alimentícios em freezer na Vila do Jacaré.

Fonte: Trabalho de Campo, 2018.

Fotos: Jonathas Neves, 2018.

<sup>39</sup> JARDIM, Cinthya Martins. Do rural ao urbano: abordagens sobre as mudanças nos padrões alimentares de moradores de áreas de Assentamentos Rurais do Amazonas. 2018. 278 f. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018.

## 2.2 O Lago do Jacaré: uma caracterização

O Lago do Jacaré, está integrado ao município de Manacapuru, dista 45,3 km (quarenta e cinco quilômetros e três metros) em linha reta do mesmo, e a 106 km (cento e seis quilômetros), também em linha reta, a sudoeste da capital amazonense. Constituído por água do tipo preta, é uma formação naturalmente represada, que tem como principal barreira o Rio Amazonas/Solimões e os depósitos aluvionares existentes em sua desembocadura com o leito principal.

Possui um perímetro de 99,3km (noventa e nove quilômetros e três metros) de extensão, correspondentes a uma área de aproximadamente 13.297.683 m<sup>2</sup> (treze mil, duzentos e noventa e sete, seiscentos e oitenta e três metros quadrados) ou 1.330 ha. (hum mil trezentos e trinta hectares) que foram medidos por imagens de satélite.

Localizado a margem direita do Rio Amazonas/Solimões, distante da Vila do Jacaré cerca de 6 km (seis quilômetros) em linha reta, com um tempo de deslocamento médio de 1h (uma hora) na cheia variando conforme o transporte que nesse caso foi realizado em rabeta<sup>40</sup>, distância que dobra no período da seca haja vista, a ausência de trecho fluvial trafegável.

---

<sup>40</sup> Rabeta é um jargão amazônico que se refere a uma pequena embarcação ou canoa que possui um motor de pequena propulsão acoplado na traseira da mesma, é conduzido manualmente, com a ajuda de um bastão que determina as direções, ou reducionalmente é uma canoa motorizada.

O percurso de deslocamento está proposto na figura 18 (dezoito), e objetiva dimensionar distância e a localização das comunidades supramencionadas em relação à Vila do Jacaré.

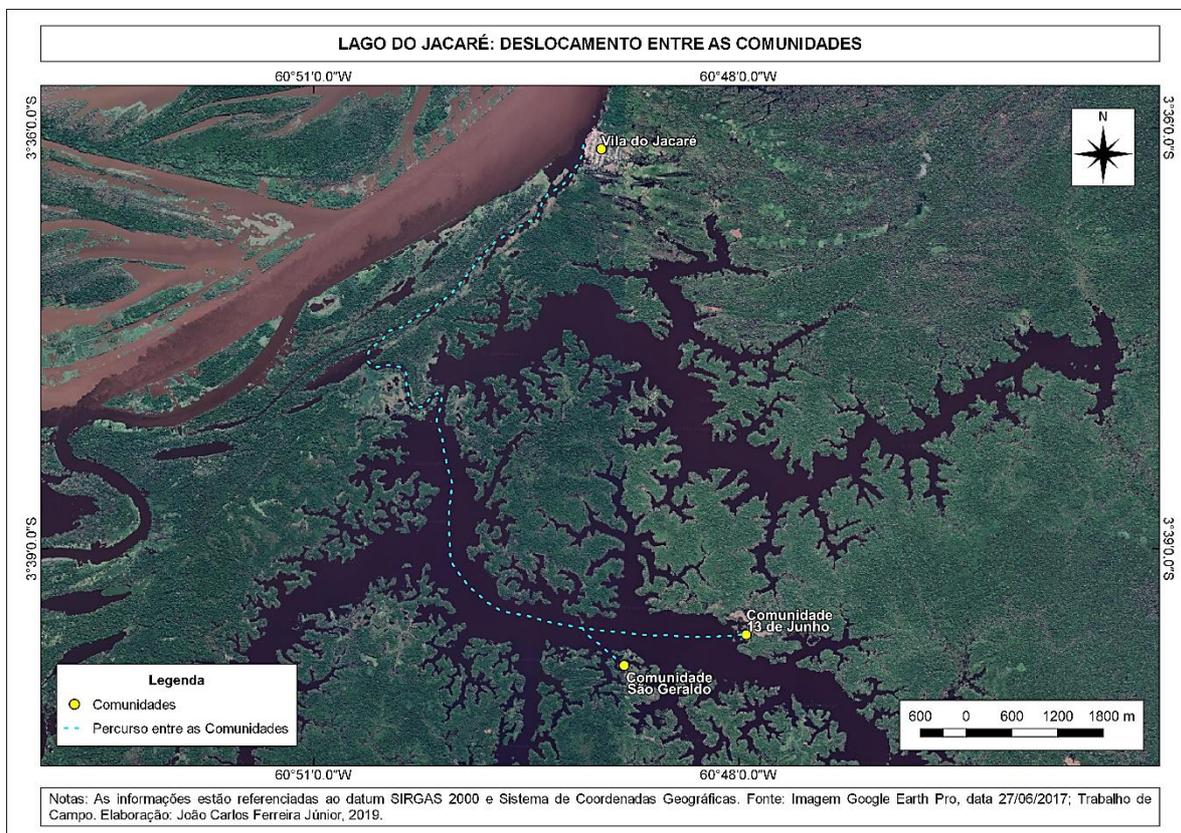


Figura 18: Lago do Jacaré: Deslocamento entre Comunidades  
 Fonte: imagem Google Earth Pro. 27/06/2017. Trabalho de Campo, 2018.  
 Elaboração: João Carlos Ferreira Júnior, 2019.  
 Org.: Jonathas Neves, 2019.

As comunidades do Lago do Jacaré antes do *boom* da Vila, eram bem povoadas, segundo os relatos dos entrevistados, moravam muitas famílias que além do núcleo central da comunidade estavam dispersos ao longo dos igarapés que formam o lago.

Atualmente, permanecem resistentes a influência da Vila desde sua criação: a Comunidade São Geraldo que possui treze casas e uma escola da SEMED (Secretaria Municipal de Educação) de Manacapuru que está desativada a EMEF (Escola Municipal de Ensino Fundamental) Ajuricaba I; e a Comunidade 13 de junho com dez casas e oito famílias e a EMEF Ajuricaba III também paralisada.

A estrutura da escola serve de moradia a família de D. Laíde Peres

Nunes, camponesa-ribeirinha, 57 anos que mora na comunidade embora trabalhe no processamento do açaí em sua outra casa na Comunidade São Geraldo.

O Lago do Jacaré, possui igarapés que correm por toda a sua extensão, cada igarapé é conhecido por um nome, alguns deles revelam que em algum momento da história das comunidades não só as glebas de terra foram apropriadas, mas também, os igarapés tornaram-se posse de um indivíduo.

Geralmente nas comunidades amazônicas, também pela necessidade de localização os igarapés receberam o nome de alguém ou de algo erguido pelos moradores naquele lugar, como foi o caso do cemitério, o lago que o acessa, se chama igarapé do cemitério.

Assim como os igarapés, as terras dos roçados possuem nome, na pesquisa de campo acompanhamos dois grupos de camponeses que plantavam num lugar que eles chamam de “Cão-eira” (nome dado devido a facilidade de encontrar um mamífero onívoro chamado de Irara (*E. barbara*)).

No outro grupo, estivemos no “São José” que é o nome do igarapé que acessa as áreas de plantio. Além desses lugares pré-estabelecidos como área para roçado, temos alguns outros que foram visitados e identificados na pesquisa de campo e estão dispersos por toda a extensão do lago, apresentados na figura 19 (dezenove).

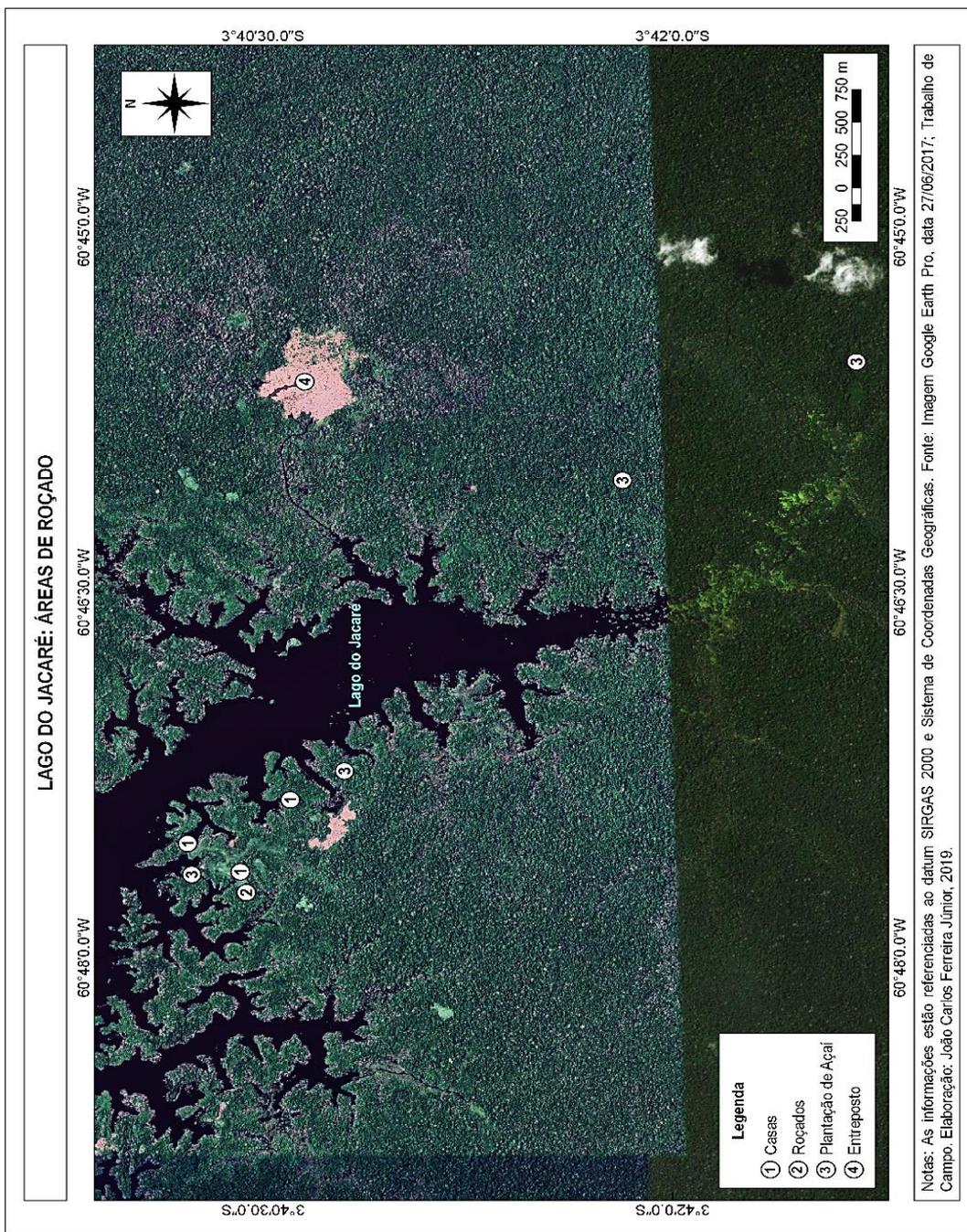


Figura 19: Áreas de plantio no Lago do Jacaré.  
 Fonte: Trabalho de Campo, 2018.  
 Elaboração: João Carlos Ferreira Júnior, 2019.  
 Org.: Jonathas Neves, 2019.

No Lago do Jacaré todos os territórios possuem nome, a premissa da posse é tão forte que de territórios passam a lugares. O nome desses lugares serve não só a localização, mas contam a sua história, um nome carrega características físicas ou naturais, ou divulga quem chefia ou a quem pertence e/ou pertencia aquele lugar. Os igarapés que formam o Lago do Jacaré são os principais lugares presentes na linguagem do camponês-ribeirinho morador das comunidades no lago, e propomos a identificação deles através da figura 20 (vinte).

Na pesquisa de campo, os entrevistados identificaram 15 (quinze) igarapés, os demais ou não sabiam o nome ou afirmavam não possuir, percebe-se que os nomes sempre remetem a um animal, planta ou pessoa, quando é nome de pessoa sempre a palavra Igarapé vem acompanhado da preposição do/da como por exemplo o Igarapé número 6 (Igarapé da Onça).

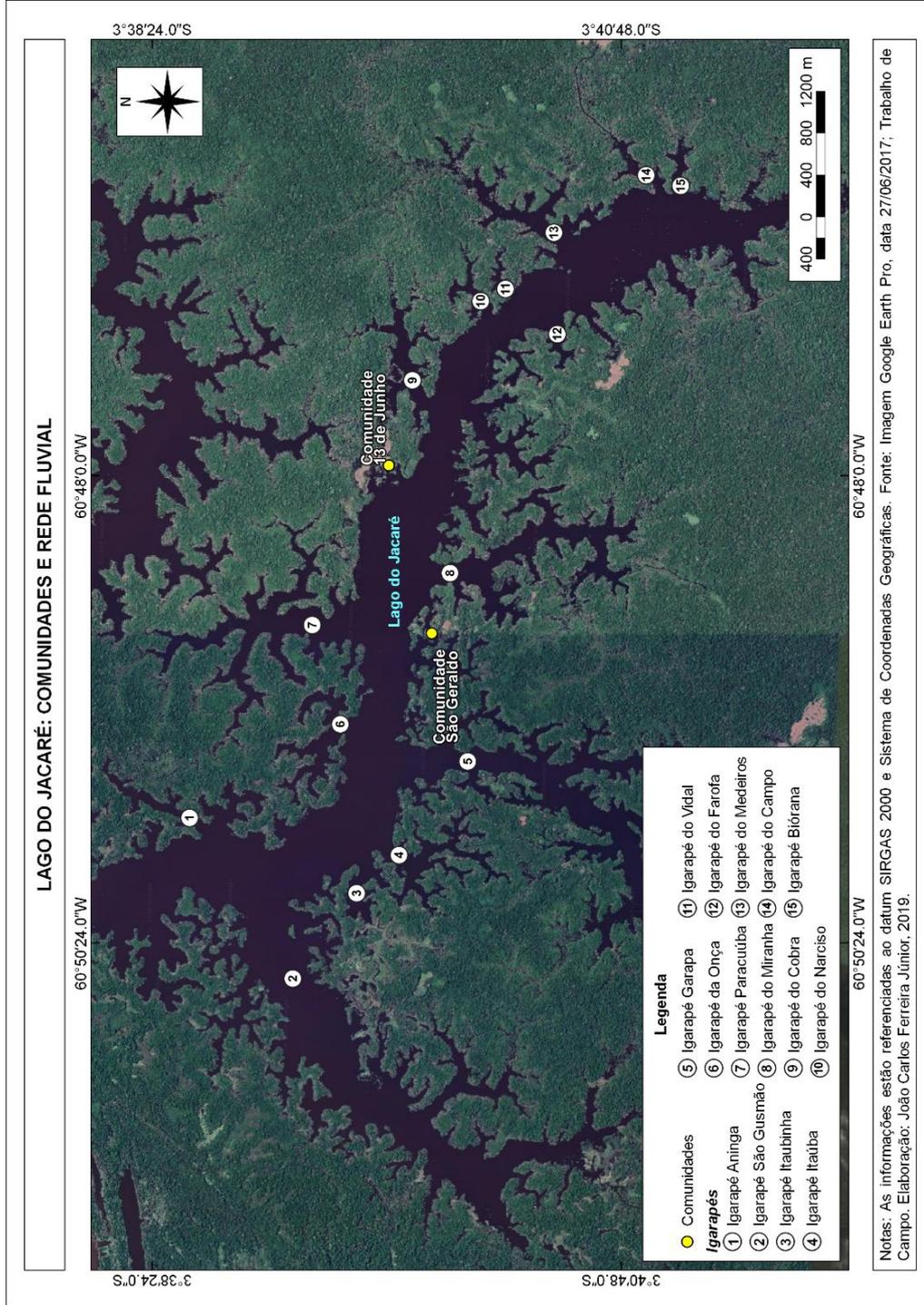


Figura 20: Igarapés e Comunidades do Lago do Jacaré/AM  
 Fonte: Trabalho de Campo, 2018.  
 Elaboração: João Carlos Ferreira Júnior, 2019.  
 Org.: Jonathas Neves, 2019.

### 2.2.1 - A Comunidade São Geraldo

A Comunidade São Geraldo, também conhecida como “China” ou Comunidade do China, nome comum e amplamente divulgado pelos moradores da comunidade e da Vila. “China” é o apelido<sup>41</sup> do presidente da Comunidade São Geraldo o Sr. Saíres Delfino, observamos que nessa questão de nomes os moradores da Vila e da Comunidade 13 de junho geralmente quando se deslocam a esse lugar dizem: “- Vamos lá no China” de maneira que o *China* sempre aparece.

No levantamento sobre o lugar São Geraldo, percebemos que esses nomes são provenientes de tradição. O nome da comunidade foi no passado dado por seu fundador Seu Geraldo que foi o primeiro presidente da mesma, desde lá segue o Sr. Saíres ocupando o cargo.

Na Comunidade São Geraldo, infelizmente não pudemos aferir a data de sua criação, nem foi possível identificar elementos, nem a memória de antigos moradores que pudessem nos informar ou delinear o período de sua formação. Sabe-se apenas que o principal produto cultivado nos primeiros anos de sua criação eram: a mandioca, seguida pela macaxeira, o milho, o feijão e a malva, além da exploração do peixe, muito forte que já no passado era marcante.

De acordo com os estudos de Garcez et al. (2010), consta-se que nos anos 2000 haviam 190 (cento e noventa) pessoas, sendo 60 (sessenta) homens 30 (trinta) mulheres e 100 (cem) crianças possuía 38 (trinta e oito) casas. Atualmente, há 13 casas, sendo 6 (seis) ocupadas por famílias que residem ainda no lago, e outras casas que funcionam como entreposto para o estoque e escoamento da produção ou são usadas como abrigo para aquelas famílias ou grupos que trabalham e vivem do extrativismo vegetal e que não desejam dormir de forma improvisada na mata como costumeiro.

Estruturalmente na Comunidade São Geraldo não há posto de saúde, água encanada, luz elétrica, gerador de luz a não ser particular, as casas são erguidas sobre altas estacas (estruturas comuns na Amazônia, dado a enchentes), todas feitas de madeira e com caixa d’água, que foram adquiridas pelo programa federal de 2011 o “Água para todos”, que viabilizou a compra dos

---

<sup>41</sup> Apelido é uma qualificação ou titulação individualizadora que aponta determinada característica peculiar de alguém ou de algo.

reservatórios de água com menores preços dos praticados no comércio do setor de fibras.

As casas em sua maioria possuem 5 (cinco) cômodos (cozinha, banheiro, sala e quartos normalmente 2 (dois)). Separadas de frente pela largura de um campo de futebol construídos pelos comunitários próximo a Escola desativada, o que sugere um certo ordenamento, a distância lateral de casa para casa corresponde a cerca de 3 (três) metros algumas com poucas variações.



Figura 21: Comunidade São Geraldo A) Frente vista EMEF Ajuricaba I, B) Casas de moradores.  
Fonte: Trabalho de Campo, 2018.  
Foto: Jonathas Neves, 2018.

### 2.2.2 – A Comunidade 13 (treze) de junho.

Fundada no final do século XX pela responsável e presidente D. Maria Augusta Matos, registrada como Associação Comunitária 13 de junho, protocolada junto à Receita Federal sob o CNPJ nº 22.796.742/0001-08, com registro em cartório da 1ª vara da Comarca de Manacapuru, registrado pelo tabelião João Jetro de B. Oliveira (cartório de mesmo nome) sob o livro A-01

Registro Integral de Pessoas Jurídicas, fls. 17 nº 37 em 9/10/1990.

No levantamento da origem e formação da comunidade, e as perguntas que surgem inerentes a esse processo de ocupação territorial são respondidas pelo Sr. Wilisses Trajano Matos, filho da fundadora e até hoje morador do lago

Essa comunidade aqui, ela teve um motivo pra ser fundada né, primeiramente era a comunidade São Geraldo, ali onde o Seu Geraldinho era o presidente, [...]. Como lá, todas as reuniões era um número de pessoas que não concordavam com o que acontecia lá, rolava muita bebida nas reuniões, aí queriam brigar e tudo, aquela desavença como sempre teve né. Então, um certo grupo de comunitários que inclusive hoje muitos já se foram né, reuniram e decidiram formar essa outra comunidade aqui pra esse outro lado, aí nessa época a minha tia que já é bem idosa, hoje tem 84 anos se não me engano, cedeu esse pedaço de terra aqui né, e aí a gente pegou e fundou a comunidade aqui. Isso foi em 82, 1982 onde eu sou um dos sócios fundadores dessa comunidade, a presidente era minha mãe D. Maria Augusta Matos e 13 de junho é uma homenagem a Santo Antônio, o santo casamenteiro o povo diz, eu acho<sup>42</sup>

A primeira ata da comunidade, foi aberta em 20 de julho de 1989 onde consta que moravam na comunidade 57 (cinquenta e sete) adultos dos quais 7 (sete) não sabiam ler ou escrever e 5 (cinco) não presentes que constaram assinatura por mandado. Consta anotação do objetivo comunitário em construir uma granja ou área a agricultura para a plantação de milho e feijão.

Conforme os anos avançaram, a Vila teve investimentos governamentais mais presentes, como: a pavimentação das ruas, a energia elétrica e a água encanada, fornecida pela concessionária SAAE (Serviço Autônomo de Água e Esgoto) de Manacapuru. Essas mudanças findaram atraindo os moradores das áreas circunvizinhas como já supracitado, logo as pessoas criaram a necessidade de deixar o rural e pertencer a Vila do Jacaré, o que conhecemos por migração.

A migração é um fator intenso na região, e pode ser percebida espacialmente pelo aumento de casas e circulação de pessoas e confirmada pelo serviço de saúde prestado pela UBS da Família Nossa Senhora do Carmo afirmando que na comunidade até maio de 2018 havia 495 famílias.

Em relação ao fator migração na Comunidade 13 de junho, o abandono da moradia no campo foi grande, das 57 (cinquenta e sete) pessoas listadas

---

<sup>42</sup> Entrevista de campo realizada com o Sr. Wilisses Trajano Matos, morador da comunidade 13 de junho no Lago do Jacaré, de 53 anos.

como membras fundadores atualmente temos cerca de 17 (dezesete) pessoas 6 (seis) fundadoras. As casas são todas erguidas de madeira, sem assoalho alto, pois foram construídas em área não alagadiça, casas bem separadas umas das outras, há bastante área comum, existe 1 (uma) igreja protestante na comunidade da qual a maioria dos moradores pertencem, 1(uma) escola desativada que serve de moradia a família de D. Laíde Peres Nunes (figura 22).



Figura 22: A) Vista frontal da Comunidade 13 de junho, B) EMEF Ajuricaba III desativada.

Fonte: Trabalho de campo, 2018.

Foto: Jonathas Neves, 2018.

É importante refletir o pensamento de Santos (1982), Corrêa (2003) quando percebem que no encontro do rural com o urbano, com a implantação e a ampliação dos meios de comunicação (bens e serviços), acontece a macroestruturação tanto das diferentes culturas como do modo de vida.

Portanto, não é mais possível falar do rural e do urbano com as mesmas especificidades, é preciso levar em conta que a nova realidade que ambos experimentam cede lugar as chamadas ruralidades e urbanidades, e quando essas áreas passam a influenciar na maneira de viver, nos costumes, nas ações e organizações do espaço, estabelecem grande dificuldade em diferenciar o rural do urbano criando novas funções em velhas formas.

As comunidades tornam-se de certa forma dependentes da Vila, pois através dos produtos que esta disponibiliza, por meio do qual, a comunidade é abastecida, acontece à interação e a relação de interdependência. A análise do modo de vida dos moradores das comunidades do lago, reflete a reestruturação do espaço a partir da inserção de equipamentos e serviços urbanos.

O crescimento impulsionado pelo Estado nesse sentido não só confere ao camponês-ribeirinho mudança no seu modo de vida, mas promove sua permanência da função e reproduz o capital quando oferece matéria-prima e recursos através dos programas do governo federal, empréstimos dos mais variados tipos, assentamentos rurais que lhe garantem proventos, e dessa forma esse indivíduo percebendo mais renda, consome mais, e conseqüentemente produz mais.

## 2.3 O Modo de vida camponês-ribeirinho: Entre o Lago do Jacaré e Vila do Jacaré

### 2.3.1 - A pesca

A pesca é uma das principais atividades que as famílias mantêm para garantir seu alimento diário, embora trabalhem também em outras atividades como a agricultura que lado a lado à pesca compõem a renda das famílias moradoras da Vila e do Lago do Jacaré. Essas atividades em sua maioria acontecem nas terras do lago do Jacaré, enquanto a moradia é majoritariamente na Vila, é sempre realizada em grupo ou em família, a produção é armazenada em caixas de isopor e vendida aos barcos ancorados que escoam a mercadoria para a cidade sede ou para a capital Manaus.

Enquanto os moradores da Vila atuam na agricultura, os moradores do Lago do Jacaré tem na pesca sua principal atividade, D. Greicelene Farias dos

Santos menciona que

A pesca ela é por período né, a gente não vive só da pesca até mesmo porque lá no lago a gente não tem o tempo todo pra pescar assim. Quem mora na beira do Solimões é diferente de quem mora em lago, nós tem casa aqui mais a nossa vinda aqui é muito pouca, nosso trabalho e nosso tempo é lá dentro mesmo do lago. Mas, a gente vive da agricultura, então a gente pesca no período mesmo da seca. Quando o rio seca e a gente vê que o peixe vai morrer, a gente vai ver que ele vai morrer daí a gente vai. O máximo de dias que a gente vai pescar é 10 dias, que é o período que dá pra todo mundo tirar. Ali é de quem pegar mais né, aquele que tiver o material mais pega. Daí a gente vende sim, compra o que precisa, a gente compra o que está dentro das possibilidades. Vendemos cará, roça e banana. Lá no roçado tem as terra da união<sup>43</sup>, hoje já regulamentada pelo INCRA. Esse período que a gente chama de verão, é o período difícil que só dá mesmo pra gente comer, o pouco que a gente consegue só é pra nós mesmo, a gente se vira como pode, pesca pra comer.<sup>44</sup>

As espécies mais comuns no lago segundo os pescadores e moradores do Lago, são as apresentadas na Tabela 1 (um).

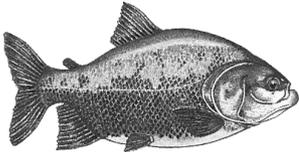
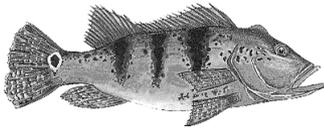
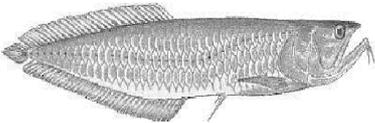
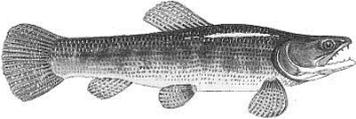
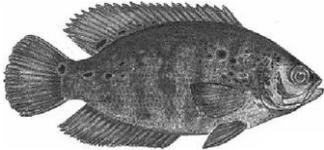
 <p><b>Tambaqui</b> <i>Colossoma macropomum</i></p>	 <p><b>Acari bodó</b> <i>Liposarcus pardalis</i></p>	 <p><b>Tucunaré</b> <i>Cichla ocellaris</i></p>
 <p><b>Aruanã</b> <i>Osteoglossum bicirrhosum.</i></p>	 <p><b>Traíra</b> <i>Hoplias malabaricus.</i></p>	 <p><b>Acará-açu</b> <i>Astronotus spp.</i></p>

Tabela 1: Espécies de peixes comuns no Lago do Jacaré, segundo seus moradores.

Fonte: Copyright © 2005 João Carlos "Pescador de Jaú" adaptado.

Org.: Jonathas Neves, 2018.

<sup>43</sup> Terra da união conforme moradora Greicilene Farias dos Santos é uma terra que não possui dono ai você chega lá entra constrói uma casa, o roçado. Enquanto a gente tiver lá é nosso, a partir do momento que a gente sai deixa de ser da gente.

<sup>44</sup> Entrevista de campo realizada com Greicilene Farias dos Santos, 43 anos, casada, camponesa-ribeirinha, migrante do Lago do Jacaré, morando a mais de 12 (doze) anos na Vila.

Na pesquisa de campo os camponeses afirmaram pescar de diversas formas, das quais nos participaram as mais usuais. Pescam de rede, de malhadeira<sup>45</sup> e de tarrafa<sup>46</sup> e arrastão<sup>47</sup>. Segundo os pescadores, no período abundante da pesca é comum a captura extrapolar o esperado, quando isso acontece, antes de desembarcarem com o produto no Terminal Pesqueiro de Manacapuru, algumas vezes, os pescadores atracam à beira da Vila e doam parte da pesca aos moradores.

O armazenamento do peixe que é vendido da Vila é possível graças ao gelo que é armazenado no porão dos barcos, o mesmo que vende o gelo é o que leva parte da produção de peixe para a sede municipal. A figura 23 (vinte e três) mostra como funciona a coleta e o comércio de gelo na localidade.



Figura 23: Transporte de gelo nas embarcações em Manacapuru/AM.  
Fonte: Trabalho de Campo, 2018.  
Foto: Jonathas Neves, 2018.

Alguns pescadores capturam e vendem rapidamente seu produto, esse tipo de pesca geralmente com o propósito de comprar nas mercearias e mercados o que não se produz, como: gasolina, arroz, feijão, algum condimento ou especiarias e também consumo de lanches, e em poucos casos mas não omissos, para o consumo de drogas lícitas e ilícitas.

O peixe, para a venda, é amarrado em uma espécie de tala, quando

<sup>45</sup> Malhadeira ou redes de emalhar é um tipo de pesca passiva em que a malha é disposta na água e o peixe fique preso (emalhado) quando passar, um lado da rede tem pesos para afundar em contato com a água, no lado oposto há boias.

<sup>46</sup> Tarrafa é uma rede de pesca circular com pesos distribuídos em torno de toda a circunferência da malha. A tarrafa é arremessada geralmente com as mãos de maneira que se abra o máximo possível antes de cair sobre a água e afundar.

<sup>47</sup> O arrastão é uma técnica de pesca que a rede forma um saco que é acoplado nos barcos ou rabetas e são puxados a uma velocidade que permita que os peixes sejam capturados dentro da rede.

amarrado os pescadores andam pelas ruas segurando a tala amostra e breve vendem o peixe fresco. A figura 24, retrata o modo usado para prender o peixe que é bem peculiar a Amazônia.

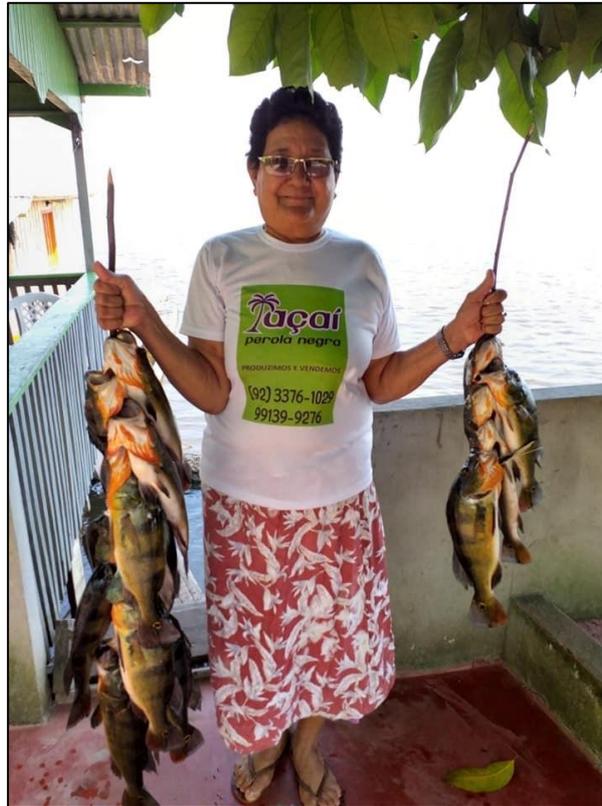


Figura 24: Moradora com os peixes da espécie Tucunaré (*Cichla ocellaris*) enfiados a tala.

Fonte: Trabalho de Campo, 2019.

Foto: Acervo pessoal de Brígida Vasconcelos, 2019.

Os camponeses-ribeirinhos que têm na pesca fonte de renda fazem parte da Colônia de Pescadores Z9 de Manacapuru/Amazonas, criada em 1976 com o intuito de regulamentação da classe, atualmente é uma das mais importantes associações de pescadores do estado. Esses profissionais pagam uma taxa mensal de R\$25,00 (vinte e cinco reais) à Colônia, o valor é referente ao recolhimento previdenciário que é administrado pela mesma.

De acordo com o MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), autarquia que regimenta e regulamenta a atividade da pesca em solo nacional, pessoa física ou jurídica, que exerça atividade pesqueira deve ser inscrita no RGP (Registro Geral de Atividade Pesqueira). Uma vez registrado o chamado de pescador artesanal, que é o camponês-ribeirinho, entra numa lista nacional de beneficiários do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social),

onde uma vez contribuinte do INSS, este indivíduo passa a ter direito no período do Seguro Defeso a remuneração de 1 (um) salário mínimo, até o fim da restrição de pesca.

O período de reprodução e preservação das espécies amazônicas dura 4(quatro) meses, portanto o pescador até o fim desse período recebe um total de R\$3.992,00 (três mil, novecentos e noventa e dois reais), nesse processo a Colônia de Pescadores é a intermediária, solicita do INSS o pagamento do benefício de Seguro-Desemprego do Pescador Artesanal.

Segundo o Sr. Geraldo Gomes<sup>48</sup>, presidente da Colônia de Pescadores no ano de 2013, menciona que foram pagos aos mais de 4mil pescadores regulamentados quantia total que girava em torno de R\$12.000.000,00 (doze milhões de reais). Em 2018, o então presidente o Sr. Carlos afirmou que da Vila do Jacaré há 479 (quatrocentos e setenta e nove) pescadores associados que juntos receberiam no total a quantia de R\$ 1.912.000,00 (um milhão, novecentos e doze mil reais) referente a Seguro-Defeso.

### 2.3.2 - A Extração de açaí

Os camponeses-ribeirinhos da Vila do Jacaré, vivem significativamente do extrativismo do açaí. A comercialização de açaí, é responsável pela renda semestral da maioria das famílias moradoras da Vila e das comunidades circunvizinhas. Não diferentemente das outras atividades que esses camponeses realizam para garantir sua sobrevivência, essa atividade é realizada em grupo, cada grupo tem um chefe que é chamado de patrão.

O patrão, também é camponês, mas, nesse momento exerce poder sobre outros indivíduos pois, é dono do roçado, precisa de mão-de-obra para a colheita, ou no caso no açaí tem comprador certo e quanto mais extrair mais renda possuirá. Portanto, necessita da mão-de-obra de outros, o sistema de remuneração funciona pelo pagamento de diárias, uma diária de cerca de R\$ 40,00 (quarenta reais), essa quantia representa aproximadamente 60% (sessenta por cento) do valor de cada saca, que é vendida a R\$ 60,00 (sessenta

---

<sup>48</sup> GOMES, Geraldo. In: Vento Norte. Intérpretes: Valter Frota. Manacapuru: Amazonsat, 2013. (7:34 min.), son., color. Série Vento Norte. Disponível em: < <https://bit.ly/2OV8Kuc> >. Acesso em: 25 abr. 2018.

reais), preço que pode variar conforme a safra do açaí.

A maturação do açaí atinge o ápice para a colheita entre março a junho com término em julho, época que mais colhem e comercializam o fruto. Cada saca pesa em média 60kg (sessenta quilos) que são carregados nas costas da mata até a área de descarga. Na prática, cada quilo hoje vale R\$1,00 (um real), preço pago graças à parceria do Governo do Estado e agências de fomento ao desenvolvimento sustentável com empresas multinacionais de capital aberto como no caso a The Coca-Cola Company, que tem sido uma importante impulsionadora à exploração da fruta. De acordo com a Agência de Desenvolvimento Sustentável (ADS, 2013) pagava-se ao extrator antes da parceria com a Coca- R\$0,75/kg de grãos, hoje o preço praticado (kg/grãos) é acrescido de R\$0,25 (vinte e cinco centavos), à agroindústria é repassado por kg/polpa (quilo/polpa) a quantia de R\$ 6,50 (seis reais e cinquenta centavos), ainda segundo a agência 600t/ano (seiscentas toneladas por ano) de polpa de açaí são consumidas só no Amazonas.

A Coca-Cola firmou com o governo um programa de investimentos chamado Coletivo Florestal<sup>49</sup>, através dele a multinacional paga o subsídio já supramencionado e utiliza o açaí para a produção e envasamento de bebidas (figura 25) que têm como base o fruto, e suas ações tem impactado diretamente no aumento da oferta e da procura pelo pomo.



Figura 25: Exemplo de bebidas a base de açaí produzidos pela Coca-Cola Brasil.

Fonte: ASCOM/Coca-Cola (2015).

<sup>49</sup> O programa atua no fortalecimento das comunidades ao estimular a organização comunitária em prol da cidadania e melhoria da qualidade de vida; na assistência e capacitação técnica por meio de treinamentos e workshops para melhorias na logística, segurança do trabalho, práticas de manejo sustentável, além de estímulo a conservação da Floresta e no acesso ao mercado (ASCOM/COCA-COLA BRASIL, 2015).

Em se tratando da exploração do açaí tendo como pressuposto o período da safra já mencionado e a importância que essa atividade tem no cotidiano dos moradores e na garantia de matéria-prima para a comercialização do açaí pelas agroindústrias. É salutar evidenciar que pelo trabalho, esses camponeses estão produzindo a natureza, uma vez que sobre ela realizam diversas ações como: o corte, o desmate, a extração da semente de açaí, o uso da terra para o plantio, para a abertura de pasto ou para o preparo do roçado, todas essas ações são responsáveis pela transformação da natureza.

Logo, a materialização que parte da abstração humana dada pela necessidade vital sobre a natureza, transforma-a em espaço, território e lugar. Posto que, todos os fenômenos do universo, originados pela mão do homem ou pelas leis gerais da física, não se constituem novas criações, mas apenas transformações da matéria, provindas antes de tudo da abstração humana subsumida. (VERRI, 1771 apud MARX, 1998).

Marx, em sua abstração também defende que o processo de transformação realizado pelo homem por meio de sua ocupação, ou seja, pelo trabalho, não é um domínio que ocorre separado da práxis. A produção dialética da natureza é propiciada a partir do processo de troca entre homem e natureza que é mediado pelo trabalho, essa mediação é quem estabelece que a relação entre ambas seja um processo dialético.

Na área de pesquisa a extração do açaí acontece de uma espécie que possui muitos nomes, dos quais os moradores conhecem e chamam como açaí jussara ou juçara (figura 26). A figura também mostra outros tipos de pés de açaizeiro, o segundo pé eles conhecem como açaí do Pará<sup>50</sup> e o terceiro é uma espécie híbrida incomum na região Amazônica.

---

<sup>50</sup> Referência ao estado do norte brasileiro, o Pará que têm na qualidade do açaí sua expressão regional, bem polarizada por todo o território nacional.

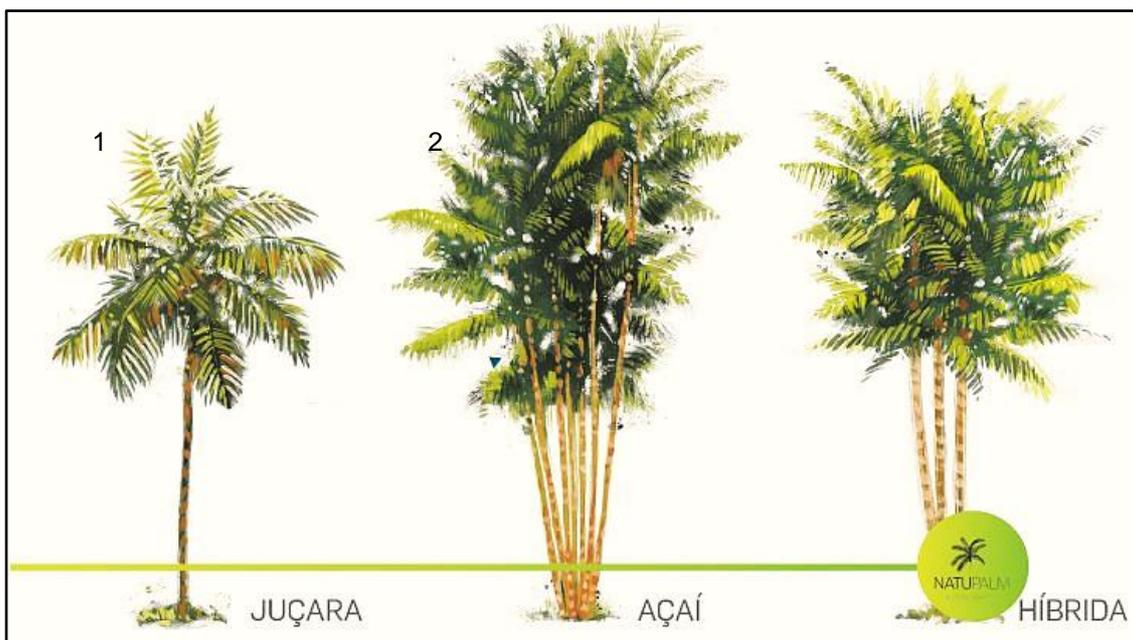


Figura 26: Croqui dos pés de açaí (*Euterpe precatoria*.(1) e *Euterpe oleracea*(2)).  
 Fonte: Natupalm ©2017. Disponível em: <https://bit.ly/2l2AF2n> Acesso em: 18 de maio 2018.

Segundo Jan Feldmann Martinot (2013), o açaí jussara é o açaí-da-mata (*Euterpe precatoria* Mart. 1842) que é aquele açaí extraído na Amazônia Ocidental, e também é conhecido como açaí-solteiro, açaí-de-terra-firme, açaí-do-amazonas, mede de 10 (dez) a 20 (vinte) metros de altura e é uma espécie caracteristicamente encontrada em regiões de clima tropical quente e úmido (temperatura média anual acima de 26°C, umidade relativa do ar entre 71% e 91%, e precipitação acima de 1.600 mm por ano), amplamente encontrado na região de extração no Lago do Jacaré.

A colheita de açaí é realizada por meio de uma técnica utilizada sobre os pés, conhecida pelo camponês-ribeirinho como “pecunha”<sup>51</sup>, durante o período de colheita o camponês só deixa a área de colheita do açaí em dois momentos: 1) para o almoço; 2) para a descarga das sacas colhidas que comumente acontece ao fim do dia ou quando eles esgotam a capacidade de transporte nas rabetas.

51 “Pecunha” é a palavra coloquial usada pelo camponês-ribeirinho em referência a Peconha (escrita formal) que é uma técnica utilizada para dar sustentação a escalada de árvores, trata-se de uma corda trançada que é engatada nos pés, feita a partir de fibras retiradas de árvores do tipo palhosas e/ou fibrosas como o Ubuçu (tururi), Ripeira ou Matamatá, é similar a um cinto e amplamente usada na colheita de açaí, bacaba, pataúá e ubuçu.

Quanto à rotina dos coletores de açaí, findo o carregamento quando a noite se aproxima eles já retornam em sua maioria, para casas que possuem pela extensão do Lago do Jacaré, ou para casas de amigos ou familiares, outros retornam para a vila a fim de estudar, para dormir com a família, ter algum momento com os filhos e logo pela manhã regressão ao lago para mais um dia de lida.

Na pesquisa de campo, constatamos que é comum dado a organização particular a cada grupo, que se erga um acampamento provisório na mata mesmo, onde eles fazem fogueiras, atam as redes nas árvores e cobrem com lonas (figura 27), economizando assim recursos segundo o que atestamos.



Figura 27: A) Acampamento temporário, B) Fogo “Caçador” erguido para o preparo da alimentação dos acampantes.  
Fonte: Trabalho de Campo, 2019.  
Foto: Jonathas Neves, 2019.

Na atividade da colheita do açaí D. Valdilene Fernandes Lima<sup>52</sup>, narrou que na exploração do açaí também é feita através do *mutirão*, participou-nos um episódio em que um grupo de 6 (seis) pessoas, reunidos por ela, colheu até por volta de 12h (meio dia) 13 (treze) sacas, que vendidas a R\$68,00 (sessenta e oito reais), rendem R\$890,00 (oitocentos e noventa reais).

A reunião desse grupo de pessoas em questão, aconteceu graças a D. Valdilene que os procurou com o intuito de sanar uma necessidade dos jovens da Igreja Adventista em angariar recursos para um retiro que eles participariam no município de Rio Preto da Eva, depois de acertado resolveram se reunir para colher açaí e ajudá-los provendo algum recurso.

O processo de colheita compreende as etapas: extração, ensacamento, o transporte de aproximadamente 60 kg (sessenta quilos) feito sobre as costas caminhando mata a fora, a venda ao comerciante, o transporte à vila e o transporte final a Manacapuru. A colheita suficiente para compor uma saca não foi precisada pelos entrevistados, logo colhem quantas vezes se façam necessárias, quando prontos o descarregam em um ponto próximo à beira dos igarapés (rios secundários), momento quando eles algumas vezes, já vendem ao chamado atravessador que é comerciante.

Esse indivíduo por sua vez, compra diretamente os frutos ensacados e transporta do lago à vila, lá ele vende a um terceiro indivíduo “Seu “Preto” (Sebastião Vasconcelos) que tem um contrato com uma empresa que compra dele diretamente a produção de açaí, o transporte final até o município sede é realizado pelo barco Gean Filho VII, que no período da safra é diário.

No caso de o camponês-ribeirinho não vender seu produto a um atravessador, que o desobriga de realizar o transporte e venda na Vila, nesse caso ele trata diretamente com representante da agroindústria que é morador da Vila, logo trabalha por demanda.

O armazenamento das sacas de açaí é feito em um flutuante particular (figura 28) que funciona como uma espécie de galpão, o mesmo fica ancorado próximo a área de carga e descarga e transporte de passageiros da Vila.

---

<sup>52</sup> Entrevista de campo realizada com D. Valdilene (Lene) Fernandes Lima, 54 anos, camponesa-ribeirinha, do lar, moradora da Vila do Jacará a mais de 10 (dez) anos.



Figura 28: A) Armazém de açaí em flutuante, B) Transporte de açaí  
 Fonte: Trabalho de Campo, 2018.  
 Fotos: Acervo Pessoal de Kellen Furtado, 2018.

Propomos a seguir um fluxograma (figura 29) a fim de trazer a síntese a produção de açaí na Vila do Jacaré, nele consta o trajeto do produto açaí com dois fins comuns, 1) o carregamento à Manacapuru (sede do município), 2) o consumo direto na Vila.

A produção familiar de açaí provém da colheita dos grãos plantados da espécie *Euterpe odoracea* (açaí-do-Pará) que se colhe o ano todo. Mas, também acontece em sua maioria da espécie nativa da região onde os camponeses trabalham durante o primeiro semestre de cada ano.

Uma vez que o fruto atinge a maturação eles são colhidos, ensacados e transportados para a Vila do Jacaré, o transporte acontece de três formas. Há um atravessador que retira a produção na área de ensacamento e leva a Vila ou em casos menores já direto a Manacapuru, a segunda opção é o camponês mesmo realiza esse transporte até a Vila onde vende para o representante de

uma agroindústria que se responsabiliza pelo transporte até a sede municipal, ou em terceiro os grãos são comercializados nos flutuantes que preparam o líquido para o consumo direto na Vila.

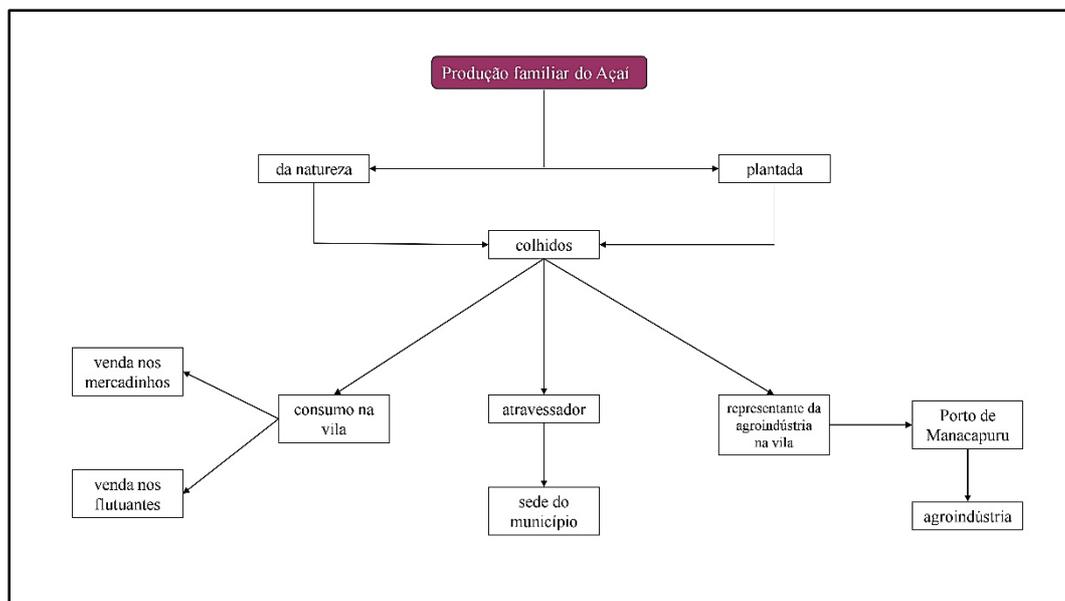


Figura 29: Produção Familiar de açaí-da-mata.

Fonte: Trabalho de Campo, 2018.

Elaboração e organização: Jonathas Neves e Hellen Braga, 2019.

No estado do Amazonas, dado o potencial exploratório de açaí, o governo tem criado programas como o Programa de Regionalização da Merenda Escolar (PREME) que impulsionam o consumo de recursos florestais, isso sem mencionar é claro o perfil de exportação e importação de açaí que cria uma demanda de consumo e comercialização sobre o produto. Segundo a ADS(2013) somente para atender ao PREME, foram processados e encaminhados 80 ton. (oitenta toneladas) de açaí que atenderam as escolas estaduais.

Esse potencial exploratório trouxe a Amazônia indústrias que processam o fruto, são as chamadas agroindústrias que tem sido atraídas ao interior do Estado do Amazonas e tem atuado nos mais diversos setores do comércio, dos quais em Manacapuru, têm-se destacado o trabalho direto/indireto na produção do açaí.

De acordo com relatório da ADS, foram beneficiados só em 2013, 6.700 (seis mil e setecentas) famílias que trabalham diretamente na colheita, mas também criaram 1.133 (hum mil cento e trinta e três) empregos diretos, 196 (cento e noventa e seis) indiretos. As agroindústrias possuem em média

capacidade de processamento de 1.537 (hum mil quinhentos e trinta e sete) kg/hora (quilos por hora) de açaí.

Com relação à produção de excedente quando pensamos na Amazônia precisamos pensar além da barreira logística e acesso a serviços básicos, mas na própria dinâmica dos rios e no cotidiano desse indivíduo que mora no interior. O camponês se insere na lógica do mercado não só se sujeitando a produzir extenuantemente, mas acumula para que na seca não falte o que lhe é necessário, logo em sua abstração ele possui necessidade no dinheiro uma vez que não produz tudo o que consome.

Essa temática é muito presente no que defende o Prof. Ariovaldo Umbelino em *Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária* (2007) quando ele explana que a necessidade do dinheiro cresceu e com isso, mais o camponês envolveu-se com a produção para o mercado. Mas, com a intensificação da conversão de produção agrícola em produção de mercadorias, as relações de venda direta do produtor/extrator ao consumidor se tornaram cada vez mais infactíveis, haja vista o aumento das distâncias, o tempo de viagem até a venda nos mercados. Por isso, a figura do atravessador foi criada, afim de sanar essa exigência mercantilista por tempo, quanto menor o tempo mais rápido o consumo, o que confirma a reputada frase de Benjamin Franklin (1706-1790): “tempo é dinheiro”.

É na circulação do capital que acontece a conversão da mercadoria em dinheiro, tal qual acredita Marx em *O Capital* quando ele sustenta que o princípio do capitalismo está em desenvolvimento constante em todo canto e lugar. E esse desenvolvimento é fruto do seu princípio básico, o movimento de rotação do capital: M-D-M (vender para comprar) e D-M-D (comprar para vender).

Por esse movimento baseado a lógica de mercado, fica evidente a produção da mais-valia, que é aquela taxa de produção excedente, por isso a premissa chayanoviana nesse sentido não cabe a esse *modus operandi* percebido na vila, uma vez que para ele esse camponês deixa de trabalhar quando produz o suficiente para poder comprar o que necessita.

Esse indivíduo inserido na lógica sistema de mercado, é aquele que Eric Wolf (1966) define como sendo um cultivador rural incorporado a um sistema estatal no qual uma classe social dominante se vale sobre sua produção. Enquanto, Raymond Firth (1964) afirma que o camponês se refere a um sistema

socioeconômico de produtores de pequena escala que dispõem de uma tecnologia não-industrial relativamente simples porém esse sistema é essencialmente rural e depende da existência de um mercado, que se confirma quando D. Greicelene F. dos Santos menciona como era a produção no lago no tempo que não era nem comunidade e só existia várias famílias morando e trabalhando para sobreviver. D. “Greice” lembra que não se produzia muito, porque não tinha venda

[...] o cará minha vó plantava, mas, não tinha venda, a gente só plantava pra comer mesmo, por exemplo se você produzisse dez sacas de farinha você guardava no paneiro bem torradinha e durava de um ano por outro. Hoje não, já tem pra venda pra tudo né, pro cará, pra banana pra farinha, então a gente produz mais porque já tem procura<sup>53</sup>

O regime hidrológico dos rios amazônicos comanda toda a produção em que o camponês se envolve, logo a produção nos diversos setores não muda. O camponês trabalha pensando em produzir o máximo para que isso lhe garanta mais tranquilidade no “tempo difícil” que conforme D. Greicilene Farias dos Santos é o período da seca.

Embora isso não seja uma regra geral, mas sim uma particularidade da família de D. “Greice”, já que em outros núcleos familiares os R\$ 1.000,00 (hum mil reais) em média, que os homens percebem da colheita semanal de açaí por exemplo, se gasta com consumo direto dos chamados bens de consumo.

A essa luz, o campesinato *in loco* se confirma como sendo multifacetado e dinâmico, já que o mesmo pescador no período da enchente não pesca devido ao defeso, também conhecido piracema<sup>54</sup>, na cheia dado a maturação do fruto esse indivíduo torna-se o apanhador de açaí (*Euterpe precatoria*), esse mesmo também planta e colhe a roça durante todo o ano.

Porventura não produzindo, traz da roda a matéria-prima para a família produzir a farinha, na seca também se vale da colheita de juta/malva (*Corchorus capsularis*), e/ou passa de patrão a contratado para extração de madeira em outros municípios.

<sup>53</sup> Entrevista realizada com D. Greicelene Farias dos Santos (“Greice”), 43 anos, camponesa-ribeirinha.

<sup>54</sup> O defeso ou a piracema é um fenômeno que ocorre com diversas espécies de peixes ao redor do mundo. A palavra vem do tupi e significa “*subida do peixe*”. O processo recebe esse nome porque, todos os anos, eles nadam rio acima para realizar a desova.

### 2.3.3 - A malva

No caso específico da malva, sua produção é bem dinâmica, quando não plantada nos terraços aluvionais, ou na planície amazônica regionalmente chamada de várzea, os camponeses-ribeirinhos moradores da Vila do Jacaré, assim como na produção da farinha, utilizam dos seus quintais tal como já mencionado, tanto para a plantação quanto para secagem da malva.



Figura 30: A malva nos quintais

A) A seca em quintais próprios; B) A seca em quintais dos vizinhos.

Fonte: Jonathas Neves, 2018.

Nesse caso, a proposta de Paulino (2006) explica o contexto da monopolização do território pelo capital percebido in loco, onde os camponeses têm sua produção já com destino garantido. A malva por exemplo, através das

agências reguladoras e/ou promotoras ADS (Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas), SEPROR (Secretaria de Produção Rural do Amazonas) e IDAM (Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável Estado do Amazonas, subsidiárias do MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), que distribuem sementes de juta/malva aos agricultores já previamente cadastrados e ao fim da safra que atinge ranking de 12(doze) mil toneladas de fibras têxteis produzidas são provenientes de Manacapuru paga-se a subvenção que segundo o IFIBRAM (Instituto de Fibras da Amazônia) beneficia aproximadamente 15 mil famílias. Ainda assim, dado a alta procura por fibras têxteis o Brasil ainda necessita importar do maior produtor mundial: Bangladesh.

Fraxe et al. (2011) estudou a cadeia produtiva da Malva e da Juta em comunidades da Área Focal do Piatam (Potenciais Impactos e Riscos Ambientais da Indústria do Petróleo e Gás Natural no Amazonas), o resultado desse trabalho permitiu algumas afirmações que nos ajuda a pensar sobre as migrações da várzea para a terra firme que percebemos nas entrevistas realizadas para o presente estudo e também sobre o abandono aparente da cultura de malva: 1) foi na várzea que a malva se desenvolveu no Estado do Amazonas; 2) a produção de fibras da malva não está condicionada apenas a alternância do ciclo das águas dos rios, mas também às condições de mercado de outras cadeias, como a cadeia produtiva do café, da batata e de outros produtos, aos quais a fibra de malva fornece sacaria; 3) a cultura de malva é decadente embora apresente sinais de recuperação.

A cadeia produtiva de malva no Amazonas é composta pelo segmento dos fornecedores de sementes, a unidade de produção familiar, os atravessadores e as empresas processadoras de fibra.

As sementes são adquiridas pelo Governo do Estado do Amazonas junto a IFIBRAM, com sede em Belém/PA, em seguida são distribuídas aos malveiros através do IDAM. Embora em alguns casos esses produtores comprem as sementes direto com os atravessadores, também conhecidos como marreteiros.

O fluxograma (figura 31) apresenta em síntese o percurso da malva, desde a fase de captação de sementes, à plantação e o processo até o produto final.

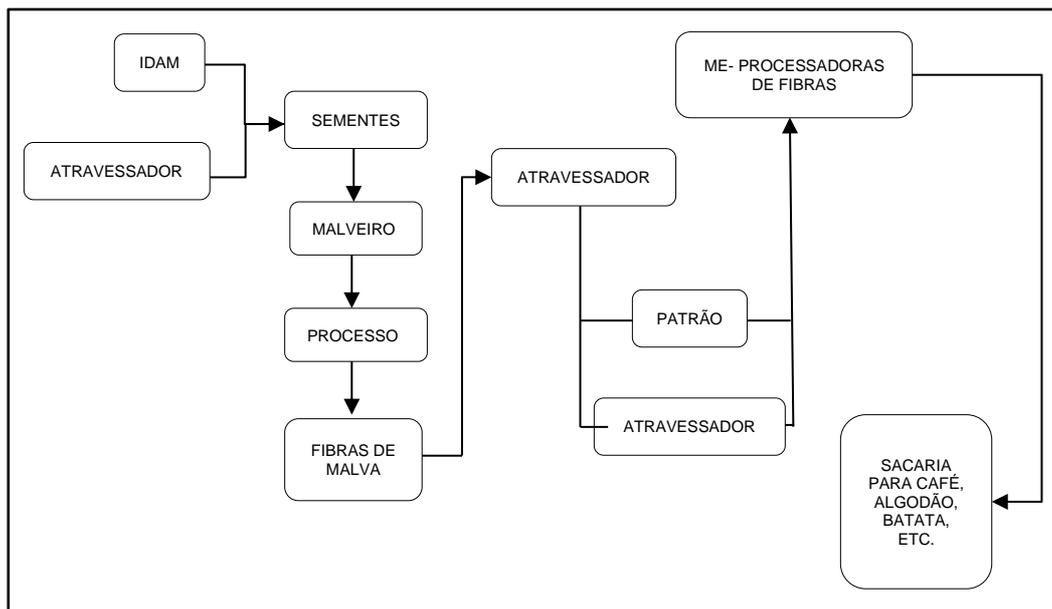


Figura 31: Fluxograma da Malva  
 Fonte: Fraxe (2011) adaptado.

Ressalte-se que no campo, não se produz aquilo que não se projeta renda ou não há demanda e isso funciona até para os demais gêneros alimentícios, sobretudo as hortaliças (item que é ausente no cardápio diário dos camponeses na Amazônia). Logo, a lei da oferta e procura se confirma, e ela é diretamente um dos motivos se não o principal, para a mudança inesperada na cultura do plantio tal qual o Sr. André Fernandes Cruz, 39 anos, justificando sua migração para a Vila, afirma: “jamais pensei em mudar aqui pra vila, trabalhava com malva ali no Paratari. Mas, hoje estamos aqui no açaí, vivendo do açaí né?”, posto isso, tudo muda inclusive, o modo de produção que neste contexto está diretamente interposto a garantia de subsistência da família.

#### 2.3.4 – A “roça” – a plantação das raízes tuberosas.

A chamada “roça” é uma técnica milenar que acredita-se ter sido herdada dos povos pré-colombianos que povoaram as Américas: os maias, incas e astecas. A *roça* consiste em podar toda a vegetação de uma área pré-estabelecida para o plantio, esperar que as fibras, folhas e terra sequem ao sol e virem material combustível, o suficiente para ser queimado.

Geralmente nesse tipo de plantio é comum a semeadura de milho, feijão e mandioca, embora na pesquisa foi observado amplamente a cultura de cará

que segundo Castro (2011), na Amazônia caracteristicamente pertence a espécie *D. trifida*, além da mandioca e macaxeira (*M. esculenta*) e algumas poucas frutas como o mamão (*Carica papaya*). Vale ressaltar que no setor fruticultor também se colhe na safra o cupuaçu (*T. grandiflorum*) que assim como o açaí-da-mata tem grande potencial comercial no período de safra. Ambos estão na natureza, obedecendo o ciclo biológico natural e dispensam a necessidade de plantação.

Semelhantemente a extração de açaí, a exploração da mandioca e cará acontece em grupo, comumente contratados pelo dono(s) do(s) roçado(s). Quando o roçado pertence a mais de uma pessoa é característico que sejam de parentes próximos (irmãos por exemplo). O indivíduo contratado recebe R\$ 40,00 (quarenta reais) por dia trabalhado, a extração, o deslocamento da colheita desses tubérculos, bem como a rotina dos trabalhadores acontece igualmente também, com poucas variações, como por exemplo algumas vezes não se ensaca a produção.

A figura 32 (trinta e dois) mostra esses momentos: colheita, carregamento e o transporte de tubérculos na área de estudo.



Figura 32: A) Colheita de cará na roça do Sr. Adelson Furtado. B) Carregamento de cará já embalado a área de escoamento, C) Transporte de mandioca à Vila do Jacaré.

Fonte: Trabalho de Campo, 2018.

Foto: A) Jonathas Neves, 2018. B) Idem. C) Acervo pessoal de Brígida Vasconcelos, 2018.

Tanto o cará quanto a mandioca, são vendidos aos chamados atravessadores que saem do ancoradouro na Vila e levam mercadorias, pessoas, animais até o porto da cidade sede ou à capital ou vice-versa. No caso da mandioca matéria-prima para a fabricação das farinhas amazônicas, algumas vezes parte da produção de mandioca fica na Vila mesmo, onde será processada, para esse processo segue-se um outro ritmo, quando finalizado as sacas de farinha são vendidas em uma média de R\$200,00 (duzentos reais) conforme informaram os entrevistados.

As etapas de colheita dos tubérculos na área de estudo compreendem desde o cultivo, a extração e até a venda no porto, e sinteticamente apresentamos como é gerido pelos camponeses-ribeirinhos esse trabalho com as raízes tuberosas através do fluxograma que propomos na figura a seguir.

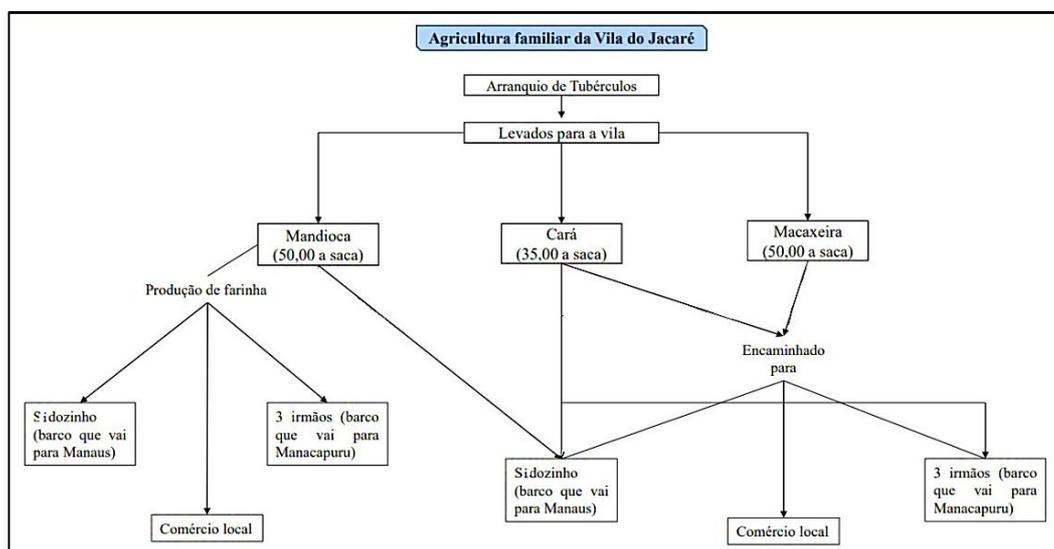


Figura 33: Fluxograma da extração de tubérculos na Vila do Jacaré.

Fonte: Trabalho de Campo, 2018.

Elaboração e organização: Jonathas Neves. e Hellen Braga, 2019.

Em primeiro, os tubérculos são (re)plantados, quando atingem o chamado “ponto” como os camponeses comumente chamam o período para arranquio, são transportados a Vila e vendidos aos barcos que transportam ao porto de suas origens, nesse caso, um a capital outro a Manacapuru.

No caso da mandioca que também é matéria-prima para a fabricação de farinha parte dessa produção fica retida nas chamadas “casas de farinhas” e quando fabricadas seguem também à capital ou a Manacapuru.

## **CAPÍTULO III – DOS ORGANISMOS DE ESTADO: OS PERPETUADORES DO CAMPESINATO NA AMAZÔNIA.**

Neste capítulo, partiremos da na análise dos organismos de Estado e dos programas que existem e atuam diretamente na manutenção de costumes, na produção de bens de consumo e, portanto, na permanência do indivíduo camponês em seu ofício. Partindo do delineamento do que foi feito e/ou instituído por esses organismos da Vila do Jacaré, esse levantamento propõe um resgate também do processo de urbanização e das ditas benfeitorias proveniente dos recursos da União. Por fim, apresentaremos gráficos que conterão os dados do levantamento realizado pela pesquisa de campo.

### **3.1 Breve Resumo**

Na pesquisa de campo percebemos que a presença dos organismos estatais é bem visível no cotidiano dos moradores. Tornou-se também evidente a necessidade de traçar um levantamento quantitativo do que já foi feito e dos valores e números de beneficiados. Demanda criada, pois, o camponês da Vila do Jacaré sabe quem distribui fundos, conhecem quem os provê, mas findam por não saber como funciona, o nome dos programas, quem capta esses recursos para depois distribuir a eles.

Na maioria das vezes o camponês sabe como funciona o processo de inscrição e de recebimento de proventos de origem estatal. Mas, não consegue explicar, ou ainda não deseja fazê-lo por medo ou qualquer outro impedimento que esse indivíduo permite-se imaginar.

Muito embora isso aconteça e muitas vezes esses indivíduos omitam informações, desde a lei da transparência, que eles desconhecem, esses dados não são desconhecidos a sociedade. O acesso a esses dados nos permitiu trabalhar os dados, checar as informações prestadas e apresentá-los na presente pesquisa, e por fim, resultou em gráficos que tiveram sua origem nos dados censitários colhidos na pesquisa de campo.

Os organismos aqui apresentados são frutos das pesquisas de campo e todos apareceram nas entrevistas com os informantes, trataremos sobre eles no desejo de participar ao leitor como é a presença desses organismos na vida no

camponês e tratar a maneira como atuam e retornam os fundos governamentais provenientes do dinheiro do contribuinte.

### 3.2 INCRA

A Vila do Jacaré e o Lago do Jacaré estão dentro de um assentamento do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), na modalidade PAE (Programa de Assentamento Extrativista), nessa modalidade as famílias assentadas e com cadastro regular recebem a CCU (Contrato de Concessão de Uso) que é um documento que garante a eles a posse sobre terras que pertencem à União (Governo Federal), posse essa garantida pelo trabalho direto dessas terras, além disso há um crédito rural que é garantido a esse indivíduo com a ideia de fomentar investimentos na sua produção.

Legalmente esses camponeses estão assegurados, inclusive para pleitear aposentadoria, muito embora nas entrevistas pouco notamos uma preocupação com a revogação do CCU para o camponês que possui terras, mas, só usufrui dos subsídios sem trabalhar na terra que lhe foi demandada.

O papel do INCRA em suma é administrativo, cumprindo papel de reforma agrária, na prática, ele capta as terras que pertencem à União, seja ela nas modalidades que tenham como as terras devolutas<sup>55</sup> por exemplo, depois de captadas são incluídas em programas de regularização fundiária e destinadas a um indivíduo que através de documentos legais, nesse caso o CCU, que lhe garantem propriedade sobre a terra. Muito embora na maioria dos casos esse indivíduo já ocupe aquelas terras antes do INCRA chegar e conferir o CCU.

O CCU, portanto, é o documento legal que titula um lote de terra a um membro do PNRA. Na prática o CCU transfere um imóvel rural ao beneficiário da reforma agrária em caráter provisório e assegura ao assentado acesso aos créditos disponibilizados pelo INCRA e a outros programas do Governo Federal de apoio à agricultura familiar.

O Contrato de concessão de uso reza todos os direitos e deveres do assentado para com o imóvel destinado a ele, bem como seus deveres perante

---

<sup>55</sup> Terras devolutas são terras públicas sem destinação pelo Poder Público e que em nenhum momento integraram o patrimônio de um particular, ainda que estejam irregularmente sob sua posse.

o Estado e demais autarquias regulamentadoras dos programas de apoio ao chamado produtor rural.

A importância do INCRA nesse aspecto, é a manutenção da produção agrícola uma vez que fornece insumos ao assentado e conseqüentemente a perpetuação do modo de vida camponês que gira em torno da subsistência dentro setor primário da economia, o que garante dentre outros, a soberania alimentar.

### 3.2.1– As Origens do PAE Cabaliana II

A origem do projeto PAE remonta os embates que no passado foram coordenados por civis e entidades que buscavam incentivos governamentais e o direito ao uso da terra. O processo histórico na Amazônia que garantiu esse direito aconteceu no final do século XX, em pleno período do governo FHC mediante a pressões de movimentos ambientalistas mas também os sociais, dentre eles o movimento dos seringueiros liderado por Chico Mendes (1944 - 1988), que pleiteava a garantia de novos modelos de reforma agrária que privilegiasse também o modo de vida das ditas populações tradicionais amazônicas e garantissem seu direito de posse e de acesso aos serviços básicos de saúde, educação, infraestrutura, criou-se a categoria Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE).(ALLEGRETTI, 2008).

De acordo com o INCRA, a criação dos Projetos de assentamento (PA's) é realizada por meio de portaria, publicada no Diário Oficial da União (DOU), na qual constam a área do imóvel, a capacidade estimada de famílias, o nome do projeto de assentamento e os processos legais e jurídicos vigentes para garantir a posse e assegurar a implementação do mesmo.

Sendo assim, o PAE, surge como uma medida de regularização de terras para os camponeses e as ditas populações extrativistas e ribeirinhas que antes da regularização fundiária já se serviam dos recursos florestais para sobrevivência (GUERRA, 2002).

A instalação do PAE Cabaliana II a que pertence nossa área de estudo aconteceu em articulação com a Superintendência Nacional do Desenvolvimento Agrário autorizada pela portaria INCRA/DF nº 0391/83 de 5/12/1983 a Superintendência Regional INCRA/SR(15)/AM por meio da portaria

nº 021/2006 de 8/09/2006 que autoriza destinar terras devolutas federais captadas pelo órgão, à empossar por meio do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) agricultores, e que de acordo com levantamento iriam ser repassadas uma área total de 431.700ha (quatrocentos e trinta e um mil e setecentos hectares) a criação do Projeto de Assentamento Agroextrativista em questão. Essa área total pertence a três comarcas distintas sendo a maior Manacapuru com 307.924ha (trezentos e sete mil, novecentos e vinte e quatro hectares), Manaquiri com 55.046 (cinquenta e cinco mil e quarenta e seis hectares) e Beruri com 4.450ha (quatro mil quatrocentos e cinquenta hectares).

Quanto a localização do PAE Cabaliana II propomos a figura 34 (trinta e quatro), que determina a área total de abrangência do Projeto de Assentamento que engloba o território da Vila do Jacaré.

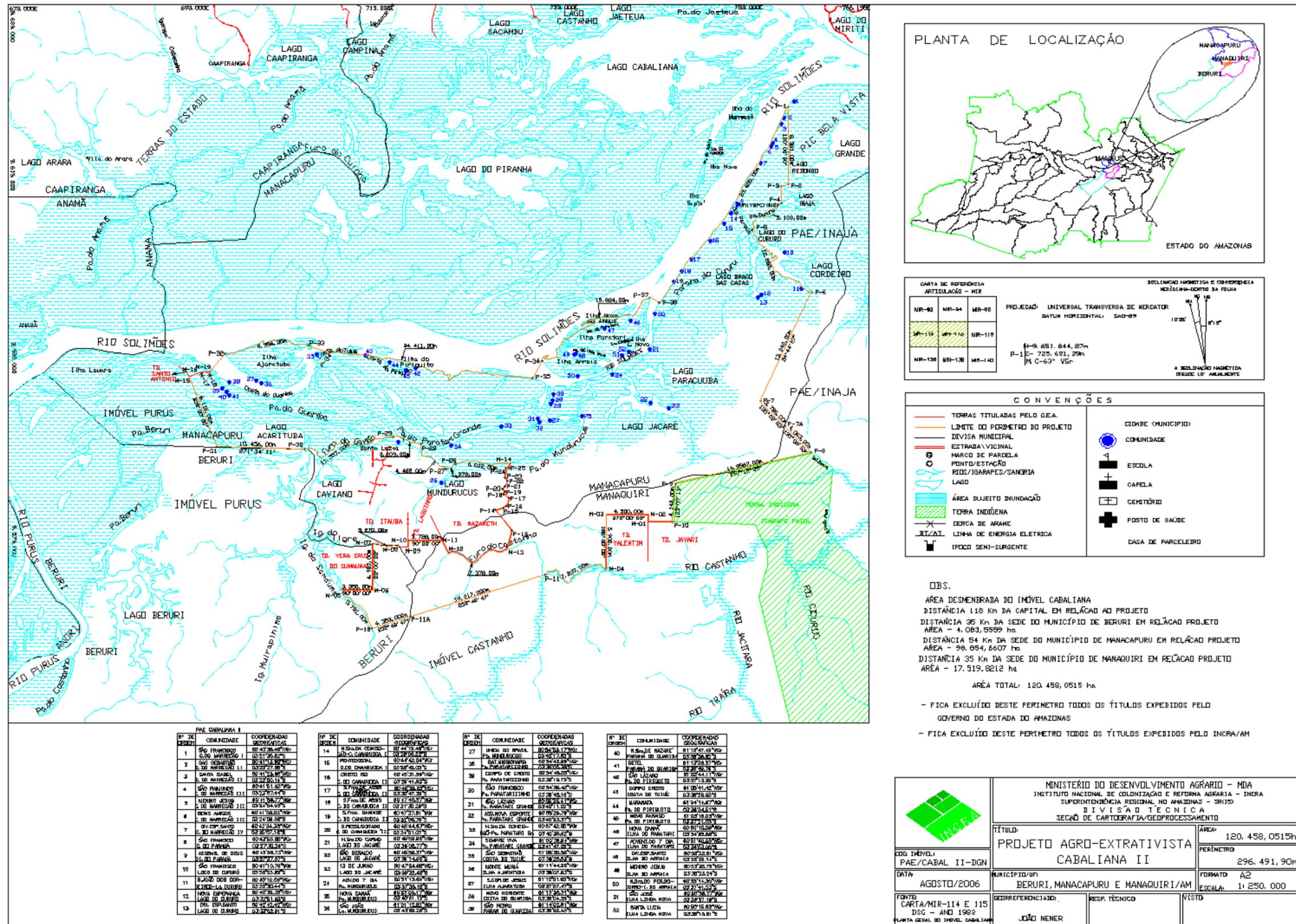


Figura 34: Planta de localização da PAE Cabaliana II.  
Fonte: INCRA (2018)



pleiteiam um assentamento agrícola.

A seleção das famílias é feita por sorteio, caso sejam contempladas a família recebe um valor estipulado, com o objetivo de garantir a sua instalação na gleba de terra cadastrada no CCU que recebem, a depender do orçamento e dos impedimentos ou restrições dos indivíduos a beneficiar, esse crédito não é implementado.

Esse fomento à instalação é destinado a beneficiários do PNRA nos projetos de assentamentos criados ou reconhecidos pelo INCRA, para que isso ocorra várias informações são cruzadas, principalmente as armazenadas no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) antiga Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) controladora do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

O cadastro no Pronaf é gratuito, e é outra informação necessária para se tornar um assentado do INCRA, para o Pronaf várias informações são requeridas, dentre elas um valor médio de sua produção anual, se a família está diretamente envolvida no processo produtivo, quantos módulos produtivos possuem, informações necessárias nessa garantia de direitos, inclusive os previdenciários.

Ao fim desse processo, as famílias já assentadas pelo INCRA e regulares recebem anualmente R\$5.200,00 (cinco mil e duzentos reais) a título de permanência, desse valor é devolvido 10% em impostos ao governo totalizando R\$520,00 (quinhentos e vinte reais). Atualmente, o INCRA concede novos créditos somente na modalidade fomento mulher, que também é da ordem de R\$5.200,00 só que ao contrário dos benefícios em vigor, se devolve 20% em imposto ao governo.

A aplicação do crédito instalação é realizado nos projetos de assentamentos em quantitativo de números de famílias e não por comunidades. O crédito instalação é regulamentado pelo decreto nº 9.464 de 26.06.2018, e concedido em 9 (nova) modalidades são elas: Reforma Habitacional, Habitacional, Cacau, Recuperação Ambiental, Florestal, Semiárido, Fomento Mulher, Fomento, Apoio Inicial.

O *fomento mulher* que no período da pesquisa de campo estava sendo implementado, é um auxílio que tem como objetivo incentivar projetos produtivos sob responsabilidade da mulher titular do lote.

A tabela 2 (dois) apresenta um demonstrativo de número de famílias assentadas no PAE CABALIANA II, valor de créditos de apoio pagos a beneficiários do programa no ano de 2018, quantidade de crédito e valores repassados na modalidade fomento mulher em vigor.

PROJETO	MUNICIPIO	Nº DE FAMILIA ASSENTADAS	Nº DE FAM APOIO	VALOR DO CREDITO APOIO INICIAL PAGOS	Nº DE CRÉDITO HABITAÇÃO	Nº CREDITO FOMENTO MULHER	VALOR CREDITO FOMENTO MULHER
PAE CABALIANA II	MANACAPURU	2.416	1.736	3.010.800,00	786	131	681.200,00
<b>TOTAL</b>		<b>2.416</b>	<b>1.736</b>	<b>3.010.800,00</b>	<b>786</b>	<b>131</b>	<b>681.200,00</b>

Tabela 2: Demonstrativo da aplicação de crédito no PAE Cabaliana II

Fonte: INCRA, 2018.

Org. Jonathas Neves, 2018.

### 3.3 Amazonas Energia (AmE)

A Amazonas Energia S/A, antiga Manaus Energia S/A, é uma empresa de distribuição de energia elétrica, até fevereiro de 2019 era subsidiária da Centrais Elétricas Brasileiras S/A (ELETROBRÁS), atualmente pertence ao Consórcio Oliveira Energia - Atem, a empresa continua atuando na distribuição de energia para todo o estado do Amazonas.

Na área de estudo, a AmE responde pelo Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica – “LUZ PARA TODOS”. O programa foi concebido como instrumento de desenvolvimento e inclusão social após o censo IBGE 2000 revelar números expressivos de indivíduos sem acesso à energia elétrica, esta por sua vez um bem público.

As famílias residentes do meio rural já cadastradas e atendidas pela CEAM, antiga Celetramazon<sup>56</sup>, tiveram prioridade na concessão de energia, segundo a Empresa do início da execução do Programa Luz para Todos até o

<sup>56</sup> A Centrais Elétricas do Amazonas (Celetramazon) foi uma empresa estadual, que gerava e distribuía a energia para o interior do Estado até ser vendida a Companhia Energética do Amazonas (CEAM), que nos anos 2000 voltou a ser estatal e passou a ser Manaus Energia S/A.

mês de julho/2018, foram atendidos 125.784 (cento e vinte e cinco mil, setecentos e oitenta e quatro domicílios), através da construção de 23.294 km (vinte e três mil, duzentos e noventa e quatro quilômetros) de rede elétrica de média e baixa tensão, beneficiando uma população de aproximadamente 690 mil pessoas em todo o Estado do Amazonas, onde nessa parcela está inclusa o Município de Manacapuru.

O projeto foi elaborado pela empresa Estaleiro Rio Amazonas (ERAM) e devidamente aprovado e supervisionado pela controladora a Eletrobrás Distribuição Amazonas, o estudo previu um orçamento de aproximadamente R\$400.000,00 (quatrocentos mil reais) para atender 100 (cem domicílios).

Na Comunidade Nossa Senhora do Carmo (Vila do Jacaré) foram atendidos no ano 2008, ano de execução do programa na área, cerca de 126 (cento e vinte e seis) domicílios pelo Programa Luz para Todos, com investimento na ordem de R\$ 86.112,61 (oitenta e seis mil, cento e doze reais e sessenta e um centavos) expandido nos anos seguintes a mais domicílios.

O critério para atendimento e beneficiamento de famílias com luz elétrica no Amazonas seguiu o mesmo proposto para a concessão nos demais programas que visam atender a população rural (Cadastro Único, receber benefícios governamentais, ser integrado ao sistema Pronaf, estar assentado do INCRA).

O fornecimento de energia à Vila do Jacaré pós-implantação é possível por meio do Sistema Interligado Nacional (SIN) que transmite de Manaus à Manacapuru por uma linha de transmissão de média tensão (MT), cerca de 69 kV (sessenta e nove quilovolts) e segue de Manacapuru até a Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro interligado por Cabo Subaquático que chega a suportar até 250°C (duzentos e cinquenta graus Celsius) externos, de lá segue por terra até a Vila do Jacaré e apresenta as seguintes características.

Comunidade	Município	Rio	Fonte	Carga	Extensão [m]	Cabo	Domicílios	kW instalado	I [A] Projeto
* Vila Nossa Senhora do Perpétuo Socorro	Manacapuru	Rio Solimões	S3 17.820 W60 37.771	S3 20.527 W60 38.014	3.325	3 # 50 mm <sup>2</sup>	1.211	848	2,82

Tabela 3: Características de transmissão elétrica à Vila do Jacaré.  
Fonte: AmE, 2018.

### 3.4 SAAE

O Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) criado na metade do século XX pelo Governo Federal através do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), que por meio de convênios entre o governo brasileiro que fornecia a borracha usada pelo governo estadunidense no período da Segunda Guerra, é uma empresa que desde a renúncia da SESP, em 1952, é a responsável pelo abastecimento de água na maioria dos municípios brasileiros.

No Amazonas, a gerência do abastecimento de água foi determinada pela Constituição Federal promulgada em 05/10/1988 (CF/88), que entrega aos municípios a responsabilidade de gerir, se responsabilizar e legislar sobre bens públicos dentre eles a água. A partir disso a responsabilidade integral passa a Companhia de Saneamento do Amazonas (COSAMA), criada pela Lei Municipal n.º 1053 de 24/04/1969, incapaz de gerir todos os 44 (quarenta e quatro) sistemas de abastecimento das cidades do interior do estado, firma parceria com a SESP para manter o SAAE.

Em Manacapuru gerência do sistema de abastecimento do município foi novamente entregue a COSAMA em 04/04/1975, vinte e dois anos mais tarde o sucateamento do serviço no município era demasiado por isso, o mesmo cria pela Lei Municipal n.º 29, 6/11/1997 o SAAE/Manacapuru. Mas, a COSAMA entrega todo o sistema a gerência do SAAE somente em 15/05/2000.

Na Vila do Jacaré o SAAE atua desde 2003 fornecendo água encanada aos moradores. No que tange a transparência e acesso à informação, não se obteve retorno dos pedidos. Quanto as obrigações, o SAAE também tem a incumbência de controlar a qualidade da água do poço comunitário, coordenar e gerenciar solicitações de instalação nas residências, oferecer meios para o acesso a água e fiscalizar possíveis irregularidades.



Figura 36: Poço Artesiano nº1 da Vila do Jacaré.

Fonte: Trabalho de Campo, 2018.

Foto: Jonathas Neves, 2018.

### 3.5 IBGE

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) tem por missão retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento da realidade nacional e ao exercício da cidadania. Portanto, procede da imprescindibilidade do bem público que é a informação. Dela partem todos estudos, normativas e ações que auxiliam o governo, as autarquias e até mesmo as Organizações não Governamentais (ONGs), na caracterização dos lugares, no combate da miséria, no levantamento de acesso a serviços e bens públicos contribuem para mitigar as disparidades regionais.

Não diferentemente disso, no ano de 2010 o IBGE realizou na Vila a primeira amostragem com várias informações sobre como são as residências, quantos moram ou residem, grau de escolaridade, média salarial e outros. A Vila não era setor censitário<sup>57</sup> antes do Censo de 2000, com a elevação a categoria Vila pela Lei Municipal homologada em 1988, somando outros critérios político-administrativos passa a setor censitário somente a partir de 2010, na subdivisão

---

<sup>57</sup> Segundo a Diretoria de Pesquisas / Coordenação de População e Indicadores Sociais (DPE/COPIS) do IBGE um setor censitário é uma unidade territorial de controle cadastral de coleta, formada por áreas contíguas, respeitando os limites político-administrativos no âmbito urbano e rural. Disponível em: <[https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/notas\\_metodologicas.html?loc=0](https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/notas_metodologicas.html?loc=0)> Acesso em: 18 de maio de 2019.

territorial que o IBGE define por distrito<sup>58</sup>.

Há uma janela muito grande de informação, por isso, a presente pesquisa no desejo de contribuir, aplicou questionários socioeconômicos e ambiental similar ao aplicado pelo IBGE no Censo 2010. Dele extraímos informações quali-quantitativas individuais e por família, que foram obtidas na pesquisa de campo realizada no ano de 2018, oito anos após o último censo.

Em primeiro, quanto a faixa etária dos entrevistados cumpre-se mostrar que a maioria dos entrevistados estão entre 46 (quarenta e seis) a 60 (sessenta) anos seguidos por indivíduos entre 31 (trinta e um) a 45 (quarenta e cinco) anos, conforme o gráfico 2 (dois).

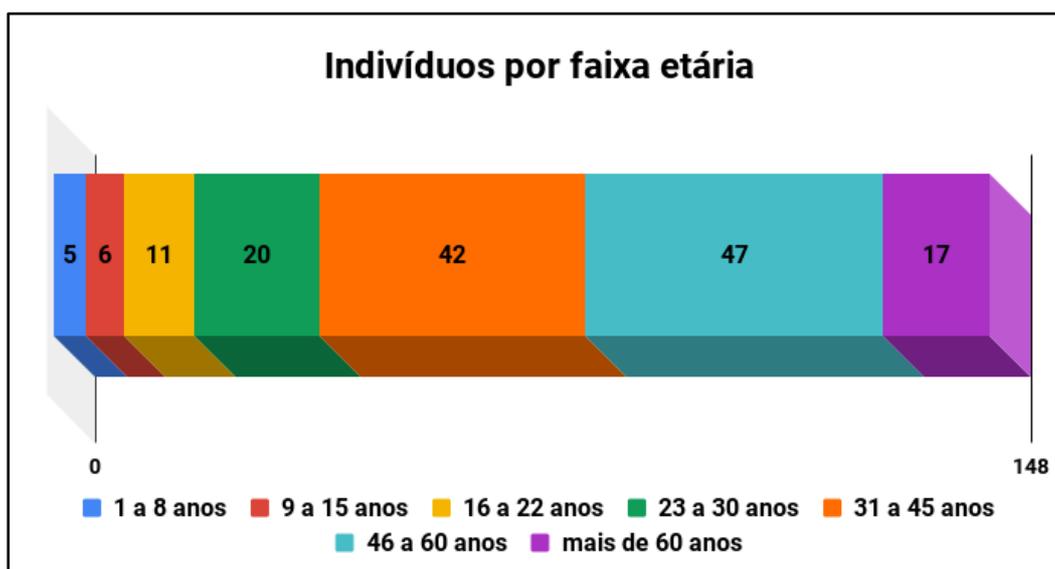


Gráfico 2: Faixa etária dos entrevistados.  
 Fonte: Trabalho de Campo, 2018.  
 Org.: Jonathas Neves, 2018.

Em segundo, no que tange as migrações, como já abordado, houve um alto grau de migrações para a vila, nesse sentido cumpre-se afirmar que esse êxodo rural deu-se pela oferta de bens públicos que o lugar Vila do Jacaré passou a dispor, o gráfico a seguir estabelece quantos e de onde vieram os migrantes entrevistados pelo presente trabalho.

<sup>58</sup> Distrito é uma unidade administrativa do município, sua criação depende de leis municipais que devem observar requisitos previstos em lei complementar estadual obedecendo também o que preconiza a legislação federal. Quando esses distritos não fazem parte da sede municipal, recebem a categoria de Vila

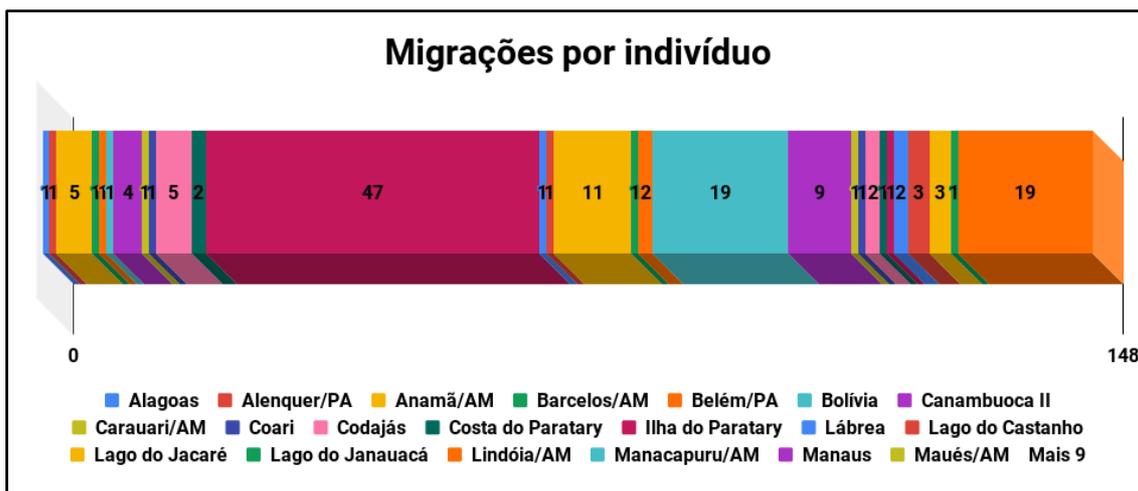


Gráfico 3: Número de migrações por indivíduo.

Fonte: Trabalho de Campo, 2018.

Org.: Jonathas Neves, 2018.

Quanto ao grau de escolaridade grande parte dos entrevistados afirmou não ter terminado o ensino fundamental II (que corresponde as séries do 6º ao 9º ano), perguntados sobre motivos sempre pronunciavam a falta de acesso a escola ou as obrigações familiares como garantir e participar do sustento da família pelo trabalho. A falta de escolas em sua origem também foi um dos motivos mais destacados para justificar a migração.

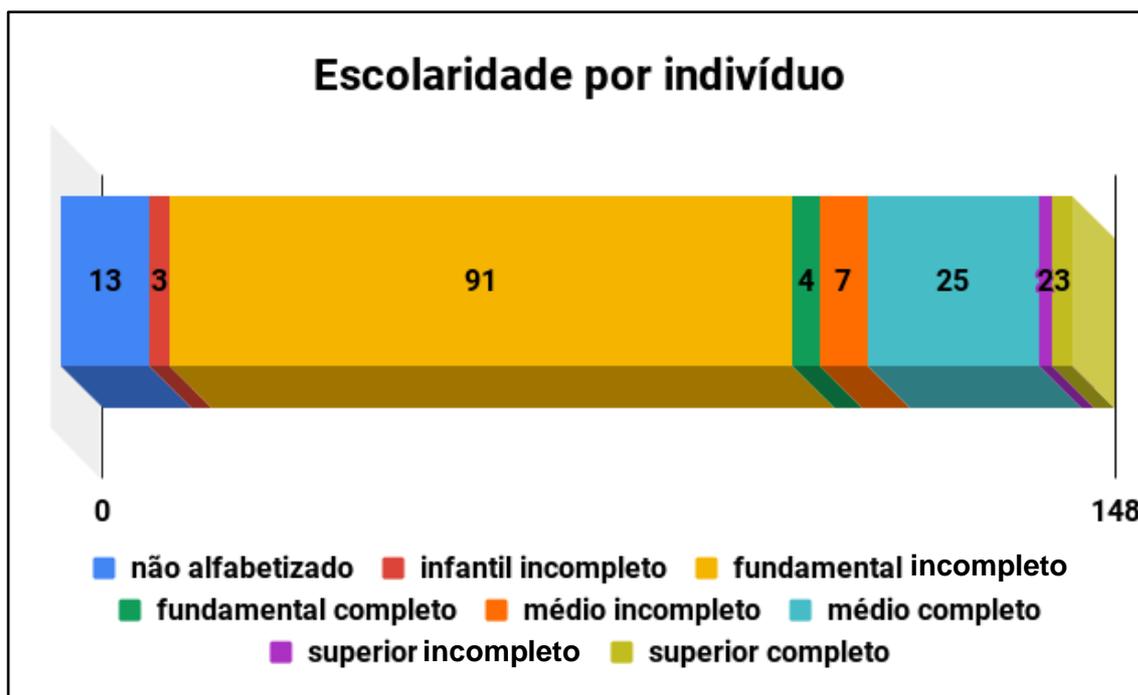


Gráfico 4: Grau de escolaridade por indivíduos.

Fonte: Trabalho de Campo, 2018.

Org.: Jonathas Neves, 2018.

Os registros civis de união também levantados por essa pesquisa mostram que grande parte dos entrevistados está em união estável com seus companheiros, a alta taxa desse tipo de união acontece talvez pela ausência de cartório na Vila do Jacaré, os indivíduos que desejarem se oficializar através do casamento precisam se deslocar a sede do município (Manacapuru) ou a Paratari, pois lá há um Cartório Distrital de Registro Civil da 4ªSub. da Comarca de Manacapuru. Muito embora, quando questionados tenham demonstrado desinteresse por esse registro.

O gráfico 5 (cinco) é fruto de levantamento individual, cada entrevistado conforme perguntado disse pertencer a uma das cinco alternativas apresentadas pelos questionários.



Gráfico 5: Estado civil por indivíduo.  
 Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.  
 Org.: Jonathas Neves, 2018.

O item renda proposto no formulário e objeto de levantamento foi o dado mais difícil de obter precisão não só porque os moradores em sua maioria são camponeses-ribeirinhos e o sendo possuem uma gama diversa de atividades que perfazem sua renda mensal, ou ainda porque falar de renda nos leva a afirmar que o valor percebido pelo trabalho é contínuo e certo em todos os meses do ano o que seria inverdade, já que o camponês só possui uma certeza: a do trabalho que é diário e este é um meio para garantia de sua sobrevivência.

O fomento recebido pelos camponeses na Vila do Jacaré, compõe parte

significativa da renda familiar, todos os benefícios juntos representam importantes meios providos pelo Estado, que fomentam o trabalho mais também a permanência dos beneficiários em ambiente rural. O gráfico 6 (seis), traz uma média que é resultante da soma do que se ganha pelo trabalho direto dos 148 (cento e quarenta e oito) entrevistados, somado a quantia percebida dos recursos assistencialistas.

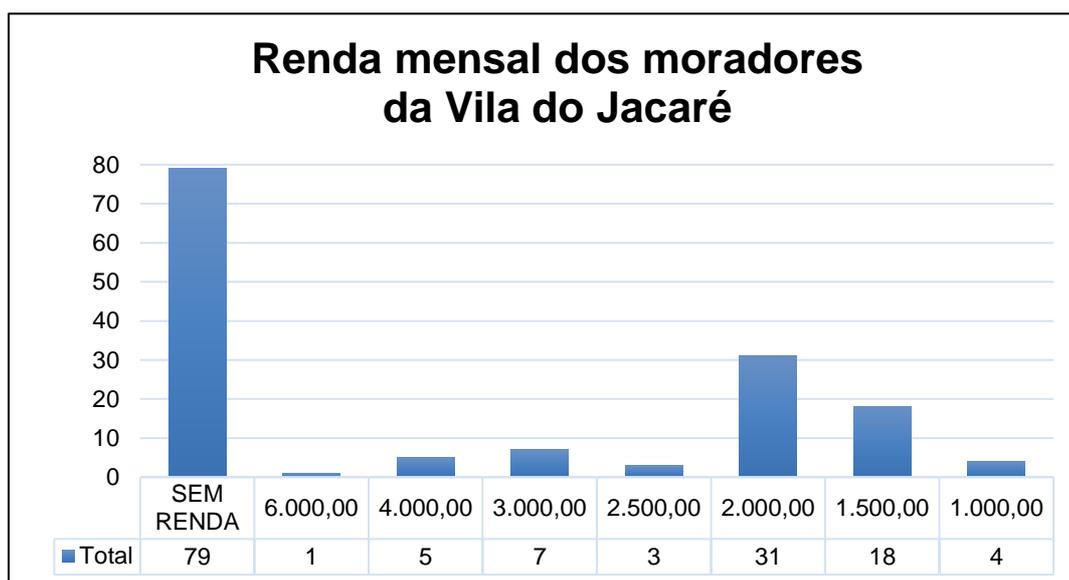


Gráfico 6: Renda mensal dos moradores da Vila do Jacaré.  
 Fonte: Trabalho de Campo, 2018.  
 Org.: Jonathas Neves, 2018.

Na pesquisa de campo 79 (setenta e nove) pessoas afirmaram não perceber renda, geralmente esses indivíduos são jovens estudantes, ou donas de casa que são mantidos com a renda de um provedor (esposo, pai, avós). A segunda maior taxa percebida é a de número de moradores que disseram receber por volta de R\$2.000,00 (dois mil reais), seguidos por 18 (dezoito) moradores que percebem R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais).

Em uma outra leitura, podemos aferir que a renda mensal das famílias da Vila do Jacaré uma vez que na maioria das casas visitadas é sempre um membro da família que mantêm a todos, gira em torno de R\$2000,00 (dois mil reais) conforme apurado em pesquisa de campo.

O gráfico 7 (sete) apresenta esse dado por família, logo os 5 indivíduos solteiros que percebem o salário médio de R\$ 2.000,00 foram excluídos do gráfico, restando outros 25 (vinte e cinco) que são chefes de família e percebem a mesma renda média por família.

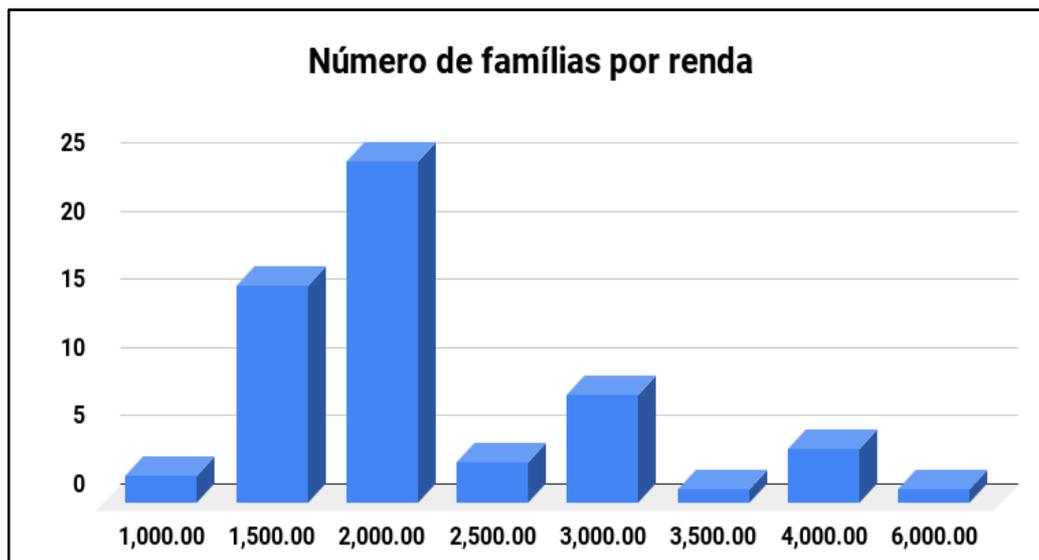


Gráfico 7: Número de renda por famílias entrevistadas.  
 Fonte: Trabalho de Campo, 2018.  
 Org.: Jonathas Neves, 2019.

Na zona rural é comum achar vários beneficiários de programas assistenciais, nas entrevistas uma vez que tal provento compõe a renda das famílias visitadas propomos levantar quantas os recebem e como resultado propomos o gráfico 8 (oito) que mostra a porcentagem dos entrevistados que afirmaram receber benefícios, constata-se que mais da metade dos entrevistados são contemplados.

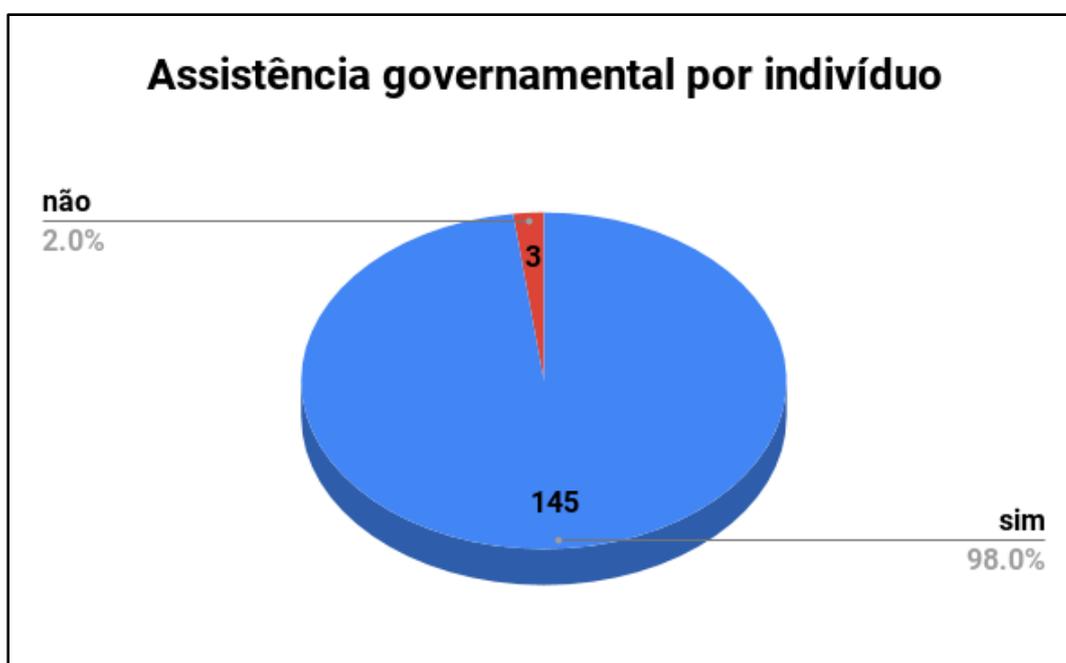


Gráfico 8: Indivíduos contemplados com fomentos governamentais.  
 Fonte: Trabalho de Campo, 2018.  
 Org.: Jonathas Neves, 2018.

Quanto a ocupação, a principal fonte de renda da maioria dos entrevistados está ligada a atividades voltadas a tarefas campesinas como: agricultura, extrativismo vegetal e a pesca. Muito dos entrevistados se detém a várias delas ou dominam todas, haja vista necessitem, pois como já elucidado a cultura de tubérculos comuns na área pesquisada acontece por período, uma vez que não se tenha essa atividade para todos os dias do ano, esses indivíduos migram a outra e assim sucessivamente, ou o que é mais comum: trabalham com a composição de renda onde se dedicam a várias atividades simultaneamente.

O gráfico 9 (nove) foi organizado de acordo com a definição própria de cada personagem que nas entrevistas afirmaram se deter a uma ou a múltiplas atividades. Portanto quantificaremos quais das seguintes atividades tidas nesta pesquisa como ocupações são realizadas por esses camponeses da Vila do Jacaré.

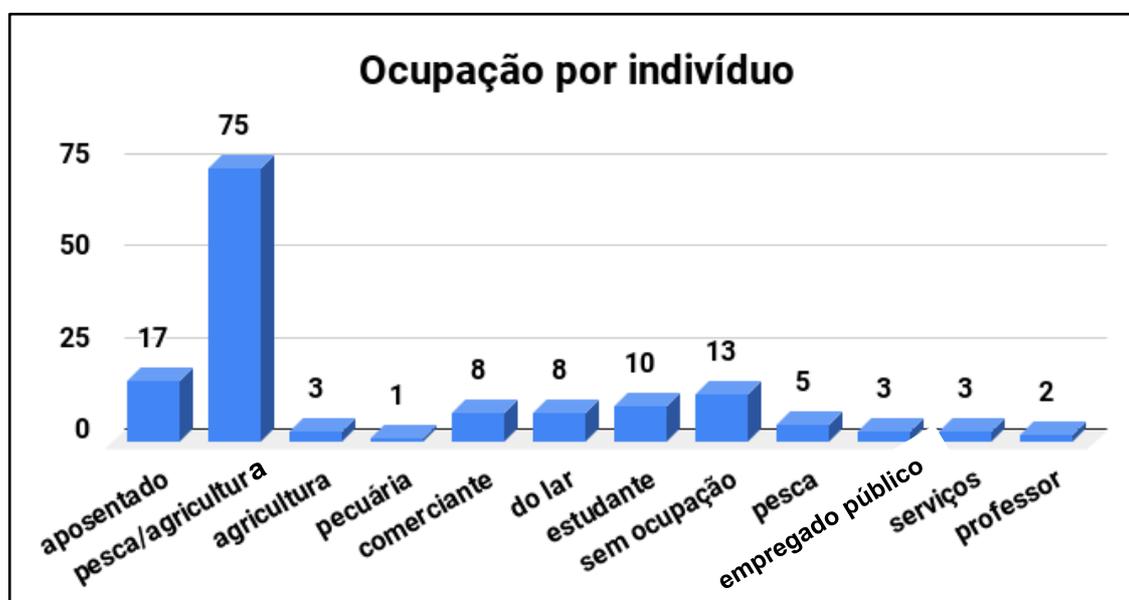


Gráfico 9: Amostra de ocupação por indivíduo entrevistado.  
 Fonte: Trabalho de Campo, 2018.  
 Org.: Jonathas Neves, 2018.

Algumas das alternativas contidas nos formulários aplicados, optamos por considerar um dado coletivo, um dado geral da família. O primeiro diz respeito a religião (gráfico 10), onde percebemos que na Vila do Jacaré a maioria das famílias disse ser protestante, seguido por não praticantes de nenhuma fé e em terceiro os católicos apostólicos romanos. Se considerássemos o dado

individual, protestantes ainda seriam maioria com 39,9%, mas, estariam seguidos por católicos apostólicos romanos e em minoria religião não declarada.

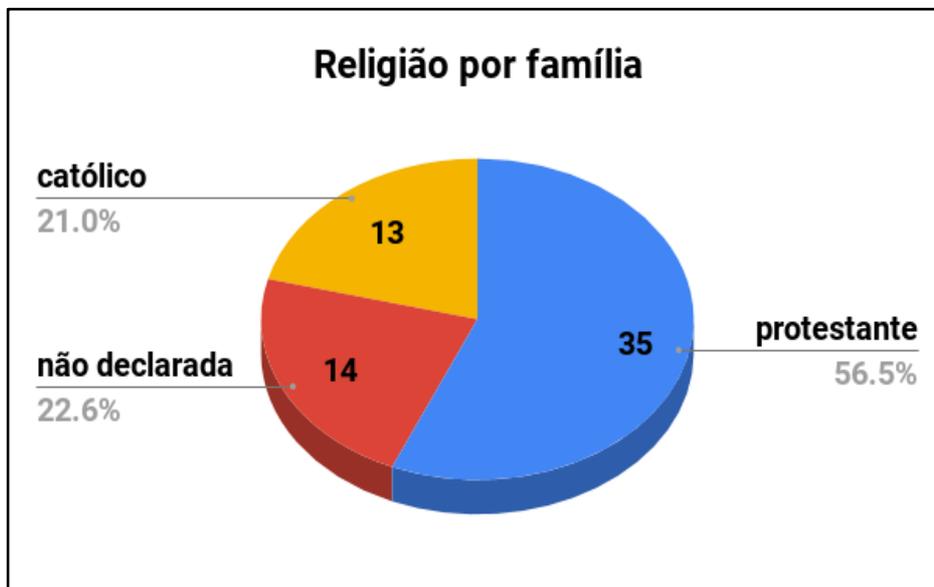


Gráfico 10: Religião por família.  
Fonte: Trabalho de campo, 2018.  
Org.: Jonathas Neves, 2018.

Uma outra questão foi apercebida no trabalho de campo e diz respeito ao saneamento básico, as famílias da Vila do Jacaré não têm coleta de lixo pública por isso realizam a queimada dos resíduos domésticos, enterram, descartam a céu aberto, jogam nos igarapés ou fundo de quintais o que consideramos a variável outros fins.

A maioria das famílias ainda que questionadas, afirmou desconhecer que a queimada de lixo constitui crime, conforme a Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/88), quando comunicadas por vezes indagavam “o que faremos então?”.

O gráfico 11 (onze) apresenta que mais de 90% do lixo produzido pelas famílias é queimado.



Gráfico 11: Descarte de resíduos sólidos por família.

Fonte: Trabalho de Campo, 2018.

Org.: Jonathas Neves, 2019.

Embora sem acesso a coleta de lixo grande parte dos entrevistados disse possuir água encanada, outras residências distantes da região central da vila, portanto, residentes nas áreas periféricas, assumiram possuir água encanada feita a partir de ligações próprias, ligações que também são feitas para acesso a luz elétrica em muitos dos casos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo o trabalho é desafiador, talvez por isso se chama trabalho pois, demanda tempo, recursos, renúncias, esforços e todos os caminhos que trilhamos para concluí-lo, no final acabam se tornando prazerosos, principalmente quando racionalizamos que todas as etapas que planejamos seguir tiveram êxito e nos fizeram crescer, ainda mais quando aprendemos sobre o outro e de certa forma participamos do cotidiano desses que tão despretensiosamente nos permitiram fazê-lo.

O objetivo nesta pesquisa entre outras palavras, foi saber como o Lugar Vila do Jacaré surgiu, também nos propusemos compreender o modo de vida, quem são os moradores, de onde vieram, como vivem e o processo de crescimento do lugar Vila do Jacaré que é muito ligado ao abandono as áreas mais remotas e a vinda à Vila, e de certa forma foi uma pretensão nossa crer que traríamos respostas prontas e finalistas. As bases teóricas as quais deram suporte para este trabalho nos ajudaram a confirmar que o camponês-ribeirinho ou o camponês amazônico, é um indivíduo que está inserido no circuito de mercado. Portanto, deve ser compreendido na lógica interna com a sua relação externa.

Para atingir essa compreensão nos preocupamos em entender o primeiramente o arcabouço histórico Amazônico que é inerente a formação do lugar Vila do Jacaré e conseqüentemente nos remete a perceber quais fatores sejam eles internos ou externos influenciaram no processo de crescimento da Vila, no processo de organização produtiva e por fim nas transformações que ocorreram ao longo dos anos tanto no modo de vida dos moradores, quanto em sua estruturação urbana e social.

Confirmamos que as missões religiosas na Amazônia conforme afirma Oliveira (2006), foram sim fundamentais para que as primeiras atividades que direcionassem ao crescimento populacional e influenciassem a organização socioespacial do território amazônico se estabelecessem. Nesse aspecto, o trabalho da Igreja com a colonização e o aproveitamento da mão de obra indígena na região foi o principal propulsor de ocupação às margens dos grandes rios amazônicos, seguido pela exploração das drogas do sertão que no séc. XVI

e XVII fizeram parte da demanda proveniente tanto do mercado interno como do mercado externo.

No século XVIII, no período pombalino (1750-1777) foi instaurado a política josefina que promoveu a expansão e ocupação acelerada da região, tendo em vista as novas resoluções demarcatórias firmadas pela coroa portuguesa com a Espanha pelo Tratado de Madrid (1750).

Desde então, Portugal preocupou-se com a ocupação na foz do Rio Amazonas/Solimões pois, era a única passagem possível para o interior da Amazônia, além disso a exploração da mão de obra indígena estava terminantemente proibida. Nesse período a exploração do cacau era muito forte. Até ser sucedido no séc. XIX pelo “boom da borracha” que durou até o século XX.

Contudo, foram as políticas desenvolvimentistas implementadas na metade do século XX que trouxeram grandes transformações socioespaciais aos povoados sobre a Amazônia, que impulsionados pela atuação capitalista tiveram a própria formação campesina transformada.

Na virada do século XX, o surgimento das políticas para o meio ambiente no Brasil se tornara ainda mais fortes e culminaram por impulsionar as redefinições territoriais no país. Na Amazônia por quaisquer motivos que existam, a criação das Reservas Ambientais; a formação das associações de moradores, as pesqueiras e também as agroextrativistas; a instalação de povoados; e os Projetos de Assentamentos do INCRA são exemplos dessas mudanças territoriais.

Nesse contexto, se insere a área de pesquisa, a Comunidade Nossa Sra. do Carmo (Vila do Jacaré), faz parte de um PAE, criado em 2006. A criação dos assentamentos tem proporcionado transformações positivas no que nos remete a qualidade de vida na área rural e trazer maior visibilidade a essas comunidades que inclusive podem ser assistidas por ONG's internacionais.

A Vila do Jacaré teve sua formação diretamente relacionada à apropriação da natureza que posta sob a vontade humana (individual) transformou-se. No contexto focal da pesquisa, os moradores se reuniram em comunidade e viram em um festejo a possibilidade de crescer, se desenvolver e viverem em comunidade (em tranquilidade longe do contexto caótico urbano). Várias foram as transformações, sobretudo nas atividades produtivas, que a

princípio teve como base o cultivo de feijão, milho e outros produtos da floresta, que foram abandonados por não trazer lucro como bem disse vários de nossos entrevistados. A consolidação do território da então Comunidade N. Sra. do Carmo foi marcado pela dificuldade, pela exploração econômica e a falta de opções para gerar renda e pelo isolamento urbano.

A agricultura desde a criação da Vila sempre fez parte da principal fonte de renda das famílias seguido pela pesca que com o aumento de circulação e transporte de mercadorias tendeu a crescer. A organização produtiva da Vila desde a sua fundação sempre foi majoritariamente agrícola e se intensificou com o aumento mercantil entre o porto de Manacapuru e as comunidades produtivas por volta dos anos 2000, atualmente a organização produtiva é voltada à colheita de açaí, seguido pela cultura de tubérculos e a pesca, por conseguinte. A produção agrícola acontece tanto em ambiente de várzea quanto na terra firme.

A várzea, área que passou a ser utilizada pela agricultura para fins comerciais, na metade do séc. XX para o cultivo de malva/juta, atualmente também serve a plantação de tubérculos. Enquanto na terra firme se concentra mais a corrida pela extração do açaí, embora inegavelmente também exista a presença de roçados e algumas áreas dedicadas a fruticultura do mamão, da banana e do cupuaçu.

O camponês, o indivíduo que vive e desenvolve seu trabalho com a terra para o sustento da família é o personagem que mora na Vila do Jacaré, as possibilidades de trabalho que ele possa realizar embora muitas, não garantem que as necessidades sejam totalmente assistidas. Pois ele está sujeito a ao calendário hidrológico dos rios amazônicos enchente/cheia e vazante/seca, se necessário o chefe da família ou outro membro da família, viaja a outro lugar para se sujeitar a um outro trabalho que lhe traga renda e conseqüentemente permita-lhe manter a família.

No trabalho desses camponeses percebemos que o único apoio à produção que eles percebem é um auxílio financeiro governamental que não dura o ano todo, e inclusive não é fiscalizado porque segundo informações extraoficiais do INCRA, não há recursos.

Na maioria das vezes falta o auxílio técnico, já que não há nenhuma instrução à segurança, há um baixíssimo uso de equipamentos de proteção individual (EPIs), falta também a assistência médica adequada ao trabalhador

que realiza esse trabalho braçal, muitas vezes carregando pesos maiores que o seu próprio, além é claro da exposição a que se submete pelo uso indiscriminado de agroquímicos.

A ausência de suporte dificulta esse camponês a saber lidar com os variados problemas que surjam com sua plantação, e por muitas vezes faltar as contramedidas possíveis, mas desconhecidas, perdem o que plantam, desistem do cultivo de um produto específico e migram a outro ou se dedicam a uma nova atividade. A técnica utilizada no campo nesse sentido, é mais uma questão de aprendizado experienciado ou compartilhado entre eles, do que uma questão técnica ou profissional.

Na colheita percebemos que muitas vezes há uma exploração da mão-de-obra que acontece por meio de pagamento de diárias aos trabalhadores. E é nessa exploração que o camponês consegue perfazer também uma segunda fonte de renda. A natureza é o lugar onde esse personagem imprime vontade, é o lugar onde se concentra seu trabalho, sua dinâmica com ela determina o modus. No regime hidrológico dos rios, por exemplo, no deslocamento ao lago do Jacaré, precisam realizar um caminho mais extenso e na volta afim de armazenar ou vender a produção do dia, precisam ir mais longe pois os flutuantes na seca deixam a frente da vila, já que nesse período o solo antes submerso aparece.

A organização da Vila do Jacaré, do lago do Jacaré tem relação direta com sua forma de produção, observado inclusive nas manifestações culturais que in loco acontecem por meio das festas e dos desfiles cívicos. Confirmamos que os ideais divididos entre Cruz (2007) e Witkoski (2010) tem profunda relação na área de pesquisa, o camponês que vive na Amazônia tem nos três elementos “terra, água e floresta” seu principal meio de vivência e esses elementos são essenciais a esse personagem.

A terra que é o meio para um fim: a sobrevivência, meio de trabalho; a água que é essencial à vida, não meramente pelo caráter biológico humano mas, que nesse contexto campesino revela tanto o modo de vida como evidencia dentre outros, o caráter de locomoção dos moradores de áreas rurais, do escoamento de mercadorias que segundo a Agência Nacional de Transportes

Aquaviários (ANTAQ)<sup>59</sup>, a média anual de movimentação de cargas desde o início da década tem sido de cerca de 50 milhões de toneladas por ano, o chamado transporte fluvial; e o terceiro elemento a floresta entendida aqui como a natureza que passiva, torna-se o lugar.

A relação com o lugar é algo bem marcante na identidade dos camponeses e moradores da Vila e do Lago do Jacaré, os antigos moradores não possuem desejo pela cidade, os mais novos exprimiram satisfação em morar na zona rural, até mesmo os migrantes revelam desejo de permanência. Dentre os aspectos positivos os entrevistados mencionavam a proximidade com a natureza, o distanciamento dos grandes problemas urbanos, quanto aos pontos negativos destacaram a violência, o roubo, a falta de estrutura e corpo técnico na UBS da Vila do Jacaré, o atendimento a situações de emergência e a precariedade de alguns serviços nas escolas, e o saneamento básico.

Por fim, cumpre-nos enaltecer a importância do estudo sobre as comunidades rurais, sobre as cidades na Amazônia, pois mesmo que possuam características semelhantes, possuem histórias, modo de vida e dinâmica social diferentes e necessitam ser conhecidas estudadas não para atribuir generalização a Amazônia mas, para obter o entendimento necessário a fim de que as medidas públicas locais e estaduais e as acadêmicas possam ser assertivas e atender a demanda real dessas populações rurais.

Nesse interim, chegamos à conclusão de que nosso trabalho não é finalista, pois muitas são as perguntas que ainda temos sem explicação, como por exemplo: A implementação do PAE Cabaliana II cumpre mais um plano governamental de regularização fundiária, uma vez que os povos já estavam no lugar, vivendo, morando e trabalhando nele, mesmo antes do assentamento, qual a necessidade de implantação do projeto? Além é claro de beneficiar financeiramente a população camponesa e moradora da área regularizada; Em segundo, uma vez que não há fiscalização, porque dispensar recurso do contribuinte com a manutenção de benefícios se os contemplados infringem os critérios de implementação?

Somos levados a concluir o inevitável, o lugar, o espaço, a paisagem, o

---

<sup>59</sup> Informação oficial extraída do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (DNIT) Elaborada por: MOREIRA, André Cavalcante. **Hidrovia do Amazonas**. 2018. Disponível em: <<http://www.dnit.gov.br/modais-2/aquaviario/hidrovia-do-amazonas>>. Acesso em: 27 nov. 2019.

território, todos são moldados pelo trabalho humano através da grandeza física: o tempo. Ainda na graduação aprendemos que a ciência geográfica tem no espaço sua principal ferramenta de estudo, hoje essa identidade geográfica nos torna ainda mais cientes da causa, nos confirma que o espaço muda constantemente e nos traz uma única certeza, a de que para entender os processos, as mudanças, as constituições novas e as velhas presentes nesse espaço enquanto categoria de análise, se faz necessário buscar o novo por meio desse exercício humano infindável, o pensar.

## REFERÊNCIAS

ALLEGRETTI, Mary. A construção social de políticas públicas. Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 18, p. 39-59, jul./dez. 2008.

AMAZONAS. FERNANDO GUIMARÃES. (Org.). **Agroindústrias no Amazonas**. Manaus: ADS- Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas, 2013. 17 p. Disponível em: <<https://bit.ly/2MGLjPR>>. Acesso em: 13 abr. 2018.

ASSESSORIA DE IMPRENSA DA COCA-COLA BRASIL (Ed.). **Ação da Coca-Cola Brasil com extratores de açaí é premiada durante a COP-21**. 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/2wnmllK>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

ARCHETTI, Eduardo P. Contextualização histórica do debate sobre a questão agrária na Revolução Russa. In: CARVALHO, Horácio Martins de (organizador). **Chayanov e o Campesinato**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014, pp.15-32.

BRASIL. Ministério das Minas e Energia. Departamento Nacional de Produção Mineral (1973-1987). **Projeto Radambrasil**. Levantamento de recursos naturais. 34 vols. Rio de Janeiro.

BRASIL. Ministério das Minas e Energia. **Folha SA. 20 Manaus**: geologia, geomorfologia, pedologia, vegetação, uso potencial da terra / Projeto RADAMBRASIL.. Rio de Janeiro: O Projeto, 1978. 623 f. (Coleção Ibgeana; Levantamento de recursos naturais). GE00012705-8. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=281389>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

CÂNDIDO. A. **Os parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1975.

CASTRO, Albejamere Pereira de. **Agrodiversidade e cadeia produtiva do cará (Dioscorea spp.) na agricultura familiar**: um estudo etnográfico no município de Caapiranga-AM. 2011. 220 f. Tese (Doutorado em Agronomia Tropical) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2011.

CHAYANOV, Aleksandr V. **La organización de unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 4ªed. 2003.

CORRÊA, Roberto Lobato. As Pequenas Cidades na confluência do urbano e do rural. **GEOUSP: Espaço e Tempo**, São Paulo, Nº 30, pp. 05 - 12, 2011.

CRUZ, Manuel de Jesus Masulo da. **Caboclos-Ribeirinhos da Amazônia**: Um Estudo da Organização da Produção Camponesa no Município do Careiro da

Várzea - AM. 1999. 187 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras, e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo: São Paulo, 1999.

CRUZ, Manuel de Jesus Masulo da. **Territorialização camponesa na várzea da Amazônia**. 2007 (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras, e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo: São Paulo, 2007. Doi:10.11606/T.8.2007. tde- 03122007-112229. Acesso em: 24 jul. de 2017.

EMBRAPA. Centro Nacional de Pesquisa e Solos. **Sistema Brasileiro de Classificação de Solos**. Brasília: EMBRAPA, 1999. 412p.

EMBRAPA. Centro Nacional de Pesquisa de Solos (Rio de Janeiro, RJ). **Sistema Brasileiro de Solos**. 2ªed. Rio de Janeiro: EMBRAPA-SPI, 2006. 3306p.: il.

FALCKE, Denise; WAGNER, Adriana. A dinâmica familiar e o fenômeno da transgeracionalidade: definição e conceitos. In: WAGNER, A. (Org.). **Como se perpetua a família?** A transmissão dos modelos familiares (pp. 25-46). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

FIRTH, Raymond. Capital, Saving and Credit in Peasant Societies: A Viewpoint from Economic Anthropology. In FIRTH, Raymond; YAMEY, B. S., (Eds.). **Capital, Saving and Credit in Peasant Societies**. Chicago: Aldine.1964.

FRAXE, T. J.P, et al. Natureza e Mundo Vivido: o Espaço e Lugar na Percepção da Família- Cabocla-ribeirinha. In: SCHERER, E. F.; OLIVEIRA, J. A. **Amazônia: Políticas Públicas e Diversidade Cultural**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

FRAXE, T. J. P.; PEREIRA, H. S.; WITKOSKI, A. C. (Orgs.) . **Comunidades ribeirinhas amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais**. 1. ed. Manaus: EDUA, 2007. v. 1. 224p.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; WITKOSKI, Antônio Carlos; SCHERER Elenise; SOUZA, Davyd Spencer Ribeiro de; MIGUEZ, Sâmia Feitosa. O Rio (não) comanda a vida: Políticas de Inclusão social nas Comunidades da Área de abrangência do PIATAM. In: FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto et al (Org.). **Comunidades ribeirinhas amazônicas: Memória, ethos e identidade**. Manaus: Reggo Edições, 2011. Cap. 3. p. 133-156.

GARCEZ, Danielle Sequeira; FABRÉ, Nidia Noemi; SÁNCHEZ-BOTERO, Jorge Iván. Fatores que influenciam no comportamento territorial de ribeirinhos sobre ambientes de pesca em áreas de várzea do baixo Solimões, Amazônia Central, Brasil Belém: **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, vol. 5, núm. 3, novembro-diciembre, 2010, pp. 587-607. Disponível em: <<https://bit.ly/2lCQpk9>> ISSN 1981-8122. Acesso em: 10 jun. de 2018.

GOMES, Paulo César da Costa. O conceito de região e sua discussão. CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo César da Costa, CORRÊA, Roberto

Lobato (org) **Geografia: conceitos e temas**. 11<sup>a</sup>. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

GONÇALVES, A. Em busca do diálogo do controle social sobre o estilo de vida. In: VILARTA, R. (ed.). *Qualidade de vida e políticas públicas: saúde, lazer e atividade física*. Campinas: IPES Editorial, 2004, p. 17-27.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GUERRA, Antônio Teixeira; GUERRA, Antônio José Teixeira. **Novo dicionário geológico-geomorfológico**. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

GUERRA, Isabel. Modos de vida: Novos percursos e novos conceitos. In: **Sociologia: Problemas e Práticas**. Lisboa: CIES-ISCTE/CELTA Editora Mundos Sociais, nº13, pp.59-74, mar.,1993. Disponível em: <<https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/932>> . Acessado em: 23. jul. de 2018.

GUERRA, Raissa M. N. **É possível atingir a sustentabilidade nos assentamentos de reforma agrária na Amazônia Legal? O caso do PDS São Salvador no estado do Acre**. Dissertação (mestrado). Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

HARVEY, D. **Los Límites del Capitalismo y la Teoría Marxista**. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

HAESBAERT, Rogério. Dilemas de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.) **Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1<sup>a</sup> ed. São Paulo; Expressão Popular, 2009. p. 95-120.

HENRÍQUEZ, Maria. A dinâmica demográfica de uma área de fronteira: Rondônia, **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 3-4, p. 317-56, 1985.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2010. **Características da população e dos domicílios: resultados do universo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <https://bit.ly/3kEYW1N>. Acesso em: mar. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Malha municipal digital do Brasil: situação em 2000 e 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <<https://bit.ly/2HiDAsX>> Acesso em: fev. 2019.

LEAL, Carlos Rodrigues. Conselhos para a vida inteira. In: NOBRE, Leticia Nicoluci; SANTOS, Nathany Regina dos.; DOMINGUES, Adriana Rodrigues (organizadores). **Histórias que o rio conta: Narrativas e memórias de populações ribeirinhas**. São Paulo: Amazon Viva (Universidade Presbiteriana Mackenzie), 2014. pp.57-62.

LE BERRE, M. Territoires. Encyclopédie de Géographie. Paris: Economica, 1995. p. 601-622.

LEFFERTS, H. L. Frontier Demography: An Introduction. In: MILLER, D. H.; STEFFEN, J. O. (Eds.). **The frontier, comparative studies**. Norman: University of Oklahoma Press, 1977. p. 33-55.

LIMA, Marcos Castro; FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; WITKOSKI, Antônio Carlos; BENIZ, Gabriel Adriano Akel. As Comunidades Amazônicas sob a perspectiva do conhecimento local: O olhar do cotidiano. In: FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto et al (Org.). **Comunidades ribeirinhas amazônicas: Memória, ethos e identidade**. Manaus: Reggo Edições, 2011. Cap. 3. p. 133-156.

MAIA, Maria Adelaide Mansini. **Geodiversidade do estado do Amazonas / Organização Maria Adelaide Mansini Maia [e] José Luiz Marmos. — Manaus : CPRM, 2010.**

MARTINOT, Jan Feldmann. **Manejo Agro-Extrativista do Açaí-da-Mata na Amazônia Central**. 2013. 120 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia PPG/CASA, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013. Disponível em: <<https://bit.ly/2PimhYG>>. Acesso em: 17 jun. 2018.

MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981. 185p

Marx, **Formações econômicas pré-capitalistas**. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

MARX, Karl. **O capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução e notas: Jesus Ranieri. São Paulo: Boi Tempo, 2004.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. 3.ed. Tradução de Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MARX, Karl. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

MAURO, C. A.; NUNES, B. T. A.; FRANCO, M. S. M. **Geomorfologia da folha SB.20 (Purus)**. In: DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO MINERAL. Projeto RADAMBRASIL: levantamento dos recursos naturais. Rio de Janeiro: DNPM, 1978. p. 129-216.

MOURA, Margarida Maria. Camponeses. **Série Princípios**. São Paulo: Ática, 1986.

NASCIMENTO. Dilson Gomes. **Entre a terra e a água: modo de vida camponês no médio Rio Amazonas, Parintins-AM**. 2016. 187 f. Dissertação (Mestrado em

Geografia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

NOGUEIRA, Amélia Regina Batista. Mapa Mental: Recurso didático para o estudo do lugar. In: PONTUSCHKA, Nídia NAcib; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino (Orgs.). **Geografia em Perspectiva**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2006, p.125-131.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. "A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro". In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Novos caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2002.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007, 184p.

OLIVEIRA, José Aldemir de. **Cidades na Selva**. Manaus: Valer, 2000.

OLIVEIRA, José Aldemir de. Tempo e espaço urbano na Amazônia no período da borracha. **Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2006, vol. X, núm. 218 (35). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-35.htm>> [ISSN: 1138-9788]

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL. **Nº 7: O direito consuetudinário e os conhecimentos tradicionais**. Suíça, 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/2wbyAjZ>> Acesso em: 24 abr. 2018.

PAULILO, Maria Ignez. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. Revista **Estudos Feministas**, UFSC, v. 12, n. 1, p. 229-252, 2004.

PAULINO, Eliane Tomiasi. A monopolização do território pelo capital. In:\_\_\_\_\_. **Por uma geografia dos camponeses**. São Paulo: UNESP, 2006, pp.103-144.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A ecologia política na América Latina: Reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios, **INTERthesis**, Florianópolis, v.9, n.1, p.16-50, jan./jul. 2012.

RAFFESTIN, Claude.. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

REIS, Nelson Joaquim; ALMEIDA, Marcelo Esteves; RIKER, Silvio Lopes; FERREIRA, Amaro Luiz. **Geologia e recursos minerais do Estado do Amazonas**. Manaus: CPRM – Serviço Geológico do Brasil, 2006. 125p.

ROCHA, Deusdedith Alves Júnior. O território do cotidiano In: **PADÊ: estudos em filosofia, raça, gênero e direitos humanos**. Brasília: UniCEUB, FACJS, Vol.1, n.1, 2006. ISSN 1980-8887 Disponível em: <<https://bit.ly/2nQCZWe>>. Acessado em: 10. ago. de 2018.

SACK, R. D. **Human territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press. 1986.

SANTOS, José Vicente Tavares. **Colonos do vinho**. São Paulo: Editora Hucitec, 1984.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1982.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo, Nobel, 1985.

SANTOS, M. **Território, Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2002.

SAQUET, M.A. Campo-Território: considerações teórico-metodológicas In: **CAMPO-TERRITÓRIO**: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia: EDUFU, v. 1, n. 1, p. 60-81, fev. 2006.

SCHMIDT, Alfred. **El concepto de naturaleza en Marx**. Madrid: Siglo Veintiuno, 1986.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 8, n. 7, p.1-21, julho/dez. 2005. Semestral. Disponível em: <<https://bit.ly/2LeXi5c>>. Acesso em: 21 jun. 2018.

SERRÃO, Arenilton Monteiro. **Colônias agrícolas e campesinato**: raízes de uma nova territorialidade no médio Rio Amazonas, município de Urucará - AM. 2018. 185 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018.

SILVA, Silvio Simione da. A realidade camponesa da produção familiar amazônico-acriana: formação social e expressão territorial. **Revista Contemporânea**: Dossiê Processos de Territorialização e Identidades Sociais, São Carlos, v. 3, n. 1, p.19-43, 30 nov. 2013. Semestral. Disponível em: <<https://bit.ly/2TO1Qsx>>. Acesso em: 21 nov. 2018.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual**: Natureza, capital e a produção do espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1984(1988).250p.

TAUSSIG, Michael T. **The Devil and commodity fetishism in South America**. Chapel Hill, The University of North Carolina Press, 1980.

THÉRY, Hervé; MELLO, Nelli Aparecida. **Atlas do Brasil**: disparidades e dinâmicas do território. São Paulo: EDUSP, 2005.

TOCANTINS, L. **O rio comanda a vida**. Rio de Janeiro: Record. 1968.

VERRI, Pietro. Meditazioni sulla economia política, v. XV, p. 21, 22. 1771. In: MARX, Karl. **O capital**. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, Livro 1, 1998.

WITKOSKI, A.C. **Terras, florestas e águas de trabalho**: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais. 2ª edição. São Paulo: Annablume, 2010.

WOLF, Eric. **Peasants**. Englewoods Cliffs, N.J.: Prentice-Hall, 1966.

WOORTMANN, K. **Com parente não se neguceia**: o campesinato como ordem moral. Anuário antropológico/87. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1990.

## APÊNDICE

**APÊNCIDE**  
Formulário aplicado



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS**  
**Departamento de Geografia**  
**Mestrado em Geografia**

**FORMULÁRIO SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL**

**1. IDENTIFICAÇÃO**

- 1.1- Idade: Sexo:  M  F  
Estado Civil:  casado  solteiro  viúvo  amigado  separado  
Posição familiar: idade: \_\_\_\_\_  
1.2 Local de Nascimento: Na própria vila  -Sede do Município  - Zona Rural do Município  - Outro Município  Qual: \_\_\_\_\_ - Outro Estado  Qual: \_\_\_\_\_  
1.3 Tempo de Moradia: 01 ano  - 02 a 04  - 05 a 07  - 08 a 10  - 10 a 15  - 15 a 20  - Mais de 20

**2. COMPOSIÇÃO DA FAMÍLIA**

- 2.1-  unifamiliar- Quantas pessoas: \_\_\_\_\_  multifamiliar- Quantas famílias \_\_\_\_\_  
Quantas pessoas: \_\_\_\_\_

**3. INFORMAÇÕES GERAIS**

- 3.1 Tipos de transporte utilizados pelos moradores na Vila: Moto  - Carro  - Bicicleta  - Outros   
Quais: \_\_\_\_\_  
3.1.2 Tipo de transportes utilizados pelos moradores para ir a outras localidades: Barco  - Canoa  - Outros   
Quais: \_\_\_\_\_

**4. OCUPAÇÃO/RENDA**

- De onde provém a renda familiar:  
Agricultura  - Pesca  - Pecuária  - Artesanato  - Extrativismo  - Funcionário Público  - Outros  Qual : \_\_\_\_\_  
- No caso de atividade agrícola, quais os principais produtos:  
Mandioca  - Macaxeira  - Frutos  Hortaliças  - Farinha  - Plantas medicinais  - Juta e/ou Malva  - Outros  Qual: \_\_\_\_\_

- No caso da Pecuária Quais as principais atividades: Bovinocultura  - Avicultura  - Bubalinocultura  - Suinocultura  - Piscicultura  - Outros   
- No caso da pesca, quais os tipos de utensílios utilizados  
Malhadeira  - Anzol  - Caniço  - Outros  Quais: \_\_\_\_\_

**3.3. Comercialização dos Produtos**

- 3.3.1 Locais de Comercialização : Na própria vila  - Cidade de Manacapuru  - Manaus

Outros municípios

- 3.3.2 Forma de Comercialização:  Atravessador  - Comerciante  - Direto ao

consumidor

### 5. RENDA FAMILIAR:

<input type="checkbox"/> Não tem renda nenhuma	<input type="checkbox"/> Até 1 salário mínimo
<input type="checkbox"/> Até 2 salários mínimos	<input type="checkbox"/> Até 3 salários mínimos
<input type="checkbox"/> Até 4 salários mínimos	<input type="checkbox"/> 5 salários mínimos ou mais

5.1 Carteira assinada:  sim, quantos: \_\_\_\_\_  não, quantos \_\_\_\_\_

### 6. RENDA SOCIAL:

6.1 Benefícios e/ou auxílios recebidos pelos moradores

Bolsa Família  - Auxílio Doença INSS  - Aposentadoria  - Outros

Quais: \_\_\_\_\_

### 7. HABITAÇÃO

7.1 Quanto tempo mora no local:  anos  meses.

7.2 Tipo de construção:  Alvenaria  madeira  palha  taipa  mista especificar: \_\_\_\_\_

7.3 Tipo de cobertura:  amianto  alumínio  barro  palha  cavaco Outros: \_\_\_\_\_

7.4 Tipo de residência:  Quarto  casa  estância  outro: \_\_\_\_\_

7.5 É proprietário:  sim  comprou pronta  construiu, como:

não  cedida  alugada - valor aluguel: \_\_\_\_\_

7.6- Nº de cômodos: Nº de banheiros:  dentro da casa:  fora de casa

7.7 O terreno foi:  comprado  ocupado  doado  cedido.

Por quem: \_\_\_\_\_ Tamanho do terreno: x .

7.8 A área do terreno onde foi construída a casa é:  plano  encosta  alagada

7.9 A área do terreno:  foi desmatada  já estava desmatada

### 8. INFRA- ESTRUTURA URBANA

8.1 Água:

- Água:  encanada  poço artesiano  cacimba  igarapé  chuva

Outro:

8.2- A água é tratada: não  - sim  Qual: Clorada - Fervida

- Filtrada - Coada - Outros:

Esgoto: Destino dos Dejetos

8.3 : rede de esgoto - fossa séptica - fossa negra  Outro : \_\_\_\_\_

8.4 Lixo:

8.4.1 Lixo: queima - enterra no quintal - joga a céu aberto

A forma como se desfaz do lixo é prejudicial:  sim  não

Energia:

8.5- Energia elétrica:  sim  rede  gato  motor outro:

não iluminação a:  querosene  vela outro:

Iluminação rua:  existe  não existe

Pavimentação:

8.6- Pavimentação:  sim  asfalto  calçamento Outro:

não  barro  piçarra

### 9. ACESSO AOS SERVIÇOS URBANOS:

9.1 Saúde:

9.1.2- Quando adoece vai ao : Hospital na cidade  posto de saúde da vila  -

rezador  -usa ervas medicinais  - outros  : \_\_\_\_\_

9.1.3 Quais as principais doenças: \_\_\_\_\_

9.1.4 Considera os serviços de saúde: ótimo -bom - regular -péssimo  
nunca utilizou - não sabe informar

9.2 É visitado constantemente pelo Agente Comunitário de Saúde:

Sim  - Não

## 10 EDUCAÇÃO

10.1 Quantas pessoas na família estudam: \_\_\_\_\_

10.2 Grau de Instrução: Não alfabetizado- Ens. Fundamental Incompleto  
Ens. Fundamental Completo - Ens. Médio Incompleto -  Ensino Médio Completo -  Universitário

10.3 Tem crianças em idade escolar fora da escola: sim não quantas: \_\_\_\_\_

10.4 Quantas crianças na Escola: \_\_\_\_\_

10.5 Considera a escola: ótima boa regular péssima não sabe informar

## 10. MEIOS DE COMUNICAÇÃO:

Rádio - Televisão  - Telefone - Outros  Qual: \_\_\_\_\_ - Não tem

## 11. SEGURANÇA

11.1 Há violência na área onde mora:  sim  não O mais freqüente: \_\_\_\_\_

11.2 Quais os principais problemas de segurança na vila \_\_\_\_\_:

11.3 Os problemas de violência aumentaram nos últimos anos:  sim  não

## 12. FORMAS DE LAZER:

12.1

Futebol - Festas - Visita de Amigos - Leituras Jogos -Outros

Quais \_\_\_\_\_

## 13. PARTICIPAÇÃO EM GRUPOS SOCIAIS

Associação de Produtores  - Conselho Paroquial  - Conselho Comunitário  - Grupo de Jovens  - Clube de Mães  - Grupo de Esportes  - Cooperativas  - Outros Quais: \_\_\_\_\_  Não Participa

13.1. Freqüência que participa dos encontros em grupos na comunidade Sempre  - Às vezes  - Nunca

## 14. RELIGIÃO :

14.1 Católica  - Evangélica  - Protestante  Outra

Qual: \_\_\_\_\_ Obs: \_\_\_\_\_

NOME DA VILA _____ COMUNIDADE: _____ FORM.Nº. □□□ ENTREVISTADOR: _____ DATA: _____
---